



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

GRAYCEANE GOMES DA SILVA

**QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PARA
INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO EM FORTALEZA**

FORTALEZA – CE

2014

GRAYCEANE GOMES DA SILVA

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PARA
INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO EM FORTALEZA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre.

Orientador(a): Profa. Dra. Antônia Rozimar Machado e Rocha

Coorientador: Prof. Dr. Emmanoel Lima Ferreira

FORTALEZA – CE

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- S58q Silva, Grayceane Gomes da.
Qualificação profissional de pessoas com deficiência para inserção no mercado de trabalho em Fortaleza / Grayceane Gomes da Silva. – 2014.
135 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2014.
Área de Concentração: Educação.
Orientação: Profa. Dra. Antônia Rozimar Machado e Rocha.
Coorientação: Prof. Dr. Emmanoel Lima Ferreira.
1. Deficientes – Emprego – Fortaleza(CE). 2. Mercado de trabalho – Fortaleza(CE). 3. Ensino profissional – Fortaleza(CE). I. Título.

GRAYCEANE GOMES DA SILVA

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PARA
INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO EM FORTALEZA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre.

Orientador(a): Profa. Dra. Antônia Rozimar Machado e Rocha

Coorientador: Prof. Dr. Emmanoel Lima Ferreira

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Antônia Rozimar Machado e Rocha (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Emmanoel Lima Ferreira (Coorientador)
Universidade Vale do Acaraú (UVA)

Profa. Dra. Kátia Regina Rodrigues Lima
Universidade Vale do Acaraú (UVA)

Profa. Dra. Francisca Rejane Bezerra Andrade
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Aos meus pais, que mesmo sem boa escolaridade, incentivaram para que eu pudesse chegar à pós-graduação, valorizando a educação como primordial para o meu desenvolvimento pessoal, profissional e social.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me proporcionado a vida e estar presente em todos os momentos, guiando meus passos e me amparando nos momentos difíceis.

À Professora Antônia Rozimar, pela orientação e acompanhamento na construção deste trabalho, de maneira solícita e compreensiva.

À Professora Rejane Bezerra, pelas contribuições em minha formação acadêmica e profissional desde o período da Graduação em Serviço Social.

Aos Professores Kátia Regina e Emmanoel, pela disponibilidade em dar suas contribuições na avaliação deste trabalho.

Aos entrevistados que participaram desta pesquisa, pela colaboração e disponibilidade.

Aos profissionais da instituição que foi *lócus* da pesquisa, pela prontidão em conceder as informações solicitadas.

A todos os professores que proporcionaram momentos ricos de aprendizagem na Pós-graduação.

Aos meus amigos que acompanharam minha trajetória nas horas boas e ruins, conversando, incentivando e proporcionando momentos de descontração.

Aos colegas que conheci nesse período de mestrado, que proporcionaram momentos de incentivo, troca de conhecimentos e companheirismo.

“[...] É importante que tenhamos claro que a luta do trabalhador com deficiência não deve ser compreendida isoladamente; ela deve ser feita no amplo movimento da ‘classe-que-vive-do-trabalho’. Daí a validade da luta pelo trabalho, que tem de ser compreendida como etapa transitória, capaz, tão-somente, de responder a uma demanda imediata. O que se tem de entender é que, dentro desta ordem, por mais que se pretenda afirmar o trabalho como possibilidade de liberdade, ele é pelo contrário, escravidão.” (LANCILLOTTI)

RESUMO

O presente trabalho se propôs a compreender como está ocorrendo o processo de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho em Fortaleza, bem como qual a qualificação profissional que lhes é oferecida. Objetivou, mais especificamente, analisar as questões referentes à inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho capitalista, como se configuram as ações de qualificação profissional diante da retórica das competências e da empregabilidade, além da importância que essas pessoas dão ao trabalho e à qualificação profissional. A trajetória metodológica para empreender tal estudo se constituiu de pesquisa bibliográfica e documental e de pesquisa de campo com aplicação de entrevista semiestruturada junto aos participantes do curso de Auxiliar de Almoxarifado de uma instituição especializada no atendimento de pessoas com deficiência conveniada à Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará (STDS). A trajetória das pessoas com deficiência é marcada pela desigualdade social e pelo enclausuramento em instituições que visavam retirá-los do convívio coletivo. Nos últimos vinte anos, os movimentos sociais têm trazido conquistas, dentre elas a inserção de algumas políticas no campo social. Desse modo, a partir de legislação que obriga a contratação deste público, as empresas têm que receber essas pessoas tidas como improdutivas, além disso, diante da retórica das competências, é necessário garantir espaços de qualificação profissional para essas pessoas. Sendo assim, a educação profissionalizante para este grupo é oferecida, principalmente, em instituições de atendimento especializado. Em Fortaleza, os cursos são oferecidos por estes locais, a partir de uma lógica capitalista de oferecer uma formação em curto período. A instituição pesquisada realiza atendimento para qualificação profissional, encaminhamento para o mercado de trabalho e acompanhamento nos primeiros meses de trabalho nas empresas. As entrevistas foram realizadas com seis pessoas, sendo quatro homens e duas mulheres, com deficiência auditiva, intelectual ou visual. O perfil de escolaridade é de acesso tardio aos níveis de ensino, em que somente dois concluíram o ensino médio, os demais estavam participando de Educação de Jovens e adultos, sendo que um havia desistido para se dedicar ao trabalho. A participação em cursos profissionalizantes está relacionada à possibilidade de conseguir um emprego, mas dois participantes citaram a escolha pelo curso por considerar interessante e um aprendizado novo. O significado de ter um trabalho, segundo os entrevistados, está relacionado à ideia de ser dignificante, no sentido que se tornam mais importantes para a sociedade, além de poderem se sustentar e contribuir para o sustento dos familiares. No que se refere a experiências profissionais, todos as tiveram, mesmo que por

meio de estágio, além de relatos de trabalho informal, com baixos salários e sem direitos trabalhistas. A partir das análises realizadas no campo investigativo, temos como dado conclusivo que o trabalho para essas pessoas tem uma centralidade para a garantia da subsistência, bem como que a qualificação profissional da qual participam é vista como possibilidade de conquistar uma vaga de emprego, mesmo não sendo na área da qual faz parte o curso a que tiveram acesso. As conclusões de nossa pesquisa de campo, somadas às análises documentais e ao estudo da literatura pertinente, nos levam a apontar que, embora as pessoas com deficiência encontrem uma oportunidade de inserção social na experiência laboral, passem por capacitações profissionais específicas, ainda se encontram, como os demais sujeitos da classe trabalhadora, alijados de uma plena inserção social, dada às próprias condições estruturais do sistema capitalista e das históricas formas de preconceito e discriminação que essas pessoas sofreram ao longo dos tempos.

Palavras-chave: Pessoas com deficiência. Mercado de trabalho. Educação Profissional.

ABSTRACT

The present coursework proposed to comprehend how is occurring the process of insertion of people with disability in the labour market in Fortaleza, such as, which the professional qualification that is offered them. It intended, more specifically, analyze the questions referents the insertion of people with disability in the capitalist's labour market, how configure the actions of professional qualification before the competence's and employability rhetoric, beside of the importance that these people give to the work and the professional qualification. The methodological trajectory to undertake this study consisted of bibliographic and documental research and field research with application of semi structured interview with participants of the Warehouse assistant's course of a specialized institution in the attendance of people with disability convened to the Labor and Social Development Office of the Ceará State (STDS). The trajectory of the people with disability is marked by social inequality and by the seclusion in institutions that directed to remove them to the collective relationships. In the last twenty years the social movements, have brought conquests, among these the insertion of some policies in the social field. So, from of legislation that obliged the recruitment of people with disability, the companies have to receive these people considered unproductive, add to that, before the competence's rhetoric, is necessary ensure professional qualifications spaces for these people. So, the professional education for this group is offered, principally, in institutions of specialized attendance. In Fortaleza the courses are offered by these places, as from of a capitalist logic of to offer a formation in short period. The investigated institution realizes attendance for professional qualification, routing for the labour market and follow-up in the first months in the companies. The interviews were realized with six people, being four men and two women, with hearing loss, mental handicap and blindness. The schooling profile is of late access to the teaching levels, whereat only two concluded the high school, the others were participating of Yong and Adult Education, being that one had gave up to dedicate to the job. The participation in professional courses is related to the possibility of get a job, but two participants cited the choice by course for to consider interesting and a new learning. The meaning of to have a job second the interviewees is related to the idea of be dignifying, in the meaning that become more importants to the society, above can support oneself and to contribute to the support of the relatives. In the that be relative to professional experiences all had, even if for means of stage, above reports of informal jobs, with low salaries and without work rights. As from of the analyses realized in the investigative field we have how conclusion that the job for these people have a centralize

for the subsistence guaranty, such as, that the professional qualification whereof participate are seen how possibility of to conquest a space of job, even not being in the area whereof the course the realized. The conclusions of our field investigation, added to the documental analyses and to the literary study pertinent, take us to conclude that although the people with disability find an opportunity of social insertion in the labour force experience, receive specific professional capacitation, still find, how the others people of the worker class, jettisoned of a full social insertion, input the selves structural conditions of de capitalist system and of the form historical of prejudice and discrimination that these people suffered along the time.

Key words: People with disability. Labour market. Professional Education.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	–	Perfil dos atendidos pela instituição em 2013 de acordo com a idade	98
Gráfico 2	–	Perfil dos atendidos pela instituição em 2013 de acordo com o sexo	99
Gráfico 3	–	Perfil dos atendidos pela instituição em 2013 de acordo com o tipo de deficiência	100
Gráfico 4	–	Perfil dos atendidos pela instituição em 2013 de acordo com o estado civil	101
Gráfico 5	–	Perfil dos atendidos pela instituição em 2013 de acordo com a escolaridade	101
Gráfico 6	–	Perfil dos entrevistados de acordo com a idade.....	105
Gráfico 7	–	Perfil dos entrevistados de acordo com o sexo	105
Gráfico 8	–	Perfil dos entrevistados de acordo com o tipo de deficiência	106
Gráfico 9	–	Perfil dos entrevistados de acordo com o estado civil	107
Gráfico 10	–	Perfil dos entrevistados de acordo com a escolaridade	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Legislação de reserva de cotas no mercado de trabalho	83
Quadro 2 –	Divisão de cursos de acordo com o sexo	99
Quadro 3 –	Informações sobre os entrevistados	108

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AEE	Atendimento Educacional Especializado
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
AVAPE	Associação de Valorização de Pessoas com Deficiência
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CEFETs	Centros Federais de Educação Tecnológica
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CONADE	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência
CORDE	Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
FAT	Fundo de Apoio ao Trabalhador
FENAPAEs	Federação Nacional das APAES
IBC	Instituto Benjamin Constant
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDT	Instituto de Desenvolvimento do Trabalho
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OSs	Organizações Sociais
OSCIPs	Organizações Sociais da Sociedade Civil de interesse Público
PLANFOR	Plano Nacional de Educação Profissional
PNQ	Plano Nacional de Qualificação
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
STDS	Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E COMPETÊNCIAS: CONCEITOS, PRESSUPOSTOS E CONTEXTO	23
2.1	Trabalho como categoria fundante da sociabilidade humana	23
2.2	Metamorfoses no mundo do trabalho pós 1970: neoliberalismo, reestruturação produtiva e precarização do trabalho	30
2.3	Qualificação e competências: a formação do trabalhador sob o jugo do capital	45
3	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A PROPOSTA DE INCLUSÃO SOCIAL: ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA	60
3.1	Educação inclusiva de pessoas com deficiências: esforços, limites e desafios .	60
3.1.1	<u>Acesso de pessoas com deficiência à educação no Brasil e no Ceará</u>	67
3.2	A inclusão das pessoas com deficiência no contexto da sociedade capitalista desigual	69
3.3	A política de cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho	80
4	A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO: ESTUDO DE CASO	87
4.1	Quadro geral do acesso de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: Brasil e Ceará	87
4.2	Caracterização da pesquisa	90
4.3	Caracterização do campo	94
4.4	Concepções sobre inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: a aceção dos sujeitos	104
4.4.1	<u>Perfil dos sujeitos</u>	104
4.4.2	<u>Coleta e análise de dados</u>	110
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
	REFERÊNCIAS	127
	APÊNDICE A: Roteiro de entrevista aplicada às pessoas com deficiência participantes de curso de qualificação profissional	135

1 INTRODUÇÃO

A organização da sociedade sofre influências das relações econômicas e da forma como estas organizam a força de trabalho. Com a crise de 1970 e o esgotamento do modelo de produção taylorista/fordista e do keynesianismo¹, que consistia no controle do Estado sobre a economia e a sociedade, começaram-se a difundir mudanças de cunho político, social e econômico, sob a égide do neoliberalismo e, como modelo de produção industrial, adotou-se o toyotismo.

Esse contexto, que perdura até hoje, é marcado pela desregulamentação dos direitos sociais e flexibilização das relações no trabalho, que caracterizam um período permeado pela instabilidade. A nova organização do trabalho exigiu mais habilidades dos trabalhadores para que possam exercer funções diversificadas no ambiente em que trabalham e, assim, possam estar aptos a permanecer no mercado ou serem reinseridos em outro emprego.

No contexto brasileiro, a partir dos anos 2000, as pessoas com deficiência começaram a ver suas reivindicações serem mais debatidas, sob o discurso da “inclusão”, em todos os âmbitos sociais. A absorção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho levanta questões referentes à formação profissional que necessitam ser discutidas, devido à importância conferida às competências que os trabalhadores devem possuir para se manterem atrativos para o exercício das funções laborativas.

A pessoa com deficiência sofre várias limitações quanto ao acesso à educação, trabalho, saúde, aprofundadas sobremaneira na sociedade de classes, que se funda na desigualdade social. Historicamente, a deficiência é vista como um empecilho para o desenvolvimento humano, pois os indivíduos com deficiência não se enquadram nos padrões considerados normais.

No modo de produção capitalista, particularmente no século XIX, houve muitas transformações no mundo do trabalho e na organização social, com o desenvolvimento científico, a quebra de vários paradigmas religiosos, a valorização da experimentação e da razão. Ocorria, assim, um processo de exploração do trabalho em que o principal objetivo era – e tem sido até os dias atuais – obter lucros. Assim, os indivíduos são classificados entre aqueles que podem produzir (produtivos) e aqueles que, por terem alguma deficiência, não são incorporados ao mercado de trabalho (improdutivos) (BIANCHETTI, 1998).

¹ Trataremos de aprofundar essas temáticas posteriormente. Para mais detalhes, verificar a nota de rodapé 9, na página 31.

Diante desta visão de incapacidade e deformidade, as pessoas com deficiência passaram muitos anos abandonadas em asilos, hospitais e em casa sob os cuidados da família. No entanto, este quadro vem sendo modificado a partir das lutas pelo reconhecimento dos direitos destas pessoas. No Brasil, desde a década de 1980, o movimento de pessoas com deficiência vem atuando de forma constante, com a participação deles na luta por melhores condições de vida e inserção social, pois, até então, as iniciativas em prol deste público aconteciam de maneira “tutelada” pelos familiares e sociedade civil engajados nessa causa (BECK, 2007).

Com essas lutas e reivindicações, surge um conjunto de legislações em âmbito internacional e nacional²; seus direitos estão inclusos nas legislações gerais, porém para garantir maior atenção às suas necessidades, existem leis como a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada em setembro de 2007 e a Lei nº 8.213/91 (conhecida como lei de cotas³), que estabelece um número mínimo de pessoas com deficiência a serem contratadas por empresas com mais de cem funcionários.

Houve conquistas, mas ainda há muito que se fazer para que pessoas com deficiência, que representam 23,92% da população brasileira e 27,69% dos cearenses, segundo o Censo 2010, possam usufruir da efetivação das leis e decretos destinados a, pelo menos, minimizar suas problemáticas sociais.

Desse modo, este estudo analisou a política de qualificação profissional de pessoas com deficiência para a inserção no mercado de trabalho em Fortaleza, a partir das ações de qualificação profissional e encaminhamento ao emprego formal empreendidas pela

² Trataremos, adiante, de mencionar as leis que consideramos mais relevante destacar.

³ As políticas de cotas se configuram como parte das iniciativas das ações afirmativas para grupos considerados discriminados por questões étnico-raciais, gênero, religião, deficiência, dentre outras, na perspectiva de oferecer uma possibilidade de equiparação de oportunidades, tendo em vista a equidade. No entanto, se comparadas às políticas universalizantes, como saúde e educação na sua forma geral, que atende a toda a população, a iniciativa de reserva de vagas se mostra focalizada ao estabelecer critérios restritos, bem como estabelece obrigações de receber os grupos minoritários, sem promover junto a isso outras ações afirmativas de difusão de informações para a promoção da sensibilização em receber esses grupos. “A decisão política de ‘reparar’ os danos sofridos por segmentos sociais não deve implicar em um conjunto de políticas ditas ‘afirmativas’. Nem, tampouco, a luta em defesa de políticas específicas que acarretem a subestimação da necessidade de se promover realmente uma luta em benefício destes grupos, até porque este argumento mistifica e escamoteia a verdadeira gênese: a desigualdade de classe que se deseja ver perpetuada. Assim, essa inclusão se daria permanentemente em patamares subalternos à ordem e à classe dominante, anestesiando a percepção do servilismo e da desigualdade. Teoricamente, essas políticas surgem para privilegiar segmentos discriminados, mas na prática acabam dispensando um tratamento desigual aos ‘desiguais’, na medida em que buscam promover a igualdade de oportunidades por meio de ações igualmente discriminatórias que, conseqüentemente, caracterizam (ou até mesmo reforçam) a inferioridade destes segmentos” (LEITE, 2011, p. 29). Essa perspectiva de ações focais e fragmentadas de acordo com grupos específicos retira o foco da desigualdade social inerente à sociedade capitalista, desestruturando uma luta que deveria ser coletiva em benefício de toda a classe dominada. Na verdade, todos deveriam ter seus direitos garantidos por ser parte da sociedade, sem que houvesse a necessidade em estabelecer tantos tipos de benefícios assistenciais e cotas de participação nos espaços públicos.

Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) e sua rede de articulação como o Sistema Nacional de Emprego (SINE) gerido pelo Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT) e Instituições de Atendimento Especializado de Pessoas com Deficiência.

O interesse em pesquisar este tema surgiu na graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), ao ingressar no Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Exclusão Social (GEPPEs), que nos permitiu observar que as pessoas com deficiência estão cada vez mais presentes nos espaços sociais, principalmente no que diz respeito ao ambiente escolar e nas vagas reservadas no mercado de trabalho. Assim, passamos a realizar leituras e elaborar trabalhos acadêmicos sobre pessoas com deficiência, educação profissional e políticas sociais.

Entretanto, não nos lançamos à tarefa de ratificar os discursos de inclusão, alardeados pelo capitalismo como panaceia social para as pessoas com deficiência sem, contudo, problematizar as raízes da desigualdade social. Pretendemos, assim, procurar investigar a validade de nossa hipótese de que a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho é condicionada a dois limites: à própria deficiência, que a marginaliza diante dos atuais formatos produtivos; e à condição de classe economicamente desfavorecida que grande maioria desses indivíduos pertence. De acordo com o Censo 2010, das 1.209.598 pessoas com deficiência que se apresentavam ocupadas, 661.169 recebiam até 1 salário mínimo; 338.121 mais de um salário mínimo, e ainda 210.308 se encontram sem rendimentos. Desse modo, podemos inferir que mais da metade desse grupo se encontra sem condições suficientes de prover sua subsistência de forma digna.

Além disso, observamos que nos últimos dez anos cresceu o número de vagas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho no Brasil e no Ceará. Assim, procuramos o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), localizado na cidade de Fortaleza, pois através do Sistema Nacional de Emprego (SINE) faz a intermediação entre as empresas e os trabalhadores nos processos seletivos para entrada no mercado de trabalho. Através de uma unidade de atendimento, desde 1992 a instituição promove inserção de pessoas com deficiência nos espaços de trabalho. Em busca de informações preliminares sobre o assunto, ao entrarmos em contato com o responsável pela coordenação do projeto de qualificação profissional na STDS, este explicou as ações empreendidas com parceria de organizações não governamentais na execução das atividades.

A partir da observação de que houve um aumento do número de vagas no mercado de trabalho para este público, bem como de que a qualificação profissional é exigida para a inserção no mercado de trabalho, percebemos a importância de se pesquisar sobre

como se encontra a qualificação das pessoas com deficiência em Fortaleza, assim como a relação entre as funções que são ofertadas e a qualificação a que estas pessoas têm acesso.

Nossa intenção em pesquisar qualificação se dá pela necessidade de compreender qual lugar esta ocupa na inserção do trabalhador com deficiência no mercado. Em tempos hodiernos, cresce sobremaneira o discurso da empregabilidade⁴ que apregoa ser a qualificação o elemento central para a inserção dos trabalhadores no mercado. Entretanto, o capital atravessa uma crise estrutural de desemprego que alija do mercado de trabalho grande número de trabalhadores.

Sendo assim, o acesso à educação como forma de acumulação de conhecimentos, bem como a educação profissional, que tem como pressuposto munir os trabalhadores de habilidades que melhorem seu desempenho nos locais em que trabalham, se configuram como elementos de empregabilidade. Ou seja, “[...] a qualificação profissional possibilita o trabalhador adquirir capacidade de trabalho; capacidade de manter-se competindo por uma vaga no mercado de trabalho” (TEIXEIRA, 2000, p. 15).

Segundo o Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2011, através dos dados acerca do emprego formal, identificou-se que 325,3 mil postos de trabalho – o equivalente a 0,7% – eram ocupados por pessoas com deficiência e, apesar de ainda ser um número pequeno, houve crescimento em relação ao ano de 2009, que apresentava 288,6 mil trabalhadores com deficiência no mercado formal, o equivalente a 0,7% do total de empregos formais, sendo que o valor percentual se manteve estável. Em relação ao Ceará, o número de contratações intermediadas pelo SINE/IDT em 2010 foi de 1.915 trabalhadores, quase o triplo de contratações intermediadas em 2000. Vale destacar que esse número reflete a consolidação da lei de cotas, além do que se configura como importante argumento para a visão de responsabilidade social sobre a empresa.

O mercado de trabalho passa por uma nova fase de maior incorporação de grupos antes estigmatizados e com dificuldades em conquistar seu espaço, como as mulheres, os jovens e, principalmente, as pessoas com deficiência, que necessitam de adaptações físicas e mudanças de atitudes sociais para poderem efetivar um trabalho de qualidade. Entretanto,

⁴ “No sentido mais comum, empregabilidade tem sido compreendida como a capacidade de o indivíduo manter-se ou reinserir-se no mercado de trabalho, denotando a necessidade de o mesmo agrupar um conjunto de habilidades que o torne capaz de competir com aqueles que disputam e lutam por um emprego. Não por acaso surge, nesse mesmo período, na década de 1990, a demanda por trabalhadores polivalentes, expressando, na visão empresarial, a possibilidade de os indivíduos ajustarem-se ao conjunto de modificações ocorridas no setor produtivo e no setor de serviços. Não por acaso também, o Plano Nacional de Formação Profissional, cuja meta era garantir a qualificação dos trabalhadores em risco social, objetivava serem perseguidas nos momentos de qualificação: habilidades para viver na sociedade moderna, habilidades para ocupar um posto no mercado de trabalho e habilidades de empreendimento” (BRASIL, MTb/sefor, 1995, *apud* OLIVEIRA, 2006, p. 198).

urge esclarecer que esse contexto é devido às lutas travadas por movimentos sociais e a pressão de grupos organizados que reivindicam maiores oportunidades de inserção.

Com este estudo, procuramos respostas para as seguintes questões: Como está o processo de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho? Como são estruturadas as opções de qualificação profissional? Como o mercado de trabalho cearense, mesmo num contexto de empregos precarizados e baixa oferta de postos de trabalho formal, recebe a crescente demanda de pessoas com deficiência?

Assim, este trabalho teve como objetivo central analisar a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho em Fortaleza e como vem se dando sua qualificação profissional. Os objetivos específicos são: analisar como as ações destinadas às pessoas com deficiência que fazem parte do Programa Trabalho Competitivo – Alcançando a Empregabilidade (Projeto Garantindo Acessibilidade Produtiva – Programa de atenção à pessoa com deficiência) são desenvolvidos para atender este público; examinar se este programa contribui para a contratação das pessoas com deficiência, assim como se essas pessoas consideram importante ter acesso à qualificação profissional para exercer as funções que executam em seus postos de trabalho.

Para realizar o estudo, a trajetória metodológica empreendida ocorreu através de pesquisa bibliográfica e documental, bem como, de pesquisa de campo na STDS. Na interpretação dos dados obtidos, buscamos a essência do objeto de estudo pesquisado, situando-o na totalidade das relações capitalistas, para melhor entender a realidade investigada.

Nesta pesquisa, utilizamos a abordagem qualitativa, pois esta considera os sentimentos, vivências e subjetividades das pessoas, que são objeto deste estudo. Esse tipo de análise considera os dados em sua essência para além das informações estatísticas. Sobre isso Esteban (2010, p. 127) define que

[...] a pesquisa qualitativa é uma atividade sistemática orientada à compreensão em profundidade de fenômenos educativos e sociais, à transformação de práticas e cenários socioeducativos, à tomada de decisões e também ao descobrimento e desenvolvimento de um corpo organizado de conhecimentos.

O local escolhido para a pesquisa de campo foi uma Instituição de Atendimento Especializado, por ter um atendimento destinado a este público mediante oferta de cursos de qualificação profissional e realização de encaminhamentos para o mercado de trabalho.

Visto que o estudo aconteceu em local e grupo delimitado, a pesquisa se constituiu em um estudo de caso. Segundo Becker (1994), no estudo de caso se tenta chegar a

uma compreensão do grupo em estudo, bem como faz com que o pesquisador precise lidar com descobertas inesperadas, já que está lidando com pessoas que apresentam diversas subjetividades. Ainda sobre as questões que norteiam as definições deste método de pesquisa, Diniz (1999, p. 45-46) caracteriza que:

O estudo de caso volta-se à realidade objetiva, investigando e interpretando os fatos sociais que dão contorno e conteúdo a essa realidade. [...] O estudo de caso é usado quando se deseja analisar situações concretas, nas suas particularidades. Seu uso é adequado para investigar tanto a vida de uma pessoa quanto a existência de uma entidade de ação coletiva, nos aspectos sociais e culturais.

Através da realização de pesquisa bibliográfica e documental, pudemos ter uma melhor compreensão teórica e oficial, respectivamente, acerca das categorias que compõem a pesquisa, a saber: pessoa com deficiência; mundo do trabalho; qualificação; escolarização. Procuramos unir teoria e prática para, de maneira fundamentada, analisar a realidade do objeto em questão. Minayo (1997, p. 44) afirma que o pesquisador deve de forma criativa “[...] articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações científicas”.

Na pesquisa bibliográfica recorreremos ao estudo de autores como Antunes (1999), Aranha (2001), Bianchetti (1998), Januzzi (2006), Mazzota (2001), Lancillotti (2003), Kuenzer (2003, 2006, 2007, 2008), dentre outros que contribuíram no amadurecimento da discussão em torno das configurações do trabalho e as pessoas com deficiência nesse contexto.

Na análise documental recorreremos à legislação existente sobre os direitos das pessoas com deficiência, bem como as diretamente relacionadas aos assuntos trabalho e educação. Dentre os documentos, destacamos a Constituição Federal de 1988, a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada em setembro de 2007, a Lei nº 8.213/91 (conhecida como lei de cotas) e a Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação).

A pesquisa de campo aconteceu em uma Instituição de Atendimento Especializado que realiza cursos de qualificação profissional para pessoas com qualquer tipo de deficiência, além de atender os reabilitados pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), na perspectiva de desenvolver competências para o posterior encaminhamento ao mercado de trabalho. Ainda, realiza o acompanhamento da adaptação do trabalhador com deficiência nos primeiros meses de trabalho. Desse modo, realizamos algumas visitas ao local para obter informações sobre o funcionamento da instituição e utilizamos entrevista semiestruturada para coleta de dados sobre idade, sexo, escolaridade, experiências de

trabalho, concepções acerca da qualificação profissional e condições dos ambientes em que trabalham/trabalharam, dentre outras informações, das pessoas com deficiência atendidas no local.

A entrevista se configura como uma técnica de coleta de dados que se estrutura na relação direta com os sujeitos da pesquisa, a fim de estabelecer uma relação de proximidade para, assim, conversar sobre as informações que procuramos obter sobre a realidade vivenciada por determinado grupo ou indivíduo. Sobre entrevista, Richardson (2011, p. 207) conceitua que:

Em todas as ações que envolvem indivíduos, é importante que as pessoas compreendam o que ocorre com os outros. A grande maioria tenta colocar-se no lugar das outras pessoas, imaginar e analisar como os demais pensam, agem e reagem. A melhor situação para participar na mente de outro ser humano é a interação face a face, pois tem o caráter, inquestionável, de proximidade entre as pessoas, que proporciona as melhores possibilidades de penetrar na mente, vida e definição dos indivíduos.

Desse modo, realizamos entrevistas com seis pessoas que participavam de curso profissionalizante intitulado *Auxiliar de Almoxarifado*, o qual estava acontecendo no período em que realizamos as visitas ao local de pesquisa.

Terminadas as etapas de coleta da pesquisa, realizamos a análise dos dados obtidos, a fim de construir o trabalho final de compreensão da realidade encontrada.

Este trabalho foi organizado em três capítulos. O primeiro capítulo tem como base a discussão acerca da centralidade do trabalho, sob uma perspectiva de análise marxista, além disso, são discutidos os rebatimentos da reestruturação produtiva sob os moldes neoliberais na organização do mercado de trabalho e na exigência por habilidades diversas dos profissionais. Ao final deste capítulo, introduzimos o debate sobre as pessoas com deficiência no contexto da precarização do trabalho, com o predomínio dos mecanismos de ocupação informal.

O segundo capítulo consiste no delineamento da trajetória das pessoas com deficiência, ao longo dos anos, do processo de estigmatização ao contexto de lutas por direitos sociais e humanos. Na sequência, são elencadas as situações de acesso à educação e ao trabalho, o primeiro como processo de socialização e aquisição de conhecimentos, o segundo como forma de garantir a sobrevivência e atuar na sociedade capitalista. Para finalizar, construímos um quadro geral de como se encontra o acesso das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho no Brasil e no Ceará, de acordo com o Censo 2010.

O terceiro capítulo trata da descrição e análise do estudo de caso empreendido a partir de pesquisa em instituição especializada no atendimento a pessoas com deficiência, com os trabalhadores atendidos na instituição no segundo semestre de 2013. A análise tem como

suporte a interpretação das concepções dos sujeitos acerca das oportunidades de emprego, além do papel que a qualificação profissional tem nesse processo de inserção no mercado de trabalho, visto que existe uma legislação que obriga a contratação deste público no mercado de trabalho formal. Os cursos oferecidos pela instituição no ano de 2013 foram: chaveiro avançado, informática básica, repositores de mercadorias, fabricação de tortas e doces para festas e auxiliar de almoxarifado. Os sujeitos entrevistados faziam parte deste curso.

Ao longo da análise, observamos que a realidade investigada corrobora com a situação vivida por toda a classe trabalhadora, no que diz respeito à oferta de cursos de qualificação profissional aligeirados, de conteúdo resumido e com foco nos conhecimentos práticos. Além disso, apesar das legislações que dão suporte à inserção desse público no mercado de trabalho, seus vínculos são frágeis, os direitos trabalhistas são negligenciados, bem como passam por experiências de trabalho informal e autônomo, na perspectiva de garantir alguma subsistência.

2 TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E COMPETÊNCIAS: CONCEITOS, PRESSUPOSTOS E CONTEXTO

Neste capítulo discutiremos acerca do trabalho como central na sociabilidade humana, assim como o delineamento da organização laboral no contexto de reestruturação produtiva e novas exigências no mercado de trabalho, além disso, abordaremos aspectos referentes à formação profissional para adquirir as habilidades exigidas para ocupar os postos de trabalho, sempre contextualizando a situação das pessoas com deficiência.

2.1 Trabalho como categoria fundante da sociabilidade humana

O homem, na relação com a natureza, a modifica para suprir suas necessidades de sobrevivência. No processo de constituição como ser humano, o homem planeja as ações que desenvolve para transformar os recursos naturais em diversos objetos de uso. Ao imaginar o resultado final dessa atividade, diferencia-se dos demais animais que constroem suas moradias ou armadilhas para suas presas de maneira instintiva na garantia da sobrevivência.

Essa atividade de transformação da natureza se convencionou como trabalho. O trabalho, então, é exercido pela humanidade desde os tempos primitivos, desenvolvendo, ao longo dos períodos históricos, os meios e as relações de produção entre os homens. Sobre isso, Marx (1994, p. 202) pontua que:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza com uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhe forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.

É através da relação com a natureza que o homem se humaniza, ao estabelecer as relações sociais necessárias ao desenvolvimento do trabalho, além do que, ao desenvolver as atividades de interação com a natureza, ele adquire novas habilidades que tendem a ser aperfeiçoadas para atribuir maior qualidade ao objeto criado.

No início, os meios de produção são diretamente adquiridos na natureza, mas com o passar do tempo e o acúmulo de técnicas pelo homem, este passa a produzir os meios de produção – instrumentos, maquinário e matéria prima, natureza transformada que serve de base para produzir outros produtos – a fim de construir o produto – material da natureza adaptado para as necessidades humanas como valor de uso, caracterizado pela objetivação do

trabalho – idealizado no início da operação. “Os meios de trabalho servem para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e, além disso, indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho” (MARX, 1994, p. 205).

Para melhor conceituar a prática humana de caráter planejado, Marx a diferencia da atividade animal, em que, apesar de livre, vislumbra somente a sobrevivência de maneira instintiva. Já o homem tem o poder de decisão sobre a atividade produtiva, que altera a natureza e altera a si mesmo. Esse movimento de pensar e agir de forma planejada na transformação da natureza e de si mesmo compreende a práxis.

Pelo trabalho, o sujeito humano se contrapõe ao objeto e se afirma como sujeito num movimento realizado para dominar a realidade objetiva: modifica o mundo e se modifica a si mesmo. Produz objetos e, paralelamente, altera sua própria maneira de estar na realidade objetiva e de percebê-la. E – o que é fundamental – faz sua própria história. ‘Toda a chamada história mundial’ – assegura Marx – ‘não é senão a produção do homem pelo trabalho humano’. (KONDER, 1992, p. 105).

Segundo Konder (1992), para Marx, o trabalho deveria ser visto como necessidade natural do ser humano na sua relação com a natureza em qualquer sociedade. Como atividade que deriva de um prévio planejamento, o processo de trabalho apresenta três momentos: a atividade a partir de uma meta; seu objetivo; e seu meio de ser realizado. Assim, por haver uma meta, pressupõe-se uma atividade teleológica, em que há antecipação do resultado a que se quer chegar. O trabalho é face do agir humano, se configurando como mais importante atividade dos seres humanos. Sobre isso, Lukács (1990, *apud* FORTES, 2001, p. 41) afirma que:

[...] a categoria ontológica central do trabalho: através dele uma posição teleológica se realiza no âmbito do ser material como nascimento de uma nova objetividade. O trabalho revela-se portanto, o modelo de toda *práxis* social, onde de fato – mesmo que através de mediações que podem ser muito articuladas – são sempre traduzidas em realidade posições teleológicas, que ao seu término, aparecem como fins materiais. Naturalmente, como veremos mais à frente, não se deve ser esquemático e exagerar esse caráter de modelo do trabalho para o agir dos homens na sociedade; mas se mantivermos presente as diferenças, bastante importantes, veremos a essencial afinidade ontológica de como o trabalho pode servir de modelo para compreender as outras posições sócio-teleológicas, propriamente porque, quanto ao ser, ele é a forma originária.

Segundo Lukács, o trabalho se configura como ontologia do ser social, ao passo que o tem um caráter transitório que se configura como inter-relação entre homem e natureza, inorgânica e orgânica, na passagem do homem que trabalha para suprir necessidades básicas ao ser social. Os outros determinantes que caracterizam a vida em sociedade, como a divisão do trabalho, a linguagem, a sociabilidade, são constituídos a partir do desenvolvimento do trabalho.

O fato de buscar a produção e a reprodução da sua vida societal por meio do trabalho e luta por sua existência, o ser social cria e renova as próprias condições da sua reprodução. O trabalho é, portanto, resultado de um pôr teleológico que (previamente) o ser social tem ideado em sua consciência, fenômeno este que não está essencialmente presente no ser biológico dos animais. É bastante conhecida a distinção marxiana entre a abelha e o arquiteto. Pela capacidade prévia de ideação, o arquiteto pode imprimir ao objeto a forma que melhor lhe aprouver, algo que é teleologicamente concebido e que é uma impossibilidade para a abelha. (ANTUNES, 1999, p. 136).

Com o advento da propriedade privada⁵ e divisão social do trabalho⁶, a relação entre os homens em torno do trabalho se encontra entre os possuidores dos meios de produção e aqueles que por não possuírem meios para produzir suas mercadorias, vendem sua força de trabalho em troca do salário para garantir sua subsistência humana de se alimentar, se vestir e garantir moradia para se proteger dos fenômenos da natureza e das ameaças externas, dentre outras necessidades.

O processo de trabalho, quando ocorre como processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, apresenta dois fenômenos característicos. O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida em que o trabalho se realiza de maneira apropriada e em que se apliquem adequadamente os meios de produção, não se desperdiçando matéria-prima e poupando-se o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste deles o que for imprescindível à execução do trabalho.

Além disso, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor imediato, o trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor diário da força de trabalho. [...] O capitalista compra a força de trabalho e incorpora o trabalho, fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, os quais também lhe pertencem. [...] O processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. (MARX, 1994, p. 209-210).

Nessa relação há um estranhamento do trabalhador com a mercadoria produzida e os meios de produção, tendo assim um caráter alienante, que Marx salienta como sendo fonte

⁵ “A essência subjetiva da propriedade privada, a propriedade privada como atividade para si própria, como sujeito, como pessoa, é o trabalho. É claro, portanto, que só a economia política, que reconhecia o trabalho como seu princípio (Adam Smith) e já não julgava a propriedade privada como simples condição externa ao homem, se pode considerar ao mesmo tempo como um produto da energia real e do movimento da propriedade privada, como um produto da indústria moderna e uma força que acelerou e intensificou o dinamismo e o desenvolvimento da indústria, até fazer deste um poder da consciência” (MARX, 2006, p. 131). Entenda-se propriedade privada como apropriação individual dos meios de produção (terras, animais, ferramentas), bem como os bens adquiridos a partir do trabalho, como casas, meios de transporte, dentre outros.

⁶ “A divisão do trabalho em geral é a separação da produção social em seus grandes ramos, como a agricultura, a indústria etc.; a divisão do trabalho em particular é a diferenciação desses grandes ramos em espécies e variedades; e, por fim, a divisão do trabalho singularizada é a divisão do trabalho numa oficina. Noutras palavras, Marx considera a divisão do trabalho como resultado da separação das diferentes profissões até aquela divisão em que se elabora apenas um produto por diversos trabalhadores, como acontece na manufatura” (OLIVEIRA, 2007, p. 162). Cabe especificar que Marx considera, em *Ideologia Alemã*, a divisão social do trabalho como decorrente dos processos de divisão do trabalho pelo gênero – homem e mulher – nas sociedades feudais. Com o desenvolvimento econômico da sociedade, essa divisão foi se desenvolvendo em torno da produção de valores de uso e de troca; mais tarde, acontece também a divisão entre trabalho intelectual e manual, a partir da divisão da sociedade em classes, de acordo com as funções que são desempenhadas no processo de produção e reprodução social.

de degradação do homem, ao reduzi-lo à condição de mercadoria no mercado de trabalho. O trabalhador utiliza meios de produção que não são seus, para produzir mercadorias que são comercializadas gerando mais lucros para os proprietários, sendo assim, a relação entre homem e natureza deixa de ser algo positivo, no sentido de garantir a manifestação do homem como ser genérico, para se tornar uma relação negativa, que o subjugava a trabalhar em troca de dinheiro para o sustento de outras necessidades. Assim,

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens. (MARX, 2006, p. 111).

Destarte, a sociedade capitalista é ancorada nesta relação de exploração do trabalho daqueles despossuídos dos meios necessários para garantir a produção material dos bens de consumo para o processo de manutenção da acumulação de capital, sendo esta pautada no investimento do dinheiro para a produção de bens que são comercializados por valores maiores que o inicial, garantindo, assim, os lucros que proporcionam o enriquecimento da classe de proprietários.

Sendo assim, pessoas com deficiência que apresentam limitações físicas, sensoriais ou intelectuais, são consideradas inúteis por não corresponderem a atividades que são facilmente realizadas pelos tidos normais. Quando se trata do trabalho explorado, essas pessoas não correspondem à produtividade exigida pelos capitalistas, que visam somente o lucro, através da exploração máxima das habilidades dos trabalhadores. Nesse contexto, Joly (2010, p. 113-114) assevera:

Uma relação na qual os proprietários dos meios de produção procuraram contratar apenas aqueles que consideravam capazes de realizar tarefas repetitivas, durante longas horas de expediente, em condições a princípio subumanas. Foi nesse contexto que surgiu o conceito de deficiência como incapacidade para realizar trabalho produtivo, ou seja, incapacidade para ser explorados e produzir lucros para os empresários. [...] Com o desenvolvimento do capitalismo, então, surge um setor da população para o qual convergem pobreza e deficiência. A ele dirigem-se não apenas os que não podem ingressar na força de trabalho como assalariados, mas também aqueles que são expulsos da força de trabalho por lesões e doenças adquiridas trabalhando ou por condições de vida miseráveis.

Marx salienta dois aspectos da alienação do trabalho: primeiro, como relação estranhada entre o homem e o produto do trabalho, que passa a dominá-lo; segundo “[...] a relação do trabalho com o ato da produção dentro do trabalho” (JOLY, 2010, p. 115), em que

se processa a autoalienação do homem, por exercer uma atividade estranhada que não lhe causa satisfação, traz sofrimento e não identificação com as ações realizadas.

Nesse contexto, Marx empreende reflexão acerca do homem como ser genérico que se comporta como ser livre, que age não somente sobre o objeto que produz a partir de outras espécies, mas sobre sua própria espécie como um ser universal.

É exatamente na atuação sobre o mundo objetivo que o homem se manifesta como verdadeiro ser genérico. Esta produção é a sua obra e a sua realidade. Em consequência, o elemento do trabalho é a objetivação da vida genérica do homem, ao não se reproduzir somente intelectualmente, como na consciência, mas ativamente, ele se duplica de modo real e percebe a sua própria imagem num mundo por ele criado. Na medida em que o trabalho alienado tira do homem o elemento da sua produção, rouba-lhe do mesmo modo a sua vida genérica, a sua objetividade real como ser genérico, e transforma em desvantagem a sua vantagem sobre o animal, então lhe é arrebatada a natureza, o seu corpo inorgânico (JOLY, 2010, p. 117).

Mesmo acontecendo numa relação de alienação, o trabalho faz parte da existência humana, na sua constituição como ser dotado de habilidades cognitivas de planejamento, que necessita de objetivações mais elaboradas para garantir sua existência no mundo. Desse modo, mesmo com as modificações decorrentes da evolução das relações de produção, com o aumento das expressões do trabalho de caráter intelectual ao invés da ação direta com a natureza, o trabalho continua sendo a categoria fundante do ser social. Sobre isso, Lessa (2007, p. 142) assinala que:

O trabalho é pois, a categoria fundante do mundo dos homens porque, em primeiro lugar, atende à necessidade primeira de toda sociabilidade: a produção dos meios de produção e de subsistência sem os quais nenhuma vida social poderia existir. Em segundo lugar, porque o faz de tal modo que já apresenta, desde o seu primeiro momento, aquela que será a determinação ontológica decisiva do ser social, qual seja, a de que, ao transformar o mundo natural, os seres humanos também transformam a sua própria natureza, o que resulta na criação incessante de novas possibilidades e necessidades históricas, tanto como individuais, tanto objetivas quanto subjetivas.

Desse modo, o trabalho, como elemento fundante do ser social, influencia nas relações sociais que se subordinam às relações econômicas, no processo de aquisição dos bens de produção e consumo que garantem a manutenção da hegemonia da classe burguesa em seu *status* dominante, em detrimento da classe trabalhadora, que apresenta privações materiais e de cunho intelectual. Nesse contexto, as relações econômicas permeiam todo o processo de construção social – educação, política, cultura, lazer.

É importante salientar que a análise marxista sobre o trabalho não diz respeito somente à relação direta entre homem e natureza no processo de modificação desta. Marx, em

seu estudo, tenta compreender a sociedade capitalista e conceitua as formas de execução do trabalho em trabalho produtivo, improdutivo, abstrato e concreto.

O trabalho produtivo compreende o processo de produção dos produtos como valores de uso e de troca, nesse caso, é produtivo somente o trabalho que produz mais valia⁷. No contexto de desenvolvimento fabril de trabalho coletivo, o trabalhador, quando executa sua função no processo coletivo na produção das mercadorias, tem em sua atuação um caráter produtivo.

Sendo assim, exerce um trabalho não somente aqueles que estão diretamente em atividade de cunho manual de transformação material da natureza, mas, também, aqueles que exercem trabalho de caráter intelectual ou artístico em troca de um salário; além disso, é fonte de geração de lucros aos capitalistas que usam uma força de trabalho imaterial e obtém mais valia.

Em contraponto ao anterior, o trabalho improdutivo⁸ representa a atividade que não produz mais valia no processo de acumulação de capital, engloba serviços como o dos empregados domésticos, que, apesar de representar um trabalho assalariado de modificação material e de relação com outras pessoas, não geram lucros ao capitalista; na verdade, é fonte de ônus para quem necessita dos serviços desse profissional.

Desse modo, quando o capitalista compra o trabalho ou serviço dos criados domésticos, serviços, ele despende mais-valia sob forma de renda ou de juros, cujo trabalho específico comprado pelo empregador não repõe a mais valia despendida para o consumo de tais serviços. De forma diferente, o trabalho produtivo é gerador de mais-valia que amplia o capital para seu processo de expansão e de acumulação. (OLIVEIRA, 2007, p. 111).

⁷ No processo de produção de mercadorias como valor de uso, também é atribuído um valor de troca que é pago com dinheiro. No processo de atribuição do valor de troca é somado o gasto com força de trabalho e meios de produção, bem como é acrescido um valor a mais do que foi utilizado inicialmente (este valor corresponde a mais valia). Essa mais valia é apropriada do tempo necessário para produzir a mercadoria pelo trabalhador, ou seja, os trabalhadores, ao serem assalariados, recebem um valor fixo pelo trabalho que exercem, no entanto, no processo de venda da mercadoria o capitalista tem a posse do valor a mais que ganha com a venda – o lucro (MARX, 1994).

⁸ “Para o capitalista, trabalho produtivo é o que produz a riqueza imediata e isso significa que ‘[...] só é produtiva a força de trabalho que produz valor maior que o próprio’” (MARX, 1980, p. 133). Portanto, aplica-se o conceito de trabalho produtivo quando o trabalhador cria um excesso de valores acima da soma de valores que consome, e isso ocorre quando este produz valor maior que o seu custo, ou seja, mais-valia, capital, transformando sua própria força de trabalho em capital, em condição necessária à geração de lucros para o capitalista, em requisito à produção de capitalistas. Segundo Marx (1980, p. 133), “[...] dessa espécie de trabalho assalariado produtivo depende a existência do capital”. Portanto, trabalho produtivo é todo aquele que se realiza em mercadoria e que se troca por capital, o capital variável. No caso do trabalho improdutivo, a relação social de produção que o caracteriza diz respeito, do ponto de vista capitalista, apenas à produção de valores de uso sem que estes portem valores de troca, por detrás dos quais se esconde o valor, o trabalho social materializado na mercadoria. É um trabalho que se realiza na satisfação das necessidades dos seus compradores; ele não se finaliza em mercadoria vendável. É um trabalho que tem seu valor social, porém se revela improdutivo quando se está em questão a produção da riqueza imediata. É um trabalho que é consumido sem permitir que o comprador recupere o que nele foi despendido, pois ele não tem a propriedade de acrescentar mais valor (mais-valia) (MACHADO, 2010).

No processo de produção de mercadorias, o trabalhador despende força de trabalho, tempo necessário e conhecimento acumulado para produzir algo; nesse processo são criados valores de uso e de troca sobre a matéria transformada. Se considerarmos somente a força de trabalho físico despendido na produção de determinada mercadoria, isso se configura como trabalho abstrato, já que não lhe foi atribuído valor de uso pelo tempo que levou para ser produzido, mas representa a produção de valor de troca, dadas as habilidades utilizadas para produzi-lo. Segundo Marx (1989, *apud* OLIVEIRA, 2007, p. 113):

Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores de uso [*sic*].

Por outro lado, o trabalho concreto compreende, dentro do processo de produção de valores de uso, o objeto em si, ou seja, o trabalho objetivado na forma de produto que será utilizado para satisfazer as necessidades do homem, por exemplo, o tecido e a roupa produzidos pelo trabalhador representam trabalho abstrato, pela força de trabalho despendida para elaborá-los, além de representar trabalho concreto, pois se transforma em objeto palpável com valor de uso e valor de troca.

A partir da consolidação do modo de produção capitalista, as relações de trabalho explorado se agudizam, ao ser estabelecido o trabalho assalariado, que passa a englobar profissionais tidos antes com *status* de algo superior, como médicos, juristas, homens da ciência, que para exercer suas funções recebem um valor em dinheiro, na perspectiva de suprirem com este as necessidades de sobrevivência.

Para garantir sua hegemonia, a burguesia desenvolve continuamente as forças produtivas, assim, estabelece um movimento de complexificação dos instrumentos de produção para dominar cada vez mais países, nesse processo de acumulação de capital, que se dá através da apropriação da mais valia produzida pelo trabalhador. A esse respeito, Marx (2011, p. 48-49) afirma:

A contínua revolução da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza e a agitação eternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Todas as relações fixas e cristalizadas, com seu séquito de crenças e opiniões tornadas veneráveis pelo tempo, são dissolvidas, e as novas envelhecem antes mesmo de se consolidarem. Tudo o que é sólido e estável se volatiliza, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente obrigados a encarar com sobriedade e sem ilusões sua posição na vida, suas relações recíprocas. [...] Com rápido aperfeiçoamento de todos os instrumentos de produção, com as comunicações imensamente facilitadas, a burguesia arrasta para a civilização todas as nações, até mesmo as mais bárbaras.

Ao longo do processo de desenvolvimento da produção capitalista, vários modelos de produção foram desenvolvidos na perspectiva de assegurar maior produtividade na busca pela garantia de lucros para a manutenção da acumulação do capital.

Junto ao desenvolvimento capitalista, está a formação do mercado de trabalho de acordo com as necessidades dos capitalistas no processo de produção, que evidencia a competição por uma vaga de trabalho para vender a força produtiva. A complexificação dos instrumentos de produção determina a necessidade de uma qualificação para garantir que os trabalhadores saibam usar o maquinário desenvolvido a cada período do desenvolvimento industrial e tecnológico, tais como as oficinas de aprendizes do século XIX até os diversos cursos profissionalizantes oferecidos hoje.

A seguir, analisaremos os processos de reestruturação produtiva, sob a perspectiva neoliberal, desenvolvidos após a década de 1970 e estruturados ao longo dos demais anos, além de situar como o Brasil se encontra como parte desse processo mundial.

2.2 Metamorfoses no mundo do trabalho pós 1970: neoliberalismo, reestruturação produtiva e precarização do trabalho

O mercado de trabalho compreende o fluxo de profissionais que realizam atividades produtivas formais ou informais. Essa visão de mercado corrobora com a perspectiva de que a força de trabalho se configura como mercadoria para o capitalista. No Brasil, onde sequer houve uma construção adequada de garantia de direitos sociais, existe uma grande parcela da população que não consegue se inserir no mercado de trabalho formal, pois este, devido à reestruturação produtiva, oferece um número reduzido de vagas.

A respeito das pessoas com deficiência, o mercado não é acessível; a perspectiva de contratação acontece por causa da pressão social do grupo que reivindica “inclusão”. A esse respeito, Carvalho e Orso (2006, p. 169) asseveram que:

Numa sociedade onde a força de trabalho está colocada como uma mercadoria, que deve funcionar como a extensão da máquina e possuir a precisão de um relógio, a pessoa com deficiência que tenha alguma limitação acentuada, passa a ser considerada um mecanismo defeituoso e, sendo assim, com maiores dificuldades de satisfazer as necessidades de seu comprador, ou seja, a de gerar maior quantidade de lucro para o capitalista.

Os autores supracitados também afirmam que existem vários obstáculos na contratação, tais como: a falta de escolaridade; dificuldade de acesso a tecnologias que potencializem a vida; barreiras arquitetônicas e atitudinais; e falta de fiscalização das

condições em que se encontram as empresas. Como fatores que impossibilitam o desenvolvimento desse grupo estão: a falta de acesso às tecnologias de melhoria da vida privada; as tecnologias que ainda não possibilitam maior produtividade aos moldes exigidos pelos empregadores; e o desenvolvimento tecnológico da produção, que se dá de acordo com a necessidade de produtividade de mercadorias, se configurando como não rentável dispor o maquinário às necessidades das pessoas com deficiência.

A produção industrial do capitalismo no pós-guerra, depois da crise de 1930, passou por uma reorganização que se baseou na intervenção do Estado na organização econômica e social dos países capitalistas desenvolvidos. As mudanças empreendidas nesse período foram pautadas na constituição do modelo taylorista/fordista⁹ de produção e no keynesianismo¹⁰ como regulador das relações entre sociedade, Estado e mercado.

O modelo taylorista/fordista consistia na combinação de métodos de produção industrial na perspectiva de diminuição do tempo de produção e aumento do número de produtos fabricados. Este modelo era baseado na especialização do trabalhador em uma única função, sem que tivesse conhecimento dos aspectos gerais do processo; nas montadoras de automóveis de Henry Ford essa perspectiva ganhou materialidade com a organização da produção em série, em que cada operário era responsável por uma parte específica. Cabe salientar que, sob este modelo, o trabalhador exercia uma função alienada de complemento à máquina, bem como produzia algo estranhado. Acerca deste modelo de produção, Antunes (1999, p. 37) assinala que:

Esse padrão produtivo estruturou-se com base no trabalho parcelar e fragmentado, na decomposição das tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto de atividades cuja somatória resultava no trabalho coletivo produtor dos veículos. Paralelamente à perda de destreza do labor operário anterior, esse processo de desantropomorfização do trabalho e sua conversão em apêndice da máquina-ferramenta dotavam o capital de maior intensidade na extração do sobretrabalho. À mais-valia extraída extensivamente, pelo prolongamento da jornada de trabalho e do acréscimo da sua dimensão absoluta, intensificava-se de modo prevaiente a sua

⁹ O modelo taylorista de produção teve como fundamento os estudos de Frederick Taylor, que observou a organização das fábricas estadunidenses entre o final do século XIX e início do século XX, desenvolvendo, assim, uma teoria para que através de uma organização racional se pudesse aumentar a produção. Tal modelo era baseado na administração científica, tendo como pontos principais: o controle do tempo, a padronização dos processos, o planejamento das ações, instrução aos trabalhadores, gratificações para aqueles que produzissem mais, especialização das tarefas (cada um fazia apenas uma parte do trabalho que era coletivo). Portanto, o taylorismo veio racionalizar os processos de trabalho, com estabelecimento de regras e hierarquias descentralizadas para manter maior controle sobre a classe trabalhadora. O modelo fordista, por sua vez, utilizou alguns pontos do taylorismo, como a especialização das tarefas, para organizar uma produção em massa de carros e incentivar o consumo em larga escala, no sentido de garantir a acumulação de capital e fazer com que a economia do país voltasse a crescer. A produção em massa das mercadorias, associada ao incentivo ao consumo, aumentaria a produção, os salários e geraria a expansão do mercado (PINTO, 2010).

extração intensiva dada pela dimensão relativa da mais-valia. A subsunção real do trabalho ao capital, própria da fase da maquinaria, estava consolidada.

No que diz respeito às relações sociais e organização da sociedade neste período, o modelo keynesiano de organização do Estado, conhecido como Estado de bem-estar social, surgiu para garantir a retomada do desenvolvimento social como parte de sustentação da acumulação de capital. Na perspectiva de controlar os mercados econômicos e regular as relações entre as classes dominantes e dominadas, através do estabelecimento de direitos sociais que garantissem o desenvolvimento da sociedade, buscando superar a crise, este modelo apostou na garantia do pleno emprego e no poder de consumo das pessoas para permitir a continuidade da produção em larga escala.

No Brasil, esse período foi demarcado por um desenvolvimento industrial tardio, se comparado aos países centrais. A partir do início do século XX, desenvolveu-se uma série de eventos socioeconômicos e políticos, como a organização sindical, o estabelecimento de partidos de esquerda de caráter comunista, bem como começou a se estruturar um processo de concessão de direitos sociais aos trabalhadores que tinham acesso ao trabalho formal, enquanto que os que não possuíssem carteira assinada ficavam entregues à própria sorte ou aos cuidados de instituições filantrópicas. Nesse contexto, foram formuladas a Lei Orgânica da Previdência (Lei nº 3.807 de 1960), a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT – decreto-lei nº 5.452 de 1943), além de estabelecidos ministérios e órgãos responsáveis por ações de saúde, educação e assistência social. “Contudo, esse desenvolvimento foi restrito e incompleto, em comparação com a experiência keynesiano-fordista no capitalismo central” (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, p. 107).

O período de apogeu desse modelo foi marcado pela produção crescente de mercadorias e intervenção estatal no controle das crises, bem como a garantia de direitos trabalhistas aos trabalhadores, para garantir a reprodução social da população. Nesse contexto, houve crescimento econômico atrelado a altos índices de empregos formais com garantia de direitos sociais para que a população pudesse consumir plenamente as mercadorias produzidas e garantir a manutenção do capital. Sobre esse período, Harvey (1993, p. 125) destaca que:

[...] Os padrões de vida se elevaram, as tendências de crise foram contidas, a democracia de massa, preservada e a ameaça de guerras intercapitalistas, tornada remota. O fordismo se aliou firmemente ao keynesianismo, e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu a sua rede inúmeras nações descolonizadas. [...]

A partir da década de 1970, o período de apogeu do taylorismo/fordismo começou a declinar, com acentuada queda da acumulação de capital. As características que melhor

definem as causas desse declínio foram: a queda da taxa de lucro, que teve como um fator impulsionador a redução dos níveis de produtividade decorrentes do aumento do preço da força de trabalho, e a diminuição da carga horária diária de trabalhos, ganhos das lutas dos trabalhadores; decadência do padrão de acumulação fordista/taylorista, devido à retração do consumo como consequência do desemprego que já começava a se acentuar; crescimento da esfera financeira, em seu caráter especulativo, no processo de internacionalização do capital, como consequência da crise que se instaurava; maior concentração de capitais através de monopólios e oligopólios; a crise do Estado de Bem-estar social, “[...] acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado” (ANTUNES, 1999, p. 30). As mais visíveis consequências se expressam no aumento das privatizações, desregulamentações e a flexibilização do processo produtivo.

As características descritas fazem parte de um processo mais profundo de crise estrutural do capital, como manifestação do caráter destrutivo do capitalismo, “[...] presente na intensificação da lei de tendência decrescente do valor de uso das mercadorias, quanto da incontabilidade do sistema de metabolismo social do capital” (ANTUNES, 1999, p. 31). Nesse processo de desequilíbrio da estrutura produtiva, também, os mecanismos de regulação das leis trabalhistas desmoronaram.

Sobre a crise do capital, Mészáros (2000) afirma que o sistema do capital é permeado pela contradição, desse modo, os Estados nacionais estão em constante disputa de hegemonia e poder, bem como a produção em massa não pode mais ser sustentada, dada a sua falta de escoamento, desperdício e destrutividade irracional do sistema. Além disso,

[...] porque a contradição, até há pouco velada, entre o irrefreável impulso expansionista do capital (tendendo a uma integração global completa) e suas formações estatais historicamente articuladas – como estados nacionais concorrentes – afloram abertamente, destacando não apenas a destrutividade do sistema, como também sua incontabilidade. Não espanta, portanto, que o fim da ascendência histórica do capital no século XX traga consigo a crise profunda de todas as suas formações estatais conhecidas.

Para responder à crise, os capitalistas começaram um processo de mudanças dentro do próprio sistema, da adoção de medidas de caráter liberal, em uma perspectiva de retomada dos ideais liberais de regulação social e econômica através do mercado – o neoliberalismo¹¹. Os principais fatores que ancoraram esse processo de reorganização do

¹¹ O pensamento liberal do século XIX, que ganha força a partir da crise econômica e social de 1970, se intitulou de neoliberalismo. “O neoliberalismo consiste em uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista, opondo-se fortemente a qualquer forma de planejamento da economia. Condena toda ação do Estado que limite

capital foram a privatização de serviços públicos, desregulamentação dos direitos trabalhistas e o desmonte das empresas estatais, assim como a transferência para a sociedade civil de algumas atribuições no amparo aos direitos básicos da população. Com efeito,

O projeto neoliberal passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e, logo depois, nos países subordinados, contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do estado, políticas fiscais e monetárias sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital, como FMI e BIRD, desmontagem dos direitos sociais dos trabalhadores, combate cerrado ao sindicalismo classista, propagação de um subjetivismo e de um individualismo exacerbados, da qual a cultura pós-moderna. (SANTOS, DIÓGENES e REIS, 2012, p. 54).

Esse processo, em termos econômicos, é baseado na interlocução entre os ideais neoliberais e o aperfeiçoamento das relações de produção através do toyotismo – modelo de estruturação do trabalho japonês baseado na utilização das tecnologias para aperfeiçoar a produção e reduzir o número de trabalhadores necessários na execução do processo, reduzindo, assim, os custos de produção. Sobre este modelo, Antunes (1999, p. 52) o define como sendo fundamentado,

[...] num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços. Desenvolve-se em uma estrutura produtiva mais flexível, recorrendo frequentemente à desconcentração produtiva, às empresas terceirizadas etc. Utiliza-se de novas técnicas de gestão da força de trabalho, do trabalho em equipe, das ‘células de produção’, dos ‘times de trabalho’, dos grupos ‘semi-autônomos’, além de requerer, ao menos no plano discursivo, o ‘envolvimento participativo’ dos trabalhadores, em verdade uma participação manipuladora e que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado e estranhado. O ‘trabalho polivalente’, ‘multifuncional’, ‘qualificado’, combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho.

Segundo Antunes (1999), as principais diferenças entre o toyotismo e o modelo fordista/taylorista são: 1) que a produção daquele é baseada na demanda, tendo assim, uma produção heterogênea de acordo com o público alvo, neste a produção se dava em massa, de maneira homogênea; 2) fundamenta-se no trabalho em equipe, diferente do modelo parcelar fordista; 3) estruturação flexível do processo produtivo em que o trabalhador pode operar várias máquinas, enquanto no fordismo, cada operário era responsável por uma máquina; 4)

os mecanismos de mercado, denunciando-as como ameaças à liberdade, não somente econômica, mas também política. Para os teóricos neoliberais, tanto os vinculados à escola econômica austríaca que emergiu no final do século XIX e teve como principal discípulo, no século XX, Frederich Hayek, como os vinculados à escola de Chicago, cujo representante mais emblemático é Milton Friedman, a razão é incapaz de reconstruir a ordem social, portanto, o uso de qualquer forma de planejamento, na economia, seria consequência de um equívoco teórico, devendo-se permitir que a ordem espontânea do mercado se manifeste livremente” (RIZZOTTO, 2008, p. 275-276).

baseia-se no melhor aproveitamento do tempo (*Just in time*); 5) sistema com uso de placas ou senhas para reposição de peças e estoques (*Kanban*), a fim de evitar desperdícios; 6) descentralização da produção, que agora se dá de forma horizontalizada, em que a fábrica central se encontra em um país, mas as outras estão em outros países do mundo – na grande maioria, subdesenvolvidos, em que os custos com a força de trabalho são mais baixos; 7) constituição de Círculos de Controle de Qualidade, nos quais os trabalhadores são chamados a discutir seu trabalho e desempenho, apresentando sugestões de como melhorar a produtividade da empresa – essas opiniões são apropriadas, avaliadas e utilizadas pelos empresários de acordo com as necessidades da empresa; 8) por fim, o modelo, com sua origem no Japão, tinha como iniciativa o “emprego vitalício” de uma parcela mínima dos trabalhadores. Mas, nos países ocidentais, o que houve foi o emprego massivo de trabalhadores terceirizados e com vínculos temporários.

Destarte, o modelo toyotista começou a ser consolidado nas empresas dos países ocidentais desenvolvidos, recebendo adaptações de acordo com as peculiaridades de cada país. A partir de 1980, este modelo organizacional do trabalho foi se expandindo para todo o mundo e sendo utilizado em outros setores econômicos, como o setor de serviços, visto que sua principal finalidade é garantir maior lucratividade através da subordinação do trabalho vivo à acumulação do capital.

Pinto (2010), em análise sobre o modelo toyotista, descreve o processo de produção que se baseia no controle do trabalho vivo e da produção de mercadorias, a fim de evitar desperdícios. Assim, os trabalhadores têm que executar várias funções no processo produtivo, exigindo mais esforço à medida que o mercado consumidor solicite mais produtos. Sendo assim,

[...] No sistema toyotista, a automação, a polivalência e a organização celular permitiram que a capacidade produtiva dos postos de trabalho passasse a ser flexível, absorvendo variações quantitativas e qualitativas na demanda dos produtos, sem manutenção de estoques e contando com um número idealmente fixo de trabalhadores, dos quais podem ser exigidas jornadas flexíveis, com aumento significativo de horas extras. Fica claro, nesse ponto, a abrangência e a sistematicidade desse conjunto de métodos e tecnologias japonesas, que englobam desde a organização interna do processo produtivo até a organização da cadeia industrial como um todo. (PINTO, 2010, p. 70).

No Brasil, segundo Alves (2007), esse modelo ganha expressividade a partir da consolidação do ideário neoliberal e da reestruturação produtiva nos governos de Collor e Cardoso. “A intensificação da concorrência e a proliferação dos valores de mercado contribuíram para a adoção da nova forma de exploração da força de trabalho e de organização da produção capitalista no Brasil” (ALVES, 2007, p. 158).

O Brasil começou a receber mais interferência do capital internacional na década de 1970 sob o regime ditatorial, em que, a partir do discurso de modernização do país, começou-se a receber maior influência do capital estrangeiro, sob a égide dos organismos internacionais. No entanto, apesar de haver um avanço gradativo das ideias neoliberais no país, com o movimento de redemocratização na década de 1980, se reacende a luta pelos direitos sociais, através de embates diretos entre os movimentos populares e as forças políticas dominantes.

A grande novidade, portanto, era o processo de redemocratização, apesar da crise econômica, com seu forte conteúdo reformista, no sentido de desenhar na Constituição políticas orientadas pelos princípios da universalização, responsabilidade pública e gestão democrática. Constituiu-se nesse período uma Articulação Nacional de Entidades pela Mobilização Popular na Constituinte, reunindo movimentos sociais, personalidades e partidos políticos com compromissos democráticos que participaram dos grupos de trabalho. Daí decorre, por exemplo, a introdução do conceito de seguridade social, articulando as políticas de previdência, saúde e assistência social, e dos direitos a elas vinculados, a exemplo da ampliação da cobertura previdenciária aos trabalhadores rurais, agora no valor de um salário mínimo e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos e pessoas com deficiência. (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, p. 144).

Cabe destacar que os ganhos referentes aos avanços em políticas públicas no Brasil, a partir da década de 1990, apesar de apresentarem discurso de universalização, se configuram como seletivos e focalizados, na garantia dos mínimos direitos sociais à população pelo Estado. Em contrapartida, avançou-se a privatização de serviços públicos, como saúde, educação e previdência, além de abastecimento elétrico, empresas telefônicas, bancos, empresas públicas, como a Vale do Rio Doce, na perspectiva de fazer parte do circuito mundial de ações neoliberais, a fim de estabelecer as alianças e consensos na sustentação da acumulação de capital no país.

É importante salientar que esse contexto toytista/neoliberal se ancorou em maior automação nos processos de comunicação e expansão dos mercados mundiais, sendo assim, a velocidade com que os modelos organizacionais chegaram aos países desenvolvidos e não desenvolvidos foi mais rápida que outros modelos anteriores. A descentralização dos processos produtivos a uma escala mundial, com a instalação de empresas multinacionais de países desenvolvidos para diversos países no mundo, fez com que o mercado se tornasse global, com variações decorrentes das peculiaridades regionais e locais.

Cabe salientar que o processo de instalação de multinacionais teve início após a segunda guerra mundial (décadas de 1940-50), a partir da procura de empresas norte-americanas e europeias por novos mercados e outras possibilidades de exploração de matéria prima e força de trabalho. Mas, a partir da década de 1970, houve uma maior

internacionalização das economias dos países industrializados, com a atuação dos países asiáticos e, posteriormente, na década de 1980, com a participação do Brasil, Índia, Rússia e China de forma ativa nas transações de exportação de mercadorias e serviços para diversos países no mundo (STAL e CAMPANÁRIO, 2010).

Sobre esse contexto de globalização do mercado de trabalho, Ianni (1999, p. 23) pontua que:

O que caracteriza o mundo do trabalho no fim do século XX, quando se anuncia o século XXI, é que ele se tornou realmente global. Na mesma escala em que se dá a globalização do capitalismo, verifica-se a globalização do mundo do trabalho. No âmbito da fábrica global criada com a nova divisão transnacional do trabalho e da produção, a transição do fordismo ao toyotismo e a dinamização do mercado mundial, tudo isso amplamente favorecido pelas tecnologias eletrônicas, nesse âmbito colocam-se novas formas e novos significados do trabalho. São mudanças quantitativas e qualitativas que afetam não só os arranjos e a dinâmica das forças produtivas, mas também a composição e dinâmica da classe operária. A própria estrutura social, em escala nacional, regional e mundial, é atingida pelas mudanças. Na medida em que a globalização do capitalismo, vista inclusive como processo civilizatório, implica formação da sociedade global, rompem-se os quadros sociais e mentais de referência estabelecidos com base no emblema da sociedade nacional.

Os trabalhadores, assim, são parte de toda a organização do trabalho internacional. Na medida em que as empresas não são nacionais, a exploração se dá em âmbito mundial, uma vez que as empresas colocam suas filiais em outros países, terceirizando o processo de trabalho, isentando-se dos custos diretos dos trabalhadores. Com isso, os custos de produção diminuem e aumentam as chances de competir no mercado. Um bom exemplo disso é a instalação de inúmeras empresas em países asiáticos em desenvolvimento, como a China, em que as jornadas de trabalho são extenuantes e o custo com os trabalhadores baixos, deixando os preços dos produtos mais competitivos no mercado mundial.

O toyotismo, ao envolver a participação dos trabalhadores no processo produtivo, tanto na execução quanto em atribuições intelectuais, captura de forma subjetiva os ideais destes, que se consideram parte da empresa, não se vendo diretamente como explorados. No entanto, o trabalhador continua sem a posse dos meios de produção e tem mais valia subtraída de seu trabalho, tanto em caráter absoluto (carga horária estendida), quanto relativo (aprimoramento dos meios de produção). Também podemos identificar uma alienação na relação entre homem e máquina, já que as tecnologias se encontram cada vez mais desenvolvidas, necessitando de uma atuação mínima do trabalhador em determinados serviços, exigindo dele conhecimentos para operar as novas tecnologias.

A alienação/estranhamento é ainda mais intensa nos estratos precarizados da força humana de trabalho, que vivenciam as condições mais desprovidas de direitos e em condições de instabilidade cotidiana, dada pelo trabalho *part-time*, temporário, e

precarizado. Sob a condição da precarização, o estranhamento assume a forma ainda mais intensificada e mesmo brutalizada, pautada pela perda (quase) completa da dimensão de humanidade. Nos estratos mais penalizados pela precarização/exclusão do trabalho, o estranhamento e o fetichismo capitalista são diretamente mais desumanizadores e bárbaros em suas formas de vigência (ALVES e ANTUNES, 2004, p. 348).

Quando observado deste ângulo de interpretação, a situação em que se encontra o estrato precarizado de trabalhadores, podemos inferir que à medida que avançam as tecnologias e as formas de explorar mais um número reduzido de trabalhadores, grande parte da população se torna exército de reserva, agravando as desigualdades sociais, os conflitos inerentes à violência, a falta de perspectiva de vida, dentre outras problemáticas que se expressam na esfera social.

Harvey (1993), em análise sobre a acumulação flexível, empreende debate acerca das configurações que tomam as organizações do trabalho flexibilizadas através da subcontratação, emprego temporário e atividades autônomas, dentre outras formas de trabalho desregulamentado, que têm como base de sustentação tanto a busca de lucros pelos capitalistas quanto o enfraquecimento das lutas dos trabalhadores que procuram agora, pelo menos, garantir sua subsistência. Ele destaca que “[...] a desvalorização da força de trabalho sempre foi a resposta instintiva dos capitalistas à queda de lucros” (HARVEY, 1993, p. 179). No entanto, existe uma desigualdade entre os trabalhadores que ocupam postos de comando das tecnologias e da organização da produção, e aqueles menos especializados, que representam uma “[...] subclasse mal remunerada e totalmente sem poder” (HARVEY, 1993, p. 181).

No Brasil, esse tipo de trabalho em busca da subsistência está presente desde a organização socioeconômica e política do país, em que o trabalho manual e duro era exercido por escravos e por aqueles que eram livres, mas não abastados, e viviam de atividades informais que garantissem o sustento. Com a abolição da escravatura e a imigração de europeus, a massa de trabalhadores desempregados e subempregados aumentou ainda mais, revelando sempre o caráter desigual da sociedade brasileira. Acerca deste assunto Theodoro (2004, p. 81-82) define que:

O perfil de ocupação da força de trabalho assumirá então nova conformação. Enquanto a mão-de-obra imigrante chega ao país e se ocupa cada vez mais da produção de café, uma parte crescente da população liberada, até então escrava, vai se juntar ao contingente de homens livres e libertos, a maioria dos quais dedicava-se seja à economia de subsistência, seja a alguns ramos assalariados – especialmente nos pequenos serviços urbanos. O nascimento do mercado de trabalho ou, dito de outra forma, a ascensão do trabalho livre, como base da economia, foi acompanhada pela entrada crescente de uma população trabalhadora no setor de subsistência e em

atividades mal remuneradas. Esse processo vai dar origem ao que, algumas décadas mais tarde, será denominado o 'setor informal', no Brasil.

Com o advento da industrialização e da crescente urbanização, houve um período de crescimento econômico, no entanto, a partir de 1980, o Brasil começou a sentir os efeitos da crise mundial. Desse modo, adotou o ideário neoliberal, realizou reformas aos moldes dos exemplos internacionais e as consequências para a população trabalhadora foram: maior desregulamentação do trabalho e aumento da massa de trabalhadores informais, através do comércio ambulante e prestação de serviços diversos.

Sobre as pessoas com deficiência e a atuação no setor informal, não existem dados sistematizados periodicamente, existem somente pesquisas de caráter focalizado. Mas podemos inferir que, assim como os demais trabalhadores, eles buscam atividades laborais tanto para se sustentarem, como para complementar a renda, caso recebam algum benefício, quanto para garantir sua sobrevivência e a de familiares.

Em pesquisa acerca do trabalho de pessoas com deficiência no setor informal, Tissi (2000) identificou que estes trabalhadores, quando apresentavam deficiência adquirida, antes dessa condição já possuíam uma relação de trabalho precarizada e instável, através de experiências de trabalho temporário. O grupo pesquisado era composto de comerciantes ambulantes que viviam a mercê de um mercado não regulamentado e permeado pela disputa de vendas e espaços. Sobre isso, Tissi (2000, p. 81) define que:

Há diferentes tipos de inserção no comércio ambulante, de acordo com a rentabilidade obtida, grau de integração com o setor formal, e tipo de atuação: como 'testa de ferro' (na condição de deter legalmente o ponto mas ceder seu domínio a um terceiro), como ajudante ou proprietário, e existe a possibilidade de alugar o próprio ponto e atuar clandestinamente em outro. Também caracterizando a heterogeneidade da inserção são as qualidades da relação estabelecida com o poder público, segundo a condição de posse da licença ou clandestinidade, o que pode conformar diferentes relações com a fiscalização. A subordinação do comércio ambulante aos movimentos do capital é percebida através da flutuação dos níveis de renda da população, dos custos da matéria-prima e dos níveis de desemprego que geram inchamento e aumento da concorrência. O trabalho no comércio ambulante é concebido como cansativo e humilhante. A irregularidade dos rendimentos e o sentimento de instabilidade e insegurança da ocupação provocada pelas pressões do poder público e de outros ambulantes forçando a entrada no mesmo e ampliando a concorrência fazem com que o desgaste além de físico seja mental.

Sendo assim, para além das dificuldades de acessibilidade, usufruto de direitos sociais básicos, parte do grupo de pessoas com deficiência vive as inter-relações de acesso precário a formas de sustento. Além disso, parte da qualificação profissional oferecida em instituições filantrópicas se baseia no processo de terapia ocupacional e ensino de atividades artesanais que venham a expressar uma busca de empreendedorismo no seio familiar na busca por uma fonte de subsistência (SILVA, 2011).

No debate empreendido por Alves (2007), a informalidade se encontra incluída no âmbito da precariedade do trabalho, caracterizada pelas condições desiguais de acesso a trabalho digno por toda a população. Arelado a isso está a precariedade salarial, na qual pequena parcela de pessoas detém boa parte da renda produzida no país, deixando a maioria da população em condições de empobrecimento.

Sobre o assunto, esse autor define que, com o advento da reestruturação produtiva, há a constituição de uma nova precariedade do trabalho que não diz respeito somente ao setor informal, mas atinge também os trabalhadores formais, através da perda de direitos trabalhistas, intensificação das horas de trabalho (horas-extras não remuneradas), desregulamentação de valores salariais, diminuição da atuação dos sindicatos, dentre outros fatores, que fazem com que toda a classe trabalhadora se encontre em más condições de trabalho.

Ele caracteriza a precariedade do trabalho no Brasil como tendo raiz em três ordens: a primeira é relacionada à divisão hierárquica do trabalho e à propriedade privada, que sustentam a desigualdade social presente na sociedade decorrente da concentração de renda. Como segunda ordem temos as especificidades do país, caracterizado por uma economia colonialista e escravista, em que a população negra, mesmo depois de libertada oficialmente, continuou em condições de precariedade. Também fez parte do processo a concentração de terras em forma de latifúndios, que se deu a partir da venda de terras públicas àqueles que possuísem dinheiro para comprá-las. Nesse contexto,

Mesmo após a Abolição da Escravatura, em 1888, a segregação racial perdurou. Os industriais, com o apoio do governo republicano, optaram pela utilização nos pólos dinâmicos da indústria brasileira nascente, da força de trabalho de imigrantes brancos, ao invés da força de trabalho dos negros recém-libertos. Os proletários negros, excluídos da senzala, trabalhadores livres, se inseriam agora, em trabalhos precários, mal pagos e sem direitos trabalhistas. É um traço indelével da via colonial-escravista que imprime a sua marca na sociabilidade capitalista até os dias de hoje (ALVES, 2007, p. 261).

Como terceira ordem, está o processo de precariedade, expressa pela adoção dos ideais neoliberais no Brasil, que, associado às características históricas de desigualdade, faz com que a massa de trabalhadores se encontre em condições de baixos salários, mesmo com o maior acesso à educação e a conhecimentos acerca dos processos produtivos.

As questões que perpassam o aprofundamento da precarização nas relações de trabalho fazem parte das mudanças decorrentes da reestruturação produtiva, que culminaram na maior subjugação do trabalhador ao capital. Dentre as tendências que perpassam esse processo, Alves e Antunes (2004) destacam como principais as seguintes: redução do

proletariado com vínculo formal nas indústrias e crescimento das contratações temporárias e desregulamentadas; aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, mas com salários mais baixos se comparados aos dos homens; extensão das mudanças tecnológicas e organizacionais ao setor de serviços que havia absorvido no final do século XX muitos trabalhadores provenientes do setor industrial (essa mudança também teve influência das privatizações de serviços públicos e modernização dos processos de atendimento ao consumidor com o advento da *internet* e maior utilização do *telemarketing*); exclusão de jovens e maiores de 40 anos do mercado de trabalho (considerados velhos para o exercício de determinadas funções), aprofundando o desemprego estrutural, que os leva a procurar alternativas precarizadas e informais na busca de seu sustento; expansão do trabalho em domicílio, a partir da teleinformática, mas no Brasil podemos destacar a instalação de pequenos empreendimentos na extensão de casa para o trabalho autônomo; e, como já explicitado, a transnacionalização do capital e do sistema produtivo.

Como consequência dessas tendências, Alves e Antunes (2004) colocam a maior participação do terceiro setor¹². Esse setor ganha cada vez mais visibilidade, manifestando-se, dentre suas formas, no trabalho voluntário, de caráter predominantemente assistencial, que acolhe os trabalhadores expulsos do mercado formal e presta serviços de interesse público.

As organizações e associações não governamentais atendem aqueles que, devido ao desemprego estrutural, não conseguem fazer parte do mercado de trabalho, nem são atendidos pelo Estado devido ao desmonte das políticas sociais. Parcelas de trabalhadores são integradas nessas instituições para exercer trabalhos voluntários, bem como receberem suporte para garantir sua subsistência, ao realizar esse trabalho.

Desse modo, essa atuação da sociedade civil atende aos interesses de manutenção do sistema de acumulação do capital, ao prestar assistência àqueles que não são absorvidos pelo mercado. Além do que, as empresas investem nessas instituições, criam programas e projetos com viés de promoção do desenvolvimento social, a fim de obterem mais prestígio perante os consumidores, bem como se beneficiarem de incentivos fiscais, reduzindo os impostos pagos ao Estado e garantindo maior lucratividade.

¹² “Passou-se a denominar de terceiro setor o conjunto de atividades não estatais ou governamentais constituído de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que se dedicam ao fornecimento de serviços básicos de assistência, saúde e educação, pesquisa, construção de moradias, hospitais, clubes, creches, meio ambiente, museus, bibliotecas, filantropia, idosos, crianças carentes, portadores de deficiência e outros, considerados de interesse público. Essas atividades têm sido concebidas como um novo setor para a solução dos problemas sociais decorrentes da organização da sociedade civil, face aos órgãos governamentais, com relação à sua obrigação de oferecer serviços sociais aos pobres, crianças e adolescentes, em situação de risco, pessoas com deficiência ou doença crônica, carentes e populações atingidas por catástrofes.” (SIMÕES, 2009, p. 456).

É importante destacar que, quando se trata do caráter assistencialista, as instituições filantrópicas existem há anos, principalmente com relação a grupos como idosos, crianças carentes e pessoas com deficiência. No Brasil, a educação de pessoas com deficiência é marcada pela atuação de instituições não governamentais, devido à falta de políticas que atendessem essa parcela da população que, por necessitarem de atendimento especializado, foram alijadas das salas de aula comuns. Sobre isso, Mendes (2010), em sua análise acerca da trajetória da educação de pessoas com deficiência, salienta que, a partir da década de 1950, as organizações de cunho filantrópico começaram a estruturar o atendimento a esse grupo.

Assim, o fortalecimento neste período da iniciativa privada, com instituições de natureza filantrópica sem fins lucrativos, se deveu primeiramente a uma omissão do setor da educação pública que forçou uma mobilização comunitária para preencher a lacuna do sistema escolar brasileiro. Ao mesmo tempo percebe-se que estas instituições se tornaram parceiras do governo e foram financiadas com recursos provenientes da área de assistência social, o que permitiu exonerar a educação de sua responsabilidade. (MENDES, 2010, p. 99).

Desse modo, ocorreu a desresponsabilização do Estado para com a educação dessas pessoas com deficiência, que passaram a ter seu atendimento educacional e social nessas instituições, que têm como principais representantes a Sociedade Pestalozzi, criada em 1945, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), criada em 1954, presentes em todo o país.

Com relação às mudanças e exigências no trabalho, o ideário neoliberal se assenta na valorização do subjetivismo e do individualismo. A partir da exigência de maiores habilidades para realizar diversas funções no contexto de produção flexível, os profissionais devem ter uma qualificação contínua para poder competir no mercado de trabalho. Segundo Alves (2007), a vida se transforma em um grande negócio, em que os trabalhadores são autoempreendedores, na perspectiva da oferta de uma força de trabalho qualificada.

É claro que se trata de uma nova ideologia do capital, uma operação complexa levada a cabo pelo novo regime de acumulação flexível, sob o espírito do toyotismo, que busca ocultar as contradições candentes de capitalismo em sua etapa de crise estrutural. A verdade da ideologia é mascarar as contradições. A máscara do toyotismo é a máscara do autoempreendedorismo. É a ideologia extrema da abolição do regime salarial, cujo sonho toyotista é um mundo da produção constituído apenas por empresas individuais de prestação de serviços individuais. A ideologia do autoempreendedorismo é a solução fictícia à crise estrutural do mercado de trabalho capitalista. Nesta ótica ideológica, cada um deverá se sentir responsável por sua saúde, por sua mobilidade, por sua adaptação aos horários variáveis, pela atualização de seus conhecimentos. (ALVES, 2007, p. 170).

No que diz respeito às pessoas com deficiência, as instituições e associações que trabalham em prol dos direitos desse grupo, bem como ao atendimento às suas necessidades,

desenvolvem projetos de qualificação profissional que fazem parte do processo de desenvolvimento das potencialidades e da autonomia para serem postos em convívio social. As ações desenvolvidas são de caráter focalizado, em que cada entidade desenvolve cursos para determinados públicos que atendem, seja a deficiência visual, auditiva, física ou intelectual. Por exemplo, a Federação Nacional da APAES (FENAPAES) desenvolve projetos que são financiados por recursos públicos destinados à qualificação profissional de trabalhadores, através de concorrência em editais. Desse modo, cada vez mais, as pessoas com deficiência entram no universo da competitividade, a partir da busca por qualificações profissionais que garantam sua empregabilidade.

Esse processo se ancora também na desestruturação dos sindicatos, em que são valorizados os ganhos individuais e se perde a força da luta pelos direitos sociais para a coletividade dos trabalhadores. “O [que] predomina no discurso toyotista é o estímulo individual através da concessão de bônus salariais (o que se tornaram no Brasil nas Participações em Lucros ou Resultados), debilitando, deste modo, alguns protocolos institucionais clássicos, como o emprego vitalício” (ALVES, 2007, p. 174).

Isso decorre, também, da inversão de valores presentes no capitalismo, em que o dinheiro ganha importância nos processos de troca e a execução do trabalho se torna subordinada às vantagens econômicas que podem trazer sua posse. Assim, mesmo que o trabalho não tenha garantias trabalhistas e de seguridade social, pelo menos o dinheiro para a satisfação das necessidades imediatas é garantido para que se possa consumir e se fazer visível pelo mercado.

Nesse contexto de busca pela empregabilidade e ganhos individuais, os trabalhadores têm que estar em busca de conhecimentos que lhe confirmem competências para atuar de forma dinâmica no mercado. Essas exigências são diferentes daquelas do fordismo, em que o operário necessitava somente de um conhecimento focalizado na operação da máquina ou de uma atividade especializada. Sob esse modelo, no Brasil, existem dois tipos de escolarização, o nível médio integrado ao profissional, destinado aos trabalhadores técnicos, e o nível médio de caráter propedêutico, com conhecimentos que preparam para o ensino superior.

Com o advento do toyotismo, exige-se um profissional polivalente e detentor dos conhecimentos mínimos para tomar decisões que melhorem a produção, além de possuir habilidades para manusear as tecnologias utilizadas nos processos laborais, seja no setor industrial, comercial ou de serviços. Sobre essas exigências, Santos *et al.* (2012, p. 86) pontuam que:

Para esse novo paradigma, o que importa são os comportamentos e as atitudes exigidas como resposta positiva às novas relações entre o capital e o trabalho. A competência é uma noção cuja centralidade está no pragmatismo, portanto, visa a resultados e, como tal, constitui uma estratégia privilegiada cujo ponto de partida é a geração de vantagens competitivas, no sentido de incrementar a capacidade produtiva do trabalhador.

No sentido de satisfazer às novas exigências do mercado, no Brasil, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9394/96 –, foi realizada uma “reforma” no ensino médio sob a alegação de universalizar essa modalidade, para que todos pudessem ter essa educação generalista para enfrentar as condições flexíveis de trabalho. Essas mudanças foram regulamentadas pelo decreto nº 2.208 de abril de 1997, no governo de Fernando Henrique Cardoso, de viés explicitamente neoliberal, que dispôs sobre a separação entre a oferta de ensino médio e a educação profissional.

Nesse processo, o ensino técnico deixou de ser oferecido nas escolas públicas, sendo destinado somente aos trabalhadores já disponíveis para o mercado de trabalho, através de cursos do sistema S¹³, dentre outros de instituições privadas, bem como, na rede de ensino federal. Nesse ponto, cabe ressaltar que os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) não foram extintos, continuando a oferecer ensino médio integrado ao ensino médio, bem como ofertando cursos técnicos, graduação e pós-graduação de nível tecnológico.

Cabe esclarecer que instituições federais de ensino técnico existem desde 1959, com a nomenclatura de escolas de ensino industrial, com o objetivo de garantir o ensino de habilidades técnicas para execução de atividades especializadas. Ao longo dos anos, a nomenclatura e as atribuições foram sendo alteradas, mas a função principal é garantir educação profissional para a população.

Sobre as questões referentes à educação profissional, na perspectiva da busca pela empregabilidade, nos aprofundaremos no próximo tópico de discussão.

¹³ O Serviço Nacional de Aprendizagem, conhecido como sistema S, tem sua origem no processo de crescimento econômico brasileiro, com a instalação de indústrias no Brasil na década de 1930. A partir da expansão do número de indústrias em um país que era predominantemente agrário, os empresários, ao invés de continuar qualificando na prática seus trabalhadores, solicitaram do governo que se organizasse um sistema de ensino voltado à qualificação das pessoas para que pudessem atuar nas empresas. Desse modo, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), pelo Decreto-lei nº 4048, de 1942, tendo como responsável por sua gestão a Confederação Nacional da Indústria (IAMAMOTO, 2008). A partir de então, foram sendo criados serviços com o mesmo objetivo, de acordo com as categorias empresariais, como comércio, transporte, dentre outros. Em 1946, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), depois surgiram os demais, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE – 1972), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT – 1993), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR – 1991), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP – 1998), na perspectiva de atender às demandas do mercado, tendo como gestores as entidades de classe, como setor privado. Para o suporte ao atendimento aos trabalhadores existem, também, o Serviço Social da Indústria, do Comércio e do Transporte, nos quais o atendimento é mediante a contribuição ao trabalhador no oferecimento de atendimento médico, opções de esporte, lazer e cultura.

2.3 Qualificação e competências: formação do trabalhador sob o jugo do capital

Para iniciar o debate exporemos os conceitos dos termos qualificação e competências, a partir de Ferretti (1997), que traz a diferenciação sócio-histórica desses termos que, em geral, são usados como sinônimos. Compreender estes conceitos nos parece pertinente para o exame de nosso objeto, já que a formação profissional, inclusive a destinada às pessoas com deficiência, como veremos adiante, se submete a essas concepções.

A qualificação consiste no conjunto de atributos dos trabalhadores para exercer suas funções no trabalho. De acordo com Hirata (1994), o modelo das qualificações segundo os atributos para exercer determinado trabalho predominou no modelo fordista, no que diz respeito à qualificação do emprego que reúne habilidades para exercer funções simples.

Já competências dizem respeito ao comportamento diante das situações difíceis, um saber ser, além do saber fazer. “[...] o conceito de competência representa a atualização do conceito de qualificação, segundo as perspectivas do capital, tendo em vista adequá-lo às novas formas pelas quais este se organiza para obter maior e mais rápida valorização [...]” (FERRETTI, 1997, p. 258). Partindo de análise similar, Kuenzer (2002, p. 1) assevera:

No contexto das políticas educacionais formuladas a partir da nova LDB, o conceito de competências, embora não seja novo, assume papel central; mesmo apenas anunciado sem se fazer presente nas diretrizes e parâmetros curriculares do ensino fundamental, aparece como categoria central nas diretrizes curriculares para o ensino médio, para a educação profissional e para a formação de professores. Sua adoção, sem o suporte da democrática discussão com os profissionais da educação e com suas entidades representativas, constitui-se em posição de Governo, a partir do que os professores das escolas foram instados a rever e mudar suas práticas para ajustar-se a esta nova concepção.

Sendo assim, podemos inferir que o conceito de competências, de certa forma, engloba a qualificação. Para além dos conhecimentos técnicos e teóricos, é necessário possuir habilidades (“saber ser”) para se manter em um mercado de trabalho instável, no qual hoje se exerce uma função, amanhã pode-se ter que realizar outra.

Para Kuenzer (2002, 2003), a partir de suas pesquisas com os trabalhadores, essa concepção de competências a partir da articulação entre conhecimentos teóricos e práticos se configura como uma práxis, na medida em que se devem utilizar habilidades intelectuais na execução concreta e material do trabalho. No entanto, devido à estrutura do capital que subordina o trabalhador à produtividade, o fazer cotidiano da prática ganha mais visibilidade no processo de aprendizagem.

Do ciclo de reformas educativas do golpe civil-militar centrado na ideologia do capital humano, transitamos para um ciclo de reformas sob a ditadura do capital. A travessia efetivou-se, perversamente, pela profunda regressão das relações sociais e com um aprofundamento da mercantilização da educação no seu plano institucional e no seu plano pedagógico (FRIGOTTO, 2002). No âmbito do pensamento pedagógico, o discurso em defesa da educação é predominantemente retórico ou colocado de forma inversa tanto na ideologia do capital humano (conjuntura da década de 1960 a 1980), quanto nas teses, igualmente ideológicas, da sociedade do conhecimento, da pedagogia das competências (RAMOS, 2001) e da empregabilidade (décadas de 1980 e 1990). (FRIGOTTO, 2007, p. 1137-1138).

Segundo Frigotto (2007), a noção de competências faz parte da ofensiva capitalista de apregoar a possibilidade de emprego para todos, ao introduzir o discurso do cidadão produtivo, qualidade total, empregabilidade, sociedade do conhecimento, diante um contexto de substituição do trabalho humano pelo uso das tecnologias, que agudiza o processo de desemprego estrutural. Desse modo, para o trabalhador, a visão é que se deve adquirir maior qualificação profissional, através de inúmeros cursos de curta duração.

Marise Ramos (2001,2002) tem uma análise aprofundada sobre o conceito de competências, na perspectiva da elaboração de uma pedagogia das competências, a partir da retórica adotada pelo governo brasileiro de que os estudantes da educação profissional têm que adquirir essas habilidades para a formação direcionada ao trabalho técnico. Segundo a autora, a noção de competência remete ao conjunto de conhecimentos, capacidades, qualidades e aptidões em utilizar os saberes acumulados na resolução das questões que envolvem o ambiente de trabalho.

Na perspectiva da exigência de um trabalhador polivalente que contribua ao máximo com a lucratividade da empresa, não se tem mais a ideia de postos fixos de trabalho, já que se exigem as competências para exercer funções variadas e, desse modo, se diferencia do conceito de profissão que tem atribuições delimitadas, ao se apresentarem como propriedades instáveis no processo de trabalho (RAMOS, 2009).

As competências que passam a ser valorizadas são, em resumo, as que permitem integrar de forma rápida e eficaz o pensamento e a ação na solução dos problemas e demandas da organização. Ou seja, passa-se a falar que é necessário que o trabalhador seja responsável e use da autonomia, iniciativa e criatividade para exercer sua capacidade de adaptação, de assimilação de novos conhecimentos, de acompanhamento do aumento crescente do fluxo de informações, de responder adequadamente às imprevisibilidades e às incertezas, de promover ações contínuas de inovação e de manejar de situações complexas. (MACHADO, 2007, p. 9).

Sendo assim, a gestão do trabalho sob a ótica das competências tem foco nos resultados obtidos a partir da ação desses trabalhadores tidos competentes, com base na avaliação das suas habilidades gerais de convívio no meio de trabalho, de articulação dos

conhecimentos e técnicas para gerir os processos de forma eficiente, garantindo a produtividade e a manutenção do capital.

Cabe ressaltar que o sistema educacional é subordinado à lógica capitalista da sociedade, tendo sua organização voltada às necessidades da manutenção do capital, na medida em que subjuga o desenvolvimento intelectual crítico das pessoas à mera reprodução dos conhecimentos acumulados pela humanidade, na medida em que contribuam estritamente para o desenvolvimento da força de trabalho.

O processo de aperfeiçoamento dos meios de produção e o advento da industrialização requereram um conhecimento básico dos trabalhadores para garantir a produtividade, através do manuseio do maquinário. Desse modo, a escolarização foi amplamente difundida, ainda hoje com caráter dicotômico, em que as pessoas abastadas são incentivadas a estudar muitos anos e chegar ao ensino superior. Por outro lado, aqueles de condição empobrecida têm maior necessidade de começar a trabalhar cedo e têm como oferta de ensino a educação profissional. Sobre isso, Saviani (2007, p. 155) afirma que:

Ora, essa divisão dos homens em classes irá provocar uma divisão também na educação. Introduce-se, assim, uma cisão na unidade da educação, antes identificada plenamente com o próprio processo de trabalho. A partir do escravismo antigo passaremos a ter duas modalidades distintas e separadas de educação: uma para a classe proprietária, identificada como a educação dos homens livres, e outra para a classe não proprietária, identificada como a educação dos escravos e serviçais. A primeira, centrada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar. E a segunda, assimilada ao próprio processo de trabalho.

Como visto anteriormente, a reestruturação produtiva e as mudanças no mundo trabalho exigiram novos formatos de qualificação dos trabalhadores, desmontando além do *saivor faire*, um conjunto de competências para execução das atividades desenvolvidas no modelo de produção toyotista. Nesse contexto, é exigido dos trabalhadores escolaridade e habilidades teóricas e práticas, na perspectiva de enfrentar os obstáculos que apareçam no processo de produção. No entanto, a lógica capitalista faz com que as pessoas tenham que buscar cursos para se sentirem melhor qualificadas para serem, supostamente, incluídas no mercado de trabalho.

Segundo Alves (2007), a lógica dessa retórica da busca pela qualificação para a empregabilidade faz parte da lógica capitalista que interfere nas relações sociais e na subjetividade das pessoas, fazendo com que se tenha a ideia de inclusão social através do trabalho e do consumo, porém, a verdadeira lógica nos mostra que é um modelo de sociedade e economia pautado na desigualdade social.

A produção toyotista se dá a partir de um modelo enxuto, com número reduzido de profissionais, sendo mais explorados para garantir os lucros das empresas. Os processos de organização da produção são pautados na subsunção do trabalho ao capital, ou seja, a intenção principal de estabelecer novas formas de organização produtiva é garantir a manutenção da acumulação de capital em patamares lucrativos para as classes dominantes. Desse modo, são alteradas as formas de organização do trabalho na perspectiva de extrair maior volume de mais-valia dos trabalhadores, caracterizando no fordismo uma subsunção “formal-material” do trabalho ao capital, e no toyotismo uma subsunção “formal-intelectual”, em que a exploração se dá não somente da força de trabalho manual, mas também intelectual.

É por isso que o toyotismo tende a exigir, para o seu desenvolvimento como nova lógica da produção capitalista, novas qualificações do trabalho que articulam habilidades cognitivas e habilidades comportamentais. Tais novas qualificações são imprescindíveis para a operação dos novos dispositivos organizacionais do toyotismo e da sua nova base técnica (a automação flexível). São elas que compõem a nova subsunção real do trabalho ao capital (subsunção formal-intelectual ou espiritual), (ALVES, 2007, p. 248).

Sobre esse assunto, Katz (1996) afirma que as forças produtivas realizam ações práticas que aumentam a riqueza material da sociedade, sendo assim, as tecnologias são aperfeiçoadas na medida em que confirmam maiores lucros aos capitalistas. No que diz respeito ao desenvolvimento econômico, são utilizadas as maneiras de garantir o lucro, através da troca de mercadorias, concorrência entre produtores, o desenvolvimento das forças produtivas, o trabalho assalariado e a exploração de mais valia, sendo os dois últimos tópicos provenientes das relações de classes inerentes ao capitalismo, que culminam na exploração e subjugação do trabalhador ao capital. Desse modo,

O incremento do trabalho não remunerado dos operários, obtido por meio de mudanças tecnológicas, gesta-se sem nenhum tipo de conspiração premeditada. Surge da qualidade apresentada pela força de trabalho, enquanto mercadoria especial, capaz de produzir, durante a jornada de trabalho, um valor superior ao necessário para sua própria reprodução. O capitalismo inova para aproveitar ao máximo este traço, já que a introdução de novas tecnologias aumenta o excedente que lhe corresponde pelo simples cumprimento das leis de retribuição da força de trabalho. A liderança da inovação, que outorga vantagens a um empresário sobre seu concorrente, é um reconhecimento social da sua capacidade de superar a outrem na subtração de mais-valia. (KATZ, 1996, p. 12).

Sob o modelo toyotista de produção são exigidos conhecimentos teóricos e práticos que confirmam habilidades cognitivas e comportamentais, tais como a capacidade de tomar decisões e comunicação em casos imprevistos, além de mostrar interesse e responsabilidade pelo trabalho. Apesar do desenvolvimento do trabalho morto, através da computação, é pela força do trabalho vivo que a produção realmente se materializa no objeto

final previamente idealizado, pois somente o homem pode agir quando as máquinas não funcionam.

Dessa mudança no mundo do trabalho, deriva o conceito de empregabilidade aos moldes toyotistas, em que, ideologicamente, todos são capazes de serem incorporados no mercado de trabalho, desde que tenham as competências desenvolvidas para tal. Esse conceito surge no período keynesiano/fordista, devido às políticas de bem-estar social, que garantiram maior inclusão de trabalhadores assalariados no mercado. Sob essa prerrogativa, se popularizou o conceito de capital humano, no sentido de ter garantido os trabalhadores qualificados a exercer as competências exigidas pelo fordismo.

A teoria do capital humano¹⁴ foi estruturada pelo economista Theodore Schultz, para explicar o quanto a força de trabalho humano qualificado contribui, assim como o desenvolvimento das tecnologias de produção e investimentos no capital aumentavam a produtividade, desenvolvendo economicamente os países. Segundo Schultz (1973, p. 31-32):

Muito daquilo a que damos o nome de consumo constitui investimento em capital humano. Os gastos diretos com a educação, com a saúde e com a migração interna para a consecução de vantagens oferecidas por melhores empregos são exemplos claros. Os rendimentos auferidos, por destinação prévia, por estudantes amadurecidos que vão à escola e por trabalhadores que se propõem a adquirir um treinamento no local de trabalho são igualmente claros exemplos. [...] Por estas e outras maneiras, a qualidade do esforço humano pode ser grandemente ampliada e melhorada e a sua produtividade incrementada. Sustentarei que um investimento desta espécie é o responsável pela maior parte do impressionante crescimento dos rendimentos reais do trabalhador.

Desse modo, naquele período em que predominava a ideia de pleno emprego, as oportunidades de educação eram utilizadas para que os trabalhadores se aperfeiçoassem e pudessem conseguir melhores empregos, mas em contrapartida, eram vetores de desenvolvimento econômico dos países que ofereciam educação e saúde à sua população. Sendo assim, esse autor fazia uma comparação entre os países centrais do capitalismo e os periféricos, em que aqueles eram bem sucedidos pelas boas condições em que se encontravam os trabalhadores, e estes só poderiam chegar a serem desenvolvidos se seus trabalhadores

¹⁴ “Com efeito, como explica o economista Theodoro Schultz (1962), a noção ou conceito de capital humano, por ele elaborado surgiu nos anos de 1956-57 no Centro de Estudos Avançados das Ciências do Comportamento face à sua perplexidade ante os fatos de que os conceitos por ele utilizados para avaliar capital e trabalho estavam se revelando inadequados para explicar os acréscimos que vinham ocorrendo na produção. Em contrapartida, sinaliza Schultz, percebia que muitas pessoas nos Estados Unidos estavam investindo fortemente em si mesmas, que estes investimentos tinham significativa influência sobre o crescimento econômico, que o investimento básico em si mesmas era um capital humano e que aquilo que constituía basicamente este capital era o investimento na educação. O outro elemento constitutivo do capital humano é o investimento em saúde.” (FRIGOTTO, 2008, p. 67-68).

possuíssem boa qualificação profissional e saúde; tendo esses quesitos satisfeitos, os jovens teriam a possibilidade de realizar as migrações internas em busca de melhores salários.

Mas vale ressaltar que essa teoria tem caráter economicista, tendo como base de análise as questões de desenvolvimento econômico, sem considerar que os países subdesenvolvidos são subordinados aos países desenvolvidos, sendo assim, não têm condições de independência política e econômica para alcançarem o *status* de desenvolvidos. Além disso, essa análise pressupõe que todos têm acesso a boas condições de educação, porém, nos países subdesenvolvidos, dentre eles o Brasil, existe um histórico de desigualdades sociais decorrentes da escravidão, do colonialismo e do imperialismo, que contribuíram para uma estruturação desigual dos processos escolares (FRIGOTTO, 2008).

Com a crise de 1970, essas políticas declinaram e os efeitos destrutivos do capitalismo se tornaram ainda mais evidentes com o crescente desemprego estrutural. Dentre as mudanças necessárias, foi estabelecido o modelo toytista de produção, que trouxe novas exigências, com uma espécie de reedição do conceito de capital humano.

A nova lógica da mundialização do capital significaria *não* o abandono da teoria do capital humano, que se disseminou na ‘época de ouro’ do capitalismo, tendo em vista que sua concepção individualista ainda é adequada à hegemonia neoliberal, mas uma nova tradução da teoria do capital humano. É o conceito de empregabilidade que irá apresentar a *nova tradução da teoria do capital humano* sob o capitalismo global: a educação ou a aquisição (consumo) de novos saberes, competências e credenciais apenas habilitam o indivíduo para a competição num mercado de trabalho cada vez mais restrito, não garantindo, portanto, sua integração sistêmica plena (e permanente) à vida moderna. Enfim, a mera posse de novas qualificações não garante ao indivíduo um emprego no mundo do trabalho. (ALVES, 2007, p. 253).

A partir de então, se proliferaram cursos de qualificação profissional em diversas instâncias, principalmente, com o uso de verbas públicas em instituições privadas, como o sistema S – que oferecem cursos de qualificação profissional nas áreas de indústria, comércio, transporte e empreendimentos – na perspectiva de garantir conhecimentos teóricos e práticos aos trabalhadores para que possam competir no mercado de trabalho, na retórica de que existem vagas para todos aqueles que possuem as habilidades exigidas. No entanto, o que podemos observar é que, mesmo aqueles com nível superior de ensino, apresentam dificuldades de inserção no mercado de trabalho, já que este não absorve toda a demanda, por ter uma organização pautada na grande exploração do trabalho daqueles que conseguem se inserir.

Nesse contexto, se atribui ao trabalhador a responsabilidade de se tornar qualificado e atrativo ao mercado de trabalho, em que antes vigorava a teoria do capital

humano, hoje se tem a ideia de competências, sociedade do conhecimento e empregabilidade, no sentido de fazer com que as pessoas busquem mais conhecimentos para corresponder às exigências. Essas ideias são fortemente difundidas pelos organismos internacionais como Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento, bem como pela mídia, fazendo com que os governos e a sociedade assimilem a ideia, investindo cada vez mais tempo e dinheiro na busca pelo desenvolvimento através do trabalho qualificado explorado (FRIGOTTO; CIAVATTA e RAMOS, 2009).

Acerca das questões referentes à teoria do capital humano e suas influências na organização da educação no contexto fordista, bem como suas determinações na formação das pessoas em tempos de toyotismo e flexibilização das relações de trabalho, Frigotto (2006, p. 265) salienta que:

No primeiro caso, a noção de capital humano mantinha, no horizonte da classe dominante, a idéia da educação como forma de integração, ascensão e mobilidade social. No segundo caso, com a crescente incorporação de capital morto na produção, com a ciência e a tecnologia como forças produtivas diretas, com a ampliação do desemprego estrutural e de um contingente de trabalhadores supérfluos, as noções de sociedade do conhecimento, qualidade total, cidadão produtivo, competências e empregabilidade indicam que não há lugar para todos e que o direito social e coletivo se reduz ao direito individual.

Cabe salientar que não se trata da qualificação que os trabalhadores possuem, mas, na verdade, da demanda por força de trabalho que se tem em determinado momento. Mesmo assim, as competências apresentadas pelo trabalhador funcionam como parte da avaliação do empregador para selecionar sua mão de obra, sendo escolhido aquele que se mostra mais adaptado a resolver as demandas existentes no ambiente de trabalho, sendo avaliado constantemente de acordo com seu desempenho. Nesse contexto, Machado (2007, p. 11) afirma que:

Para selecionar pessoas, faz-se a análise e a descrição do perfil individual de desempenho desejado para cada contexto e situação. Competência é isso: concerne o indivíduo que a possui, não o posto. Diz-se que, no contexto da re-estruturação produtiva, ela abrange as capacidades de decisão, de liderança e de iniciativa; a visão sistêmica e a polivalência; atitudes pró-ativas diante de situações imprevistas; capacidade de intervir com grande precisão e eficácia, etc. [...] Os contratos de trabalho são, portanto, definidos a partir, não de postos de trabalho específicos, mas de áreas de atuação e atualizados pela demonstração efetiva e cotidiana pelos sujeitos de que estão aptos e são bem sucedidos na realização dos objetivos e planos da empresa.

Sendo assim, um trabalhador qualificado para uma atividade pode não o ser para outra, mesmo em processos de trabalho afins, pois isto depende da necessidade na produção da mercadoria.

Daí o caráter ‘flexível’ da força de trabalho; importa menos a qualificação prévia do que a adaptabilidade, que inclui tanto as competências anteriormente desenvolvidas, cognitivas, práticas ou comportamentais, quanto a competência para aprender e para submeter-se ao novo, o que supõe subjetividades disciplinadas que lidem adequadamente com a dinamicidade, com a instabilidade, com a fluidez. (KUENZER, 2008, p. 494).

O processo de mudança nas bases produtivas causa, assim, uma mudança nas estruturas sociais para que os comportamentos e pensamentos sejam consonantes aos objetivos do modo de acumulação capitalista, agora mundializado e influente em todas as culturas existentes no mundo, em seu modo predador com maior ou menor intensidade no processo de precarização das condições de trabalho e vida das classes subalternas. Desse modo, a educação tem que se enquadrar nesse novo contexto, já que tem o papel de garantir a formação básica necessária para o convívio em sociedade e a preparação para o mercado de trabalho, dada a centralidade do trabalho como vetor de inserção social dos indivíduos. Sobre isso, Kuenzer (2008, p. 494-495) advoga que:

A formação de subjetividades flexíveis, tanto do ponto de vista cognitivo quanto ético, se dá, predominantemente, pela mediação da educação geral; é por meio dela, disponibilizada de forma diferenciada por origem de classe, que os que vivem do trabalho adquirem conhecimentos genéricos que lhes permitirão exercer, e aceitar, múltiplas tarefas no mercado flexibilizado. Ser multitarefa, neste caso, implica exercer trabalhos simplificados, repetitivos, fragmentados, para os quais seja suficiente um rápido treinamento, de natureza psicofísica, a partir de algum domínio de educação geral, o que não implica necessariamente o acesso à educação básica completa. Neste sentido, a educação geral, assegurada pelos níveis que compõem a educação básica, tem como finalidade dar acesso aos conhecimentos fundamentais e às competências cognitivas mais simples, que permitam a integração à vida social e produtiva em uma organização social com forte perfil científico-tecnológico, um dos pilares a sustentar o capitalismo tardio, na perspectiva do disciplinamento do produtor/consumidor; e, por isso, a burguesia não só a disponibiliza, mas a defende para os que vivem do trabalho.

Portanto, existe uma promessa de maior oferta de educação básica e cursos de qualificação profissional, na perspectiva de atribuir competências aos trabalhadores, para que eles possam ter acesso ao mercado de trabalho, no entanto, essa oferta se dá de forma aligeirada e com conteúdos resumidos, pois, o mercado está em constante mudança e exige cada vez mais conhecimentos para que seja posto em movimento.

Dessa forma, se dá aos trabalhadores a responsabilidade de se tornarem empregáveis, bem como, na medida em que tenham mais áreas (pelo menos na teoria formativa) de domínio geral, as pessoas têm habilidades no sentido de responder às demandas nos processos produtivos. Assim, estão aptas a exercerem papéis diversos no ambiente de trabalho, adaptando-se ao regime flexível e a instabilidade no emprego.

Nesse modelo de formação profissional são exigidas habilidades práticas e teóricas, a fim de garantir maior domínio sobre o processo de produção, com o objetivo de ter as situações problemáticas rapidamente resolvidas e manter o ganho de lucros. Kuenzer, em sua análise sobre o assunto, nomeia conhecimentos práticos como tácitos (aqueles provenientes da prática laboral cotidiana) e conhecimentos teóricos como científicos (aqueles resultantes dos processos educacionais).

No modelo taylorista/fordista predominava a exigência de um conhecimento prático de operação das máquinas que eram passados de um trabalhador ao outro, sem que necessitasse maior poder de abstração sobre os mecanismos de produção. No toyotismo, além da necessidade do conhecimento prático, é necessário um conhecimento teórico para a operação das novas tecnologias no âmbito da informática, porém, a relação entre trabalhadores e meios de produção se dá ainda pautada na alienação, devido à contínua subordinação do trabalhador à máquina, que realiza tarefas cada vez mais complexas, mas sempre com a necessidade da mediação do trabalho vivo.

Vista desta forma, a relação entre conhecimento tácito e conhecimento científico na base microeletrônica não é de oposição, mas sim de articulação dialética, posto que são categorias que se integram aos processos de trabalho flexibilizados, nos quais a prevalência do tácito ou do científico responde à especificidade do trabalho a ser realizado por uma força de trabalho de qualificações diferenciadas, que se articulam para atender às necessidades das cadeias produtivas. (KUENZER, 2008, p. 497).

Essas questões em torno da articulação entre conhecimentos teóricos e práticos nos remetem ao conceito de práxis, que consiste na utilização dos conhecimentos acumulados teoricamente para atuação na realidade de forma prática, transformando-a em termos materiais e imateriais. Kuenzer (2003), em pesquisa com trabalhadores de uma refinaria, percebeu que aqueles que passavam por cursos de qualificação profissional devido às novas exigências do modelo toyotista de produção, tinham que obter conhecimento para exercer uma prática cotidiana que já conheciam, mas que somente exerciam na prática, sem domínio de competências cognitivas e de resolução de problemas, em que, segundo a autora, se aproxima do conceito de práxis. No entanto, é evidente a falta de articulação entre teoria e prática, pois segundo os trabalhadores, os conhecimentos básicos não lhes eram tão importantes quanto os treinamentos para exercer a prática laboral, sendo necessários melhor definição e uso dos conhecimentos em linguagem, matemática, dentre outros estudados e seus usos na prática cotidiana.

Ainda sobre esse assunto, Ramos (2002) salienta que esta busca da articulação entre teoria e prática faz parte da organização aos moldes do toyotismo. A autora nos adverte

que a legislação brasileira adotou o conceito a partir da promulgação do Decreto nº 2.208/1997¹⁵, que regulamentou a separação entre a educação básica e profissional, numa perspectiva de garantir o foco da profissionalização para atender ao capital, sendo a educação básica o arcabouço para o conhecimento das noções gerais básicas. Nesse sentido,

A competência, mecanismo acionador de procedimentos e esquemas mentais, teria uma estrutura e um funcionamento dinâmicos configurados por uma inteligência prática e a inteligência formalizadora. A primeira realiza-se somente a partir da ação, ao passo que a segunda é o processo por meio do qual se desenvolve o pensamento abstrato. Nos documentos oficiais da educação profissional, entretanto, a competência é descrita como ações específicas constituidoras das atividades profissionais (subfunções). No plano cognitivo, procedimentos e esquemas mentais tornam-se a mesma coisa, permanecendo exclusivamente como inteligência prática (RAMOS, 2002, p. 411-412).

Assim, podemos perceber que a proposta de um conhecimento teórico é subordinada à prática laboral, sem, no entanto, garantir os conhecimentos gerais necessários a uma formação política e ideológica, tampouco garante o acesso aos conhecimentos acumulados pela humanidade, que são essenciais para a formação do ser humano capaz de exercer uma práxis crítica e fundamentada na análise da realidade.

Desse modo, os trabalhadores que estão se inserindo no mercado de trabalho já têm, em seu processo de formação, essa busca pela qualificação profissional e aqueles que já estão ocupando postos de trabalho necessitam buscar cursos para certificar os conhecimentos que já possuem na prática, mas, pelas exigências teóricas, têm que procurar cursos de requalificação profissional, caso contrário, as condições de trabalho se tornam ainda mais precárias. Nesse contexto, as pessoas com deficiência, mais que os tidos normais, têm que se mostrarem aptas para ocupar postos de trabalho, já que possuem limitações decorrentes da sua situação.

Cabe salientar que a profissionalização de pessoas com deficiência acontecia desde o século XIX por meio de instituições privadas de caráter filantrópico, no sentido de garantir habilidades manuais aos pobres abandonados, tidos normais ou com deficiência. No século XX houve iniciativas de profissionalização dos trabalhadores para a indústria, mas as pessoas com deficiência, por serem consideradas inaptas, eram excluídas nos processos seletivos. A atenção às pessoas com deficiência por meio de entidades filantrópicas continuou

¹⁵ Decreto assinado no governo de Fernando Henrique Cardoso, para regulamentar a educação profissional no país sob o modelo das competências, termo este utilizado em alguns trechos do documento, na perspectiva de atribuir habilidades aos trabalhadores a fim de atender às exigências do capital. Os níveis de educação profissional eram divididos em básico (qualificação, requalificação e reprofissionalização dos trabalhadores); técnico (habilitação profissional a alunos e egressos do ensino médio, sendo oferecido em caráter concomitante ou subsequente ao ensino médio); e tecnológico (cursos de nível superior na área tecnológica, com curta duração, na perspectiva de garantir somente conhecimentos focalizados em determinadas áreas).

predominante até a década de 1990, em que instituições como Pestalozzi, APAE, sassociações de surdos, de cegos eram as opções de lugares para acesso à educação, profissionalização e preparação para a vida cotidiana. A profissionalização oferecida era principalmente em atividades manuais, sapataria, marcenaria, dentre outras (SILVA, 2011).

Sob esse viés, fica clara a exclusão das pessoas com deficiência dos espaços profissionais, bem como, mesmo as tentativas de contribuir com a formação destes, os levavam a continuar na condição em que estavam sem perspectiva de competir no mercado formal de trabalho.

A partir do final da década de 1990, as pessoas com deficiência começaram a serem incluídas nos cursos de educação profissional regulares, devido a mudanças provenientes das ideias de inclusão social, reivindicadas pelos movimentos de pessoas com deficiência, no intuito de garantir maior participação na sociedade.

Nesse período, foram desenvolvidas iniciativas de profissionalização, como o Plano Nacional de Educação Profissional (PLANFOR), depois denominado Plano Nacional de Qualificação (PNQ), tendo como base de financiamento o Fundo de Apoio ao Trabalhador (FAT), cujo norte era o modelo de competências, nomenclatura utilizada na definição das habilidades que deveriam ser desenvolvidas nos participantes dos cursos, de acordo com a resolução nº 194 de 1998 do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT). As ações eram promovidas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem, e pelas próprias empresas, sindicatos e instituições de ensino públicas e privadas. Os objetivos do PLANFOR, segundo a referida resolução são:

- Art. 2º O PLANFOR tem o objetivo de construir, gradativamente, oferta de educação profissional (EP) permanente, com foco na demanda do mercado de trabalho, de modo a qualificar ou requalificar, a cada ano, articulado à capacidade e competência existente nessa área, pelo menos 20% da PEA – População Economicamente Ativa, maior de 14 anos de idade, com vistas a contribuir para:
- a) aumento da probabilidade de obtenção de trabalho e de geração ou elevação de renda, reduzindo os níveis de desemprego e subemprego;
 - b) aumento da probabilidade de permanência no mercado de trabalho, reduzindo os riscos de demissão e as taxas de rotatividade;
 - c) elevação da produtividade, da competitividade e renda. (BRASIL, 1998).

As ações estabelecidas nesta resolução estavam em consonância com o Decreto nº 2.208/1997, que atendia ao acordo estabelecido entre o MEC e o Banco mundial para os investimentos na implementação do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP). No entanto, apesar dos recursos aplicados, em avaliação do PLANFOR verificou-se que os recursos públicos foram mal utilizados, como também, houve baixa qualidade, cursos de curta duração focados em habilidades específicas, falta de articulação com as

políticas públicas de educação, portanto, não alcançou o objetivo proposto de garantir melhores condições de inserção e permanência no mercado de trabalho (KUENZER, 2006).

Sobre o PNQ, Kuenzer (2006) afirma que surge a partir da avaliação do PLANFOR, no governo Lula, entre 2003 e 2007, sendo instituído pela resolução nº 333 de 2003, com os objetivos de: reduzir as desigualdades sociais e incluir socialmente; geração de trabalho, emprego e renda para garantir o desenvolvimento; e expansão da cidadania, bem como fortalecimento da democracia. Nesse sentido,

A nova proposta fundamenta-se em seis dimensões principais: política, ética, conceitual, institucional, pedagógica e operacional, cujas concepções são, em síntese: o reconhecimento da Educação Profissional como direito, como política pública e como espaço de negociação política; exigência de integração entre educação básica e profissional, para o que a duração média dos cursos passe a ser estendida para 200 horas; reconhecimento dos saberes socialmente produzidos pelos trabalhadores; exigência de formulação e implementação de projetos pedagógicos pelas agências contratadas; garantia de investimentos na formação de gestores e formadores; a implantação de um sistema integrado de planejamento, monitoramento, avaliação e acompanhamento dos egressos; a integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda entre si e destas com relação às Políticas Públicas de Educação e Desenvolvimento: transparência e controle no uso dos recursos públicos. (PNQ, 2003/2007, *apud* KUENZER, 2006, p. 889).

No PLANFOR foi desenvolvido um programa específico para pessoas com deficiência, denominado Programa Nacional de Educação Profissional para pessoa com deficiência, realizado em parceria com a Federação Nacional das APAES (FENAPAES), com foco nas pessoas com deficiência intelectual. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e o do Comércio também ofertaram projetos específicos para pessoas com deficiência, no entanto, eram oferecidas turmas somente para este público em separado das demais. “No período 1996-1998, o Planfor qualificou um total de 62.100 treinandos com necessidades especiais” (VOGEL, 2001, p. 129). De acordo com Vogel (2001), no referido período foram qualificados 5.000 pessoas na Amazônia; 19.000 no Nordeste; 17.000 no Sudeste; 6.000 no Centro-oeste; e 15.000 no Sul. Segundo esses dados, o maior número de participantes se encontrava no Nordeste, que apresenta o maior percentual de pessoas com deficiência. As áreas em que houve cursos foram: têxtil/vestuário/calçados; produtos alimentares; serviços pessoas; informática; artesanato/desenvolvimento comunitário; educação/cultura.

No âmbito do PNQ – através dos Planos Especiais de Qualificação – as ações continuaram a serem desenvolvidas pela FENAPAES através de convênio, no sentido de atender às pessoas com deficiência intelectual para oferecer-lhes qualificação profissional e encaminhamento ao mercado de trabalho. Além da FENAPAES, outras instituições do terceiro setor, como Acesso Brasil e Instituto Integrar, estão conveniadas junto ao Ministério

do Trabalho e Emprego (MTE), na perspectiva de oferecer qualificação profissional a essas pessoas.

É importante esclarecer que a LDB estabelece que a educação profissional seja dividida nos cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; de educação profissional técnica de nível médio; e de graduação e pós-graduação. A primeira modalidade compreende os cursos que podem ser desenvolvidos em instituições de ensino, locais de trabalho e organizações sociais, sendo que a participação está atrelada ao aproveitamento do estudante e não ao nível de escolaridade. Além disso, não se encontram subordinados ao Conselho Nacional de Educação. As outras duas modalidades são oferecidas em instituições de ensino regulamentadas e se associam ao nível de escolaridade do estudante, em que a de nível médio exige o término do ensino fundamental e a de graduação e pós-graduação somente podem ser cursadas depois de terminado o nível médio.

No que se refere às articulações da educação profissional no século XXI, sob a égide do governo Lula, foi promulgado em 2004 o decreto nº 5.154, que revogou o decreto nº 2.208 de 1997, e instituiu como principal mudança a oferta do ensino técnico de forma integrada ao ensino médio, além disso, o estímulo à profissionalização vem associado ao discurso de inclusão social e enfrentamento da miséria e pobreza, através da aquisição de habilidades para tornar-se empregável.

Cabe destacar que o debate em torno da elaboração do decreto nº 5.154/2004 esteve envolto em disputas entre grupos conservadores que protegem a permanência dos ideais neoliberais e opositores que defendiam uma nova organização da educação básica integrada ao ensino médio, através de uma reformulação da LDB (FRIGOTTO; CIAVATTA e RAMOS, 2006). Na verdade, o que aconteceu ao final dos debates foi uma continuidade das prerrogativas do governo anterior, quanto à ainda persistir formas desarticuladas de ações para a educação profissional dos trabalhadores.

A manutenção da validade das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e para a Educação Profissional, após a edição do novo decreto, dá continuidade à política curricular do governo anterior, marcada pela ênfase no individualismo e na formação por competências voltadas para a empregabilidade. Reforça-se, ainda, o viés adequacionista da educação aos princípios neoliberais. Neste particular, reafirma-se um dos fetiches ou uma das vulgatas, insistentemente afirmada nos oito anos de Governo Fernando Henrique Cardoso, de que no Brasil não havia falta de empregos, mas de 'empregáveis'. O relator, de forma inteligente e competente, por conhecer bem o pensamento do governo passado e dos empresários, acomodou o Decreto n. 5.154/2004 aos interesses conservadores, anulando o potencial que está em sua origem. (FRIGOTTO; CIAVATTA e RAMOS, 2005, p. 1095).

O que houve, na verdade, foi o estabelecimento de consensos entre os grupos em disputa, sendo restabelecida a possibilidade de integração entre o ensino médio e a educação profissional, que realmente não se efetiva na prática, uma vez que os conteúdos são explorados separadamente, pois o modelo adotado foi de considerar os cursos técnicos como independentes, havendo uma desarticulação entre o ensino dos conhecimentos gerais e o de caráter técnico para o exercício de uma profissão. Sendo assim, Frigotto, Ramos e Ciavatta (2005, p. 1095) asseveram que:

Re-estabelece-se, assim, internamente ao currículo, uma dicotomia entre as concepções educacionais de uma formação para a cidadania e outra para o mundo do trabalho, ou de um tipo de formação para o trabalho intelectual e de outro tipo para o trabalho técnico e profissional.

Desse modo, podemos perceber que houve uma mudança tímida, na perspectiva de imprimir transformações na organização da educação profissional, mas que, de fato, o que houve foi uma manutenção dos interesses da classe dominante em garantir uma formação tecnicista e aligeirada para os trabalhadores, com o pressuposto de garantir as condições mínimas de empregabilidade.

Esse contexto fica expresso no referido decreto, ao se estabelecer as opções de oferta do ensino técnico de nível médio em integrada, na qual se cursa o ensino médio e técnico na mesma escola e com matrícula única; concomitante em que as matrículas são distintas para cada curso, mesmo que sejam realizados na mesma escola; e subsequente em que o estudante realiza o curso técnico somente depois de terminado o ensino médio.

Podemos inferir que esse leque de opções deixa a cargo de cada gestor estadual escolher como vai ofertar esse ensino. Desse modo, a oferta da forma integrada não necessita ter uma perspectiva universalizada para os estudantes, bem como continua favorecendo a oferta de diversos cursos por instituições públicas e privadas sem uma avaliação séria da qualidade do ensino ofertado.

Em 2011, foram promulgadas a Lei nº 12.513, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), e o decreto nº 7.589, de criação da Rede de Educação Profissional na modalidade de Ensino a Distância (Rede e-Tec Brasil), com o objetivo de expandir o acesso a cursos profissionalizantes para a população. Essa lei se refere diretamente às pessoas com deficiência e àqueles que estão em situação de pobreza como público prioritário. Em seu artigo 2º salienta que:

Será estimulada a participação das pessoas com deficiência nas ações de educação profissional e tecnológica desenvolvidas no âmbito do Pronatec, observadas as condições de acessibilidade e participação plena no ambiente educacional, tais como

adequação de equipamentos, de materiais pedagógicos, de currículos e de estrutura física. (BRASIL, 2011).

Esta lei institui uma gama de iniciativas de expansão das redes de acesso à educação profissional em seus diversos níveis, sendo oferecidas bolsas para os participantes, a fim de garantir a permanência nos cursos. Pelo menos na lei, a intenção é articular as propostas de profissionalização existentes aos programas de geração de emprego e renda, numa perspectiva de organizar os cursos oferecidos e garantir competências mínimas para exercer as funções de determinadas áreas, sendo a seleção dos participantes de acordo com critérios de escolaridade e renda das pessoas.

Ainda é cedo para avaliar os resultados dessas novas iniciativas, pois os cursos em alguns lugares nem começaram efetivamente, bem como se as pessoas com deficiência terão acesso aos cursos regulares em condições de equidade. Mas, já podemos inferir que, devido ao desemprego estrutural e a organização do mercado capitalista eminentemente excludente, essa nova edição de cursos profissionalizantes de curta duração poderá gerar massas de trabalhadores com formação precária e sem perspectiva de alcançar uma vaga no mercado de trabalho.

3 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A PROPOSTA DE INCLUSÃO SOCIAL: ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA

Ao longo deste capítulo trataremos sobre as questões referentes aos direitos conquistados pelas pessoas com deficiência, através de políticas sociais nos diversos âmbitos, principalmente em educação e trabalho. Por meio de legislações se tem uma obrigatoriedade de inclusão em escolas regulares e de contratação destas pessoas em empresas privadas e órgãos públicos, mas ainda temos muito a avançar na garantia dos direitos estabelecidos.

3.1 Educação inclusiva de pessoas com deficiências: esforços, limites e desafios

Para melhor entendimento da trajetória educacional das pessoas com deficiência, é necessário iniciarmos o debate com uma análise sobre como teve início a atenção escolar para esse público. Além disso, é a partir de uma visão histórica da situação dessas pessoas no atendimento escolar que compreendemos como se deu a perspectiva de profissionalização para essa parcela da população.

O modelo de educação para pessoas com deficiência, principalmente auditiva e visual, foi baseado na educação especial que prepararia estes estudantes para a escola formal, através de acompanhamento especializado, no sentido de desenvolver as suas potencialidades. No entanto, eles passavam a vida escolar toda em escolas especiais, sem ter contato com a escola regular.

Além disso, existem aqueles que, por falta de condições econômicas e esclarecimento dos pais, dentre outros fatores, não tiveram acesso a nenhum tipo de educação formal. Isso configura o não acesso à educação como vetor de exclusão social, em que indivíduos sem instrução e qualificação não têm espaço no mercado de trabalho, estando, assim, em situação de vulnerabilidade social, caso faça parte de uma família pobre.

Segundo Januzzi (2006), no Brasil, desde o início do século XIX, se tem um olhar de caráter segregador sobre as pessoas com deficiência, expresso na reclusão de crianças abandonadas (com possibilidade de algumas ou várias terem algum tipo de deficiência) e adultos, que apresentassem alguma deficiência mental ou incapacitante das atividades cotidianas, nas Santas Casas de Misericórdia.

Nesse contexto de abandono, as crianças que viviam nos abrigos das Santas Casas recebiam atendimento educacional em escolas criadas para atender os pobres e ensinar-lhes uma profissão, onde se acredita “[...] que algumas crianças com anomalias não acentuadas

tivessem recebido o mesmo encaminhamento, enquanto outras mais prejudicadas permanecessem com adultos nos locais que essas Santas Casas mantinham para doentes e alienados [...]” (JANUZZI, 2006, p. 10).

No sentido de garantir uma educação para as pessoas com deficiência, vale destacar a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atualmente intitulado Instituto Benjamin Constant (IBC), que até hoje desenvolve trabalho de educação para pessoas com deficiência visual; a criação do Instituto dos Surdos-Mudos (ISM), em 1857, mais tarde denominado Instituto Nacional dos Surdos-Mudos e, atualmente, Instituto Nacional de Educação dos Surdos. Essas foram as primeiras iniciativas oficiais de educação para pessoas com deficiência, com uma atenção às suas limitações, a fim de garantir-lhes educação e uma preparação para a vida laboral, já que no IBC os primeiros alunos que estudaram na instituição se tornaram professores.

Esses locais, além de terem o papel de promover a educação formal, tinham a atribuição de garantir uma formação profissional para o exercício de atividades para o trabalho autônomo que garantisse uma possibilidade de sustento, com destaque para atividades pouco especializadas. Sobre o IBC, Vogel (2001, p. 124) assevera que:

Assim, foram instaladas oficinas, nas quais se oferecia treinamento em atividades profissionais, consideradas elementares ou de habilitação semiqualeficada. Tais atividades consistiam essencialmente no adestramento manual, compreendendo a confecção de vassouras, espanadores, escovas, objetos de vime, além de empalhação e colchoaria, estofaria, encadernação e afinação de piano.

É importante salientar que a criação dessas instituições não foram propostas desenvolvidas por membros do governo, mas por pessoas influentes que tinham alguma relação com pessoas ligadas ao poder. No caso do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, a ideia partiu de José Álvares de Azevedo, que era cego e havia estudado na França, e do doutor Francisco Xavier Sigaud, que era médico do imperador e tinha uma filha cega; nesse instituto eram oferecidos o ensino primário e alguns ramos do secundário, ofícios fabris e trabalhos manuais, em regime de internato (JANUZZI, 2006).

Já o Instituto dos Surdos-Mudos surgiu da iniciativa do Ministro da Instrução Pública, com o apoio do embaixador da França no Brasil, em trazer Edouard Hüet (educador francês com surdez congênita), a fim de desenvolver uma educação para os surdos. Para se alcançar tal proposta, tiveram que pedir o apoio do marquês de Abrantes, para que entrasse em contato com o imperador. Assim, Hüet ficou incumbido de desenvolver os trabalhos do primeiro educandário para o ensino de pessoas surdas, sob a supervisão do marquês de

Abrantes. Porém, eram poucos os alunos com deficiência atendidos nessas instituições, diante de várias pessoas com deficiência encontradas no Brasil na época.

Em relação às deficiências cognitivas, estas foram tratadas por mais tempo como caso de tratamento médico, pelo fato de ser mais complicado lidar com as deficiências mentais. Segundo Januzzi (2006, p. 17), há evidências da “[...] presença no ensino regular, em 1887, na Escola México (no Rio de Janeiro), do atendimento de deficientes mentais, físicos e visuais”.

Mazzota (2001) aponta que a educação das pessoas com deficiência é tratada na política educacional brasileira somente no final dos anos cinquenta e início dos anos sessenta do século XX, um século depois das primeiras iniciativas descritas anteriormente. O autor afirma que até a década de 1950, cinquenta e quatro instituições de ensino regular mantidos pelo poder público, nos níveis estadual e federal, ofereciam atendimento aos estudantes com deficiência; além disso, onze instituições especializadas do setor privado e do setor público em nível estadual também ofereciam este tipo de atendimento.

É a partir da década de 1930 que começam a surgir instituições especializadas no atendimento de pessoas com deficiência, principalmente às crianças, a fim de oferecer tratamento de reabilitação, atendimento educacional e preparação para a vida social. Algumas dessas instituições têm caráter privado, mas boa parte é de caráter filantrópico, dentre estas, podemos citar os institutos da Sociedade Pestalozzi e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), que atendem pessoas com deficiências cognitivas leves e severas; a Fundação Dorina Nowill e o Instituto dos Cegos Padre Chico, no atendimento de pessoas com deficiência visual, dentre outras instituições de atendimento especializado em cada tipo de deficiência.

Com a fundação da Pestalozzi, em 1945, tiveram início os estudos e tentativas de desenvolvimento de técnicas para a profissionalização de pessoas com deficiência intelectual. Depois, essas iniciativas foram sendo desenvolvidas também pela APAE, criada em 1954.

Daí surgiu, em 1946, o movimento de organização de oficinas pedagógicas¹⁶, uma das modalidades adotadas pela educação especial para a preparação das pessoas com deficiência mental para o mundo do trabalho. É importante registrar, a propósito, que o Senai colaborou na instalação das primeiras oficinas, doando, também, as primeiras máquinas para a oficina de carpintaria. (VOGEL, 2001, p. 125).

¹⁶ Oficinas pedagógicas: ambiente destinado ao desenvolvimento de habilidades de pessoas com deficiências, através de atividades laborais orientadas por professores qualificados para este fim, em que estavam disponíveis diferentes equipamentos e materiais para o processo de ensino-aprendizagem. Cabe salientar que, como desdobramento dessas, surgiram as oficinas de trabalho protegido, destinadas àqueles que, devido ao grau de limitação severo da deficiência, não são considerados aptos a ingressar no mercado de trabalho competitivo ou desenvolver atividades profissionais de caráter autônomo.

Sobre a proliferação de instituições privadas que visa o atendimento de pessoas com deficiência, Januzzi (1997, *apud* MAGALHÃES, 2002, p. 65) afirma que “[...] ocorreu no Brasil uma transferência de responsabilidades públicas para o setor privado, especialmente para escolas de caráter filantrópico”. Em que o espaço filantrópico pode configurar uma desconsideração dos direitos sociais das pessoas com deficiência, dando continuidade a um atendimento de caráter assistencialista.

A educação das pessoas com deficiência tem a denominação de educação especial e consiste numa prática que visa atender às necessidades especiais dessas pessoas, com o intuito de oferecer-lhes condições de acessibilidade e aprendizado para que tenham melhores condições de ingressar no ensino regular e na vida social. As formas de educação especial mais adotadas são as classes de educação especial, nas escolas regulares, e o atendimento educacional em escolas de educação especial.

Este tipo de ação faz parte do paradigma de integração social, no qual a educação especial se configura como uma das etapas de adaptação das pessoas com deficiência para o convívio social e para a busca de melhores condições de vida; porém, sem uma real mudança da sociedade para receber estas pessoas, com vistas a proporcionar-lhes maiores condições de igualdade social, com a eliminação das barreiras físicas e sociais.

De acordo com Mendes (2006), na Europa e Estados Unidos, a partir de 1960, começa o processo de desinstitucionalização das pessoas com deficiência, na perspectiva de integração social, que consistia na passagem dos estudantes com deficiência por instituições especializadas ou classes de educação especial, a fim de serem incluídas nas classes comuns. No Brasil, neste período ainda predominava a visão de institucionalização em estabelecimentos especializados, mas também já começavam as iniciativas de integração escolar que prevaleceram até a década de 1990, quando se começou a difundir as ideias de promover a inclusão em classes comuns.

Em âmbito governamental, foi criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), em 1973, com a função de promover o desenvolvimento da educação especial em todo o território nacional, visando expandir e melhorar o atendimento educacional do pré-escolar ao ensino superior e supletivo aos estudantes que apresentassem algum tipo de deficiência. Este órgão tinha como atribuições desenvolver pesquisas, novas propostas curriculares, formação de profissionais, acompanhar e avaliar a execução de programas e projetos na área da educação especial, prestar assistência técnica e financeira a órgãos da

administração pública, dentre outras ações que visassem à melhoria do atendimento educacional às pessoas com deficiência.

Ao longo dos anos, houve mudanças de nomenclatura em relação ao órgão responsável pela educação especial, porém, sempre com as mesmas atribuições principais. Em 1986, no Governo Sarney, passou a ser denominado de Secretaria de Educação Especial (SESPE); em 1990, esta Secretaria é extinta e a educação especial fica sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Ensino Básico (SENEB). Depois, a responsabilidade pela Educação Especial ficou a cargo da Secretaria de Educação Especial (SEESP), vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Hoje, a educação especial é gerida pela Diretoria de Políticas de Educação Especial, que faz parte da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), que tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento de uma educação que acolha a diversidade. Desse modo, são desenvolvidas políticas nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, do campo, escolar indígena, quilombola, e educação para as relações étnico-raciais. A coordenação das ações é dividida entre cinco diretorias: de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-raciais; de Políticas de Alfabetização de Jovens e Adultos; de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania; de Políticas de Educação Especial; e de Políticas de Educação para a Juventude.

A Diretoria de Políticas de Educação Especial tem a finalidade de desenvolver programas, projetos e ações para a implementação da Política de Educação Especial, que é destinada ao atendimento de estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação. Dentre os programas e ações desenvolvidos, estão o Programa Escola Acessível, Programa Educação Inclusiva: Direito à diversidade, e o Programa de Educação Continuada de Professores na Educação Especial, a fim de proporcionar o desenvolvimento de estratégias e ações na construção de um ambiente mais inclusivo que permita a relação entre os estudantes com e sem deficiência, em uma mesma classe, com condições de igualdade na relação ensino-aprendizagem.

Segundo Mendes (2006, p. 395), a ideia de promover a inclusão educacional faz parte de um movimento internacional que teve início nos anos 1990 de inclusão social das pessoas com deficiência na sociedade como um todo, “[...] que implicaria a construção de um processo bilateral no qual as pessoas excluídas e a sociedade buscam, em parceria, efetivar a equiparação de oportunidades para todos, [...]”, a fim de promover a construção da cidadania e de melhores oportunidades sociais a estas pessoas que foram excluídas do convívio social.

Além disso, a inclusão de estudantes nas classes comuns do ensino regular levaria a uma melhora da estrutura educacional das escolas para atender à diversidade, além do que, tanto os estudantes com deficiência quanto os alunos sem deficiência teriam ganhos na convivência, pois aqueles não seriam mais segregados e teriam oportunidades de enfrentar situações desafiadoras que melhorariam seu desenvolvimento pessoal. Para estes últimos, seria uma possibilidade de conviver com as diferenças e de entender que todos têm suas limitações e potencialidades.

No Brasil, pelo que está disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e no decreto nº 6.571/2008, a forma de inclusão educacional proposta é a de educação inclusiva, em que a recomendação é de que as pessoas com deficiência frequentem o ensino regular, mas, se necessário, tenham um atendimento especializado para serem acompanhados, no que se refere às dificuldades advindas da deficiência. O decreto dispõe que “[...] o atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas” (BRASIL, 2008), para que se garantam as condições de inclusão desses estudantes.

Na Constituição Federal de 1988 – no inciso III do artigo 208 – faz-se referência ao atendimento educacional especializado das pessoas com deficiência e de preferência no ensino regular. No Estatuto da Criança e do Adolescente (lei nº 8069/90) também se faz menção a este tipo de atendimento.

Dentre os documentos internacionais que defendem a inclusão escolar e um ambiente que acolha as diferenças, vale destacar a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, que ocorreu em Jomtien, Tailândia, em 1990, que defende o direito de educação para todos com qualidade, independente da classe social, das dificuldades físicas e psicológicas, gênero, etnia, a fim de reduzir as desigualdades sociais e garantir esse direito social que várias pessoas não têm acesso, principalmente nos países subdesenvolvidos.

Outro documento internacional importante na garantia do direito à educação é a Declaração de Salamanca, elaborada em 1994, que dispõe acerca das necessidades educacionais especiais, tendo como principal objetivo encaminhar diretrizes e princípios para a promoção da garantia da educação inclusiva com atendimento que assegure acessibilidade e aprendizagem em todos os níveis de escolaridade para as pessoas com deficiência.

Além dos documentos já mencionados, vale destacar a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, elaborada em 2007, que trata sobre todos os direitos humanos e sociais das pessoas com deficiência. Dentre os direitos abordados, encontra-se o direito à educação, na qual os países assinantes se comprometem a oferecer “[...] o apoio

necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação [...]” (BRASIL, 2007, p. 29), a fim de desenvolver as potencialidades das pessoas com deficiência, bem como promover a participação efetiva destas pessoas para garantir uma maior cidadania e protagonismo social.

Nesse sentido, a atenção à educação das pessoas com deficiência já se expressa na Constituição Federal que, em seu artigo 208, referente ao dever do Estado de garantir educação, estabelece no inciso III que se deva ofertar “[...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988)”. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação também faz referência e regulamenta o oferecimento da educação especial em seu Título V, capítulo V, no qual define, em seu artigo 58, que “[...] entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996)”. Nesse contexto, é apresentada normativa de como deve ser oferecida a educação para este público, a partir da oferta do suporte especializado necessário, além da qualificação de professores para atuarem junto a este público. No que diz respeito à educação para o trabalho, a LDB, em seu artigo 59, dispõe que deve ser oferecida:

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora.

Em consonância com os documentos anteriores, as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas pela Resolução nº 4 de 2010 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE), trata a educação especial como “[...] uma modalidade de ensino transversal a todas etapas e outras modalidades, como parte integrante da educação regular, devendo ser prevista no projeto político-pedagógico da unidade escolar” (BRASIL, 2013a). Além do que, reforça a oferta de Atendimento de Educação Especializado (AEE), adaptação de currículos às necessidades dos estudantes com deficiência, acessibilidade física e comunicacional, e formação de professores, para a garantia de melhores condições de atendimento a este público.

Januzzi (2006), em sua análise acerca da educação de pessoas com deficiência sob um viés histórico e social, constata que a iniciativa de atribuir alguma competência intelectual e profissional a essas pessoas vem da necessidade de garantir formas de sobrevivência àqueles que eram pobres e abandonados pelos familiares em entidades filantrópicas e asilos por causa

das deficiências que apresentavam. Desse modo, as grandes instituições de atendimento a este público, como Instituto Benjamin Constant e Instituto Nacional dos Surdos-Mudos, tinham, em sua perspectiva de intervenção, a preparação para o trabalho.

Sobre a escolarização de pessoas com deficiência, Lancilloti (2003) salienta que a educação especial oferecida teria como objetivo principal alguma formação para o trabalho, que é visto como principal forma de alcance da cidadania. Sendo assim, observamos que também na educação de pessoas com deficiência, um dos objetivos principais é garantir informações básicas que qualifiquem para a realização de atividades laborais simples.

Segundo Mantoan (2006), para que se chegue à efetivação da inclusão educacional, é necessário que as bases da Educação mudem, pois a educação brasileira tem um caráter segregador, no qual as crianças e jovens são educadas para se adequar ao sistema social vigente, de forma a homogeneizar as pessoas, fazendo com que se tratem todos como iguais, com um ensino igual, na perspectiva de que todos alcancem o sucesso escolar.

Assim, se faz necessário que o Brasil assuma as responsabilidades sociais dispostas nas leis, para que ocorra uma maior participação das pessoas com deficiência na sociedade, bem como, a partir da oferta de boa escolarização, que venha a proporcionar melhores condições de vida.

3.1.1 Acesso de pessoas com deficiência à educação no Brasil e no Ceará

O processo de substituição do paradigma de integração para o de inclusão social há anos está em andamento, com o estabelecimento de diversas iniciativas que privilegiam o acesso aos ambientes comuns. Mesmo diante de uma sociedade capitalista desigual, através das lutas diárias das pessoas pela garantia de seus direitos, pelo menos, legislativamente, se tem os direitos definidos para serem reivindicados.

Através da análise dos dados provenientes do censo escolar colhido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), pode-se perceber, ao comparar os dados relacionados à educação especial nos anos de 2002 e 2012, que, nos últimos dez anos, as pessoas com deficiência vêm ocupando lugar nas escolas regulares, nas salas comuns, mas que o processo é gradual e ainda está em andamento.

Em 2002, o número de estudantes com deficiência matriculados em escolas exclusivamente especializadas e classes especiais em escolas regulares no Brasil era de 337.897, em que o maior número de matrículas era em instituições privadas, 203.293, já as

públicas em âmbito federal, estadual e municipal somavam 134.604. Nas escolas regulares, em salas comuns, os referidos alunos representaram 110.704 matriculados no Brasil.

Os dados de 2012 apontam que aqueles matriculados em escolas exclusivamente especializadas e classes especiais somavam 199.656, sendo que 141.431 eram em instituições privadas e 58.225 em escolas públicas federais, estaduais e municipais. Em relação às matrículas em escolas regulares, nas salas comuns, o número era de 620.777, sendo 37.158 em escolas privadas e 583.619 em escolas públicas federais, estaduais e municipais.

No Ceará, com referência ao número de alunos matriculados em escolas especializadas e classes especiais, em 2002, era de 7.923, já nas salas comuns era de 3.076, em que o maior número de alunos se encontrava em instituições privadas. Em 2012, esses dados foram 3.630 e 27.996, respectivamente, com predomínio do atendimento em instituições públicas nas escolas regulares e das privadas, quando se trata de escolas exclusivamente especializadas.

Esses dados refletem o movimento de desinstitucionalização das pessoas com deficiência, bem como a recusa do paradigma de integração social. Pode-se perceber que comparando os dados de 2002 e 2012, houve um aumento significativo de matrículas nas escolas regulares (salas comuns) públicas, com queda no número de matrículas em escolas especializadas e classes especiais, cujos índices são maiores nas escolas privadas, dado o viés de continuidade do atendimento em instituições de caráter filantrópico que tem histórico reconhecido no acompanhamento de pessoas com deficiência.

Apesar de ser importante esse avanço no acesso à educação regular, a inclusão de pessoas com deficiência em escolas públicas é permeada de debilidades, quanto à acessibilidade física e comunicacional, que perpassa a falta de conhecimento dos professores sobre como lidar com as limitações e possibilidades dos estudantes no processo de aprendizagem. Além disso, são poucas as escolas que têm núcleos de atendimento educacional especializado para o acompanhamento desses alunos, no sentido de desenvolver habilidades, para que melhorem a compreensão dos assuntos estudados em sala de aula.

No entanto, depois de tomada a iniciativa de proporcionar o acesso às salas regulares, a luta pelos direitos é fortalecida, para que ocorram mudanças na organização escolar. Caso contrário, este público continuaria segregado às escolas especializadas que eram centradas na adaptação das pessoas com deficiência ao convívio em sociedade, mas a sociedade não tinha contato efetivo com essas pessoas, salvo alguns casos, em que a deficiência era adquirida ou a pessoa havia tomado um rumo diferente daquele traçado pela segregação em instituições especializadas.

Cabe ressaltar que as estatísticas de 2002 demonstram os dados referentes aos níveis de ensino, dentre eles a educação profissional¹⁷, que em nível nacional era 33.777 em escolas especializadas e salas especiais, já nas escolas regulares era de 149. Em relação ao Ceará, esses dados eram 333 e 4, respectivamente.

O último censo escolar que apresentou especificamente dados sobre acesso de estudantes com deficiência à educação profissional foi de 2006 (nos demais censos pode haver estudantes dessa modalidade incluídos nos dados gerais), cujo número de matriculados nesta modalidade de ensino era de 48.494 no Brasil e 203 no Ceará, nas escolas especializadas e classes especiais. Quanto ao acesso às classes comuns de escolas regulares eram de 417 e 11, respectivamente.

Esses últimos dados deixam clara a relação entre educação e trabalho, em que aquela é utilizada como meio de assimilar os conhecimentos básicos e especializados para serem utilizados neste. Deste modo, além de assimilar os conhecimentos acumulados pela humanidade e adquirir habilidades para o cuidado pessoal, as pessoas com deficiência, assim como os tidos normais, são direcionados a buscar conhecimentos que diretamente geram aquisição de competências que devem ser utilizadas para o desenvolvimento de atividades geradoras de renda.

3.2 A inclusão das pessoas com deficiência no contexto da sociedade capitalista desigual

As pessoas com deficiência historicamente passaram por um processo de “exclusão social”. Por terem características diferentes das estabelecidas nos padrões de normalidade, nos vários períodos históricos da humanidade, estas pessoas eram excluídas e rejeitadas pela sociedade, pelo fato de ser observada somente a deficiência que apresentavam.

A deficiência é caracterizada biologicamente como sendo uma alteração física, psíquica ou sensorial que cause dificuldades de orientação, locomoção, cognição ou comunicação¹⁸. Em comparação com os tidos normais, as pessoas com deficiência são aquelas que apresentam limitações na prática de algumas atividades tidas como simples.

¹⁷ Segundo a LDB, a educação é dever da família e do Estado, tendo como finalidade o desenvolvimento integral do educando, seu preparo para a cidadania e qualificação profissional. A educação profissional se integra aos diferentes níveis e modalidades de ensino, às dimensões do trabalho da ciência e da tecnologia, sendo compreendida como processo de formação inicial e continuada, técnica de nível médio e tecnológica de graduação e pós-graduação; podendo ser desenvolvida em instituições educacionais públicas e privadas e ambientes de trabalho, com as devidas certificações após o término (BRASIL, 1996).

¹⁸ De acordo com os aspectos médicos e legais, as deficiências se classificam como: Deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo, acarretando o comprometimento da função física, que se apresenta sob a forma de paraplegia, tetraplegia, amputação ou ausência de membros, paralisia cerebral,

Aranha (2001), em sua discussão acerca da integração de pessoas com deficiência na sociedade afirma:

[...] ser a deficiência uma condição social caracterizada pela limitação ou impedimento da participação da pessoa diferente nas diferentes instâncias do debate de idéias e de tomada de decisões na sociedade. A autora atribui o processo de desqualificação ao fato da pessoa com deficiência ser considerada, no sistema capitalista, um peso à sociedade, quando não produz e não contribui com o aumento do capital. (ARANHA, 1995, *apud* ARANHA, 2001, p. 18).

Destarte, é importante evidenciar que, no contexto da sociedade capitalista, a própria classe dos não proprietários, na medida em que, por alguma razão, não produz no modelo ou na intensidade planejada pelos capitalistas, é considerada também um peso para o sistema.

A deficiência não é somente uma característica biológica, ela tem desdobramentos sociais severos, acentuados pela condição da classe a que o sujeito pertence. Esses fatores, quando se somam, causam a segregação e o estranhamento das pessoas com deficiência por parte da sociedade.

Esses indivíduos começaram a ter maior visibilidade a partir da atuação dos movimentos de pessoas com deficiência em nível internacional com ações de caráter geral, bem como iniciativas em separado, realizadas pelos grupos que representam os vários tipos de deficiência. Entretanto, é preciso mencionar que a luta das pessoas com deficiência deve se somar à luta dos trabalhadores contra o atual modelo de sociedade capitalista, pautada na desigualdade social, cujo critério de inserção social se apoia na utilidade do indivíduo na produção.

Ribas (2007) faz uma análise sobre a representatividade das condições sociais na situação das pessoas com deficiência, pois, aqueles que vivem na pobreza muitas vezes não têm condições dignas de tratamento de habilitação e reabilitação, de acesso à saúde, educação e lazer. Por outro lado, aqueles que usufruem de melhores condições de vida têm acesso a bons tratamentos, a lazer, e a atenção especializada, o que traz melhores oportunidades de vencer os obstáculos.

nanismo, membros com deformidade, dentre outras formas de alterações que causem dificuldades para o desempenho de funções. Deficiência auditiva: perda total ou parcial da capacidade de ouvir, mesmo com a utilização de aparelhos. Deficiência visual: situação irreversível de diminuição da capacidade visual em decorrência de causas congênitas, hereditárias ou adquiridas, mesmo depois de tratamento clínico e/ou cirúrgico e uso de óculos convencionais. Deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dez anos cujas limitações são associadas a duas ou mais funções, como comunicação, cuidados pessoais, habilidades sociais e utilização dos recursos da comunidade. Deficiência múltipla: quando uma mesma pessoa apresenta características de duas ou mais deficiências associadas que necessitem de atendimento especializado para cada uma delas em separado (ROSSETTO *et al.*, 2006).

Esse aspecto deixa clara a desigualdade de classes imanente do modo de produção capitalista, em que parte da população vive em situação de pobreza decorrente da má distribuição de renda, o que culmina no aumento da disparidade de renda entre a classe rica e a pobre.

Mesmo com acesso à escolarização, boa parte da população continua sem melhorar suas condições de vida. Quando se trata das pessoas com deficiência, esta situação piora, pois somente nos últimos dez anos se nota uma maior discussão e promoção de ações destinadas a este grupo. O que se tem como histórico são ações assistenciais e segregação, por meio de atendimento em instituições privadas de caráter filantrópico.

No Brasil, apesar de haver desde a década de 1930 ações destinadas aos cuidados com as pessoas com deficiência, no âmbito da educação e assistência, é a partir da década de 1980, com o movimento de redemocratização política do país, que a luta de pessoas com deficiência começa a ganhar maior organização. Cabe destacar que, nesse período, esses indivíduos começaram a participar das ações em busca da garantia de seus direitos, pois até aquele momento eram tutelados por familiares e pessoas engajadas na causa, desse modo, se tornaram protagonistas das lutas sob o lema “Nada sobre nós sem nós”. Sobre esse contexto, Lanna Júnior (2010, p. 12) destaca que:

A opressão contra as pessoas com deficiência tanto se manifestava em relação à restrição de seus direitos civis quanto, especificamente, à que era imposta pela tutela da família e de instituições. Havia pouco ou nenhum espaço para que elas participassem das decisões em assuntos que lhes diziam respeito. Embora durante todo o século XX surgissem iniciativas voltadas para as pessoas com deficiência, foi a partir do final da década de 1970 que o movimento das pessoas com deficiência surgiu, tendo em vista que, pela primeira vez, elas mesmas protagonizaram suas lutas e buscaram ser agentes da própria história.

Cabe salientar que o movimento de pessoas com deficiência não se configurava como uma luta unívoca, cada grupo lutava por melhorias de acordo com a deficiência que apresentava, principalmente, pelo fato de cada tipo de deficiência apresentar necessidades específicas. Porém, ao longo da década de 1980, foram organizados Encontros Nacionais de Entidades de Pessoas Deficientes, na perspectiva de debater acerca das necessidades desse público e reivindicar melhores condições de vida.

A partir das pressões dos movimentos sociais, foram estabelecidos documentos com foco nos direitos das pessoas com deficiência como parte da sociedade que necessita de atenção especial. Dentre esses documentos, podemos citar a Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência (1975), Convenção Interamericana para a Eliminação de

Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (2001) e Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007).

O interesse público em relação aos direitos das pessoas com deficiência foi reconhecido na estrutura do Estado brasileiro com a criação da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), em 1986, e da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, em 1989. A partir de então, os interesses dessas pessoas ganharam cada vez mais espaço na estrutura federal. Houve fluxos e refluxos nesse processo. Desde 2003, a política para a pessoa com deficiência está vinculada diretamente à Presidência da República, por meio da pasta de Direitos Humanos. Em outubro de 2009, a CORDE foi elevada à Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Mais recentemente, em agosto de 2010, alcançou o status de Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 71).

Diante deste contexto, os direitos das pessoas com deficiência figuram na Constituição Federal de 1988, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990 e Lei Orgânica da Assistência Social – nº 8.742/1993. Além do que, foram criadas inúmeras legislações acerca dos direitos dessas pessoas a melhores condições de acessibilidade e acesso aos direitos humanos e sociais. Cabe destacar a Lei nº 7.853/89, que estabelece a criação da CORDE e dispõe sobre os direitos dessas pessoas em diversos âmbitos; a Lei nº 8.899/94, que concede passe-livre para esses indivíduos no transporte interestadual; Lei nº 10.098, de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida; Lei nº 10.436, de 2002, que reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão; dentre outras legislações que estabelecem normativas para a equiparação de oportunidades de acesso aos direitos sociais.

O debate acerca da exclusão/inclusão se estrutura sobre o acesso aos espaços sociais de educação, trabalho e lazer postos pela classe dominante como essenciais para o desenvolvimento humano. Sendo assim, grande parcela da população é vista como “excluída” de algum desses aspectos, no entanto, estas pessoas continuam presentes na sociedade, participando de alguma forma do processo de reprodução do capital, pois estão no processo de consumo, seja através de trabalho precarizado, auxílio assistencial e até formas ilícitas de ganhar dinheiro para garantir um poder aquisitivo de consumo.

A lógica capitalista é de absorver aqueles que melhor se adequam ao sistema e garantem maiores lucros aos proprietários dos meios de produção, sendo parte de sua demanda a existência de um exército de reserva sempre a pressionar o mercado de trabalho. Sobre este assunto, Kuenzer (2007) assevera que, desde a década de 1990, se agudiza o

processo chamado por ela de dualidade (que se apresenta estrutural, dada a organização da sociedade capitalista em classes), negada na acumulação flexível que se pauta num processo:

[...] de exclusão includente na ponta do mercado, que exclui para incluir em trabalhos precarizados ao longo das cadeias produtivas, dialeticamente complementada pela inclusão excludente na ponta da escola, que, ao incluir em propostas desiguais e diferenciadas, contribui para a produção e para a justificação da exclusão. Ou seja, a dualidade estrutural, embora negada na acumulação flexível, não se supera, mantendo-se e fortalecendo-se, a partir de uma outra lógica. (KUENZER, 2007, p. 1165).

Desse modo, ao se discutir sobre inclusão social (termo mais utilizado quando se fala em incorporação de pessoas com deficiência aos espaços sociais), deve-se ter ciência de que este processo pode se caracterizar como uma inclusão excludente, já que mesmo com o acesso à qualificação profissional e escolarização, os trabalhadores podem continuar alijados dos espaços laborais formais, pois a sociedade capitalista é pautada na posse do capital, estando parte da população sem poder econômico, político e ideológico para se manter presente ativamente nos espaços sociais.

O modo de produção capitalista ancora-se, como já afirmamos, nas transformações do mundo do trabalho e na organização social em função das novas demandas de trabalho, em que o principal objetivo é obter lucros, separando os indivíduos ditos produtivos daqueles que, por terem alguma deficiência, não são incorporados ao mercado de trabalho (improdutivos).

Porém, mesmo com esta visão de que as pessoas com deficiência são improdutivas e de pouca “utilidade” para o mundo capitalista, com os ideais de igualdade e fraternidade da Revolução Francesa¹⁹, as pessoas obtiveram alguns direitos sociais e de sobrevivência.

No século XX, com os avanços da ciência, começou-se a dar atenção às pessoas com deficiência, no sentido de desenvolver tratamentos de habilitação e reabilitação. Além

¹⁹ Anibal Ponce (1996), sobre o direito à educação, faz uma construção teórica sobre porque houve a iniciativa de universalizar o acesso à educação. No contexto da Revolução Francesa, quando a burguesia assumiu o poder, instaura-se o capitalismo, com base no trabalho assalariado, através da venda da força de trabalho dos não possuidores dos meios de produção aos capitalistas, surge então a perspectiva de proporcionar o acesso dos trabalhadores a uma educação básica que contemplasse o aprendizado da leitura, escrita e contagem para qualificar o processo de assimilação da ideologia capitalista. Os teóricos sobre o assunto defendiam o estabelecimento de dois tipos de escola: a das massas de trabalhadores, ensinando conteúdos básicos para que trabalhassem melhor; e a dos ricos, que teriam mais tempo de estudar e prosseguir até a universidade para ter conhecimentos que lhes proporcionasse ocupar os cargos de poder. Eles defendiam também a gratuidade e universalização dessa escola para as massas, gerida pelo Estado. Cabe observar que, apesar do caráter desigual da criação das escolas, essa conquista é importante e precisa continuar sendo defendida, pois é a forma universal de socialização dos conhecimentos acumulados pela humanidade. Mesmo tendo um caráter de controle das massas, é através do conhecimento que as pessoas podem chegar a alguma reflexão mínima sobre os processos de reprodução social e material.

disso, a fim de garantir-lhes uma adaptação ao meio, foram desenvolvidas cadeiras de rodas, métodos de escrita e comunicação, como o Braille e a Libras.

Por volta da década de 1970/80, houve um processo de desinstitucionalização das ações voltadas às pessoas com deficiência, que em períodos anteriores eram abandonadas em asilos e hospitais; desse modo, começou-se a difundir a ideia de integração social baseada na adaptação dessas pessoas ao convívio social em instituições especializadas para posterior inserção na sociedade.

Porém, este modelo continuava a centrar a questão da deficiência somente na pessoa, em que o modo de atenção empregado constituía em três etapas: a primeira era a avaliação das condições da pessoa, a segunda consistia no treinamento para a vida social e laboral, e a terceira focava na inserção na comunidade. Com este modelo de tratar as pessoas com deficiência, a integração social sofreu críticas dos próprios usuários das instituições e da comunidade científica, por continuar sendo uma forma segregadora de tratar as pessoas com deficiência, a fim de adequá-las ao modo de vida da sociedade atual, centrada na preparação ao trabalho e na vida competitiva, sem trazer mudanças na sociedade, mas somente na pessoa.

Vale destacar que as instituições especializadas que realizam as atividades relacionadas ao desenvolvimento pessoal e profissional de pessoas com deficiência são, em grande maioria, iniciativas do terceiro setor²⁰, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Associação Pestalozzi, dentre outras. Isso expressa a transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade civil, que, em um contexto de avanço neoliberal, faz com que esse público continue sem visibilidade diante a sociedade. Sobre o cerne das medidas de cunho neoliberal, Behring (2006, p. 12-13) enumera os principais pressupostos como sendo:

- 1) um Estado forte para romper o poder dos sindicatos e controlar a moeda; 2) um Estado parco para os gastos sociais e regulamentações econômicas; 3) a busca da estabilidade monetária como meta suprema; 4) uma forte disciplina orçamentária, diga-se, contenção dos gastos sociais e restauração de uma taxa *natural* de desemprego; 5) uma reforma fiscal, diminuindo os impostos sobre os rendimentos mais altos; e 6) o desmonte dos direitos sociais, implicando na quebra da vinculação entre política social e esses direitos, que compunha o pacto político do período anterior.

A atuação das Organizações não governamentais de caráter filantrópico diante a questão das pessoas com deficiência acontece desde a década de 1930, no entanto, cabe

²⁰ Terceiro setor se trata de organizações sem fins diretamente lucrativos, que atuam no atendimento à população com ações, muitas vezes, assistenciais; estão representadas por organizações não governamentais, associações e entidades filantrópicas. Segundo Antunes (1999, p. 112-113), o terceiro setor representa uma alternativa não mercantil de incorporar os trabalhadores expulsos do mercado de trabalho capitalista, na busca de inseri-los em processos de produção que garantam a subsistência.

contextualizar que a reforma estatal da década de 1990, para adequação ao discurso neoliberal de maximizar a atuação do mercado e restringir os investimentos do Estado na regulação da sociedade, fortaleceu a atuação do setor privado na oferta de serviços de saúde, educação, transporte, serviços de distribuição de água e energia, dentre outros; bem como a atuação de organizações da sociedade civil, através de transferência de recursos públicos para a promoção de ações, principalmente no que se refere às ações assistenciais.

A reconfiguração do Estado e da sociedade civil, na esteira dos pressupostos da Terceira Via, vem, de FHC a Lula, permeando a realidade brasileira num processo acelerado de contrarreformas, especialmente no campo das políticas sociais, em que o empresariamento e a refilantropização passaram a delinear as formas de enfrentamento da questão social com políticas de privatização, terceirização, parcerias público-privado e fundações, práticas entranhadas na atual conjuntura, nas diferentes esferas de governo, especialmente no espectro municipal. Neste trabalho, a contrarreforma caracteriza-se pela eliminação ou redução das conquistas das classes subalternas, perspectiva inerente ao neoliberalismo e às condições postas pelo capitalismo na atualidade. (SIMIONATTO e LUZA, 2011, p. 216-217).

Desse modo, se repassa a responsabilidade na execução e gestão dos serviços em diferentes áreas na perspectiva de diminuir a atuação do Estado na regulação das políticas sociais. Nesse âmbito, ganham destaque as Organizações Sociais (OSs) e as Organizações Sociais da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), que atuam no processo de terceirização da gestão de serviços de saúde, assistência e educação, em que o Estado paga as empresas para gerir seus recursos.

Hoje, os movimentos sociais e os teóricos da temática defendem a perspectiva de inclusão social em que, além de garantir o investimento na preparação da pessoa para conviver na sociedade, também se investe nas condições que garantam o acesso e a participação da pessoa na vida em sociedade, proporcionando suportes físicos, psicológicos, sociais e instrumentais para a garantia de uma vida sem discriminação e tantas dificuldades de comunicação e locomoção. A discriminação, para além do debate das condições físicas e comunicacionais, se encontra agudizada pelas desigualdades sociais resultantes da exploração daqueles que necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver e que, diante da apropriação da mais-valia pelo capitalista, se tornam cada vez mais pauperizados.

Sobre a inclusão de pessoas com deficiência, Aranha (2001, p. 20-21) pontua que:

A inclusão social, portanto, não é processo que diga respeito somente à pessoa com deficiência, mas sim a todos os cidadãos. Não haverá inclusão da pessoa com deficiência enquanto a sociedade não for inclusiva, ou seja, realmente democrática, onde todos possam igualmente se manifestar nas diferentes instâncias de debate e de tomada de decisões da sociedade, tendo disponível o suporte que for necessário para viabilizar essa participação.

Apesar dessa visão de inclusão social, as ações destinadas às políticas para as pessoas com deficiência sempre apresentaram caráter focalizado no sentido de atender somente à demanda de adaptação dessas pessoas à vida em sociedade. De caráter público, existem as Escolas de educação de surdos, de pessoas com deficiência visual, algumas ações de habilitação e reabilitação física, no entanto, ainda é necessário fiscalizar e exigir que se realizem reformas que garantam alguma acessibilidade física e de comunicação nos espaços públicos.

No campo da garantia de renda para o sustento, ganham destaque a Lei nº 8213/91, que estabelece a obrigatoriedade na contratação de pessoas com deficiência nas empresas privadas e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), destinado a pessoas com deficiência consideradas incapacitadas ao trabalho que não podem ter seu sustento garantido pela família – este benefício se encontra no âmbito da política de assistência social e se constitui no pagamento de um salário mínimo.

Desse modo, podemos observar que as iniciativas vêm com caráter focalizado. Não se tem uma movimentação ampla na garantia geral de melhores condições de vida e mudança cultural para que as atitudes da população em geral mudem com relação às pessoas com deficiência. Enfim, em termos legais, os direitos de inclusão social estão delimitados, mas ainda falta maior compromisso da sociedade em garantir esses direitos e se constituir enquanto sociedade que saiba conviver com as diferenças biológicas, psicológicas e sensoriais.

No campo das lutas das pessoas com deficiência por políticas públicas que contemplem a garantia de seus direitos, a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE), em 1999, garantiu uma maior representatividade das pessoas com deficiência perante as ações governamentais. Nesse contexto, também começaram a serem realizadas as Conferências Nacionais dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que aconteceram nos anos de 2006, 2008 e 2012.

Os conselhos e conferências de direitos se configuram como instâncias de controle social, que apesar de serem cooptadas pelos interesses políticos da classe dominante no poder, ainda assim se apresentam como uma possibilidade de busca pela garantia dos direitos sociais, a partir da participação da sociedade civil nesses espaços de discussão.

Em 2008, a Conferência dos Direitos da Pessoa com Deficiência esteve estruturada com base em três eixos temáticos: 1 – saúde e reabilitação profissional; 2 – educação e trabalho; e 3 – acessibilidade. Sendo assim, as deliberações discutidas primeiro em conferências municipais, depois estaduais, e, por último, em uma conferência nacional com

delegados de todo o Brasil, se transformam em reivindicações de ações nas diversas áreas, como educação, saúde, lazer, acessibilidade física e comunicacional.

Na conferência que aconteceu em 2012, os eixos se estruturaram da seguinte forma: I – Educação, esporte, trabalho e reabilitação profissional; II – Acessibilidade, comunicação, transporte moradia; III – Saúde, prevenção, reabilitação, órteses e próteses; IV – Segurança, acesso à justiça, padrão de vida e proteção social adequados. Podemos perceber que, à medida que as discussões são postas em pauta, os eixos se estruturam na perspectiva de contemplar mais direitos não garantidos que geram dificuldades às pessoas com deficiência.

Desse modo, percebemos que os direitos apregoados nas leis, na realidade não são respeitados e garantidos, na medida em que, passada mais de uma década do século XX, as reivindicações em torno da melhoria das condições de acesso à educação inclusiva, educação profissional, condições de acessibilidade urbana, melhores condições de trabalho, ainda não foram atendidas, mesmo que todos esses direitos estejam previstos em legislações nacionais no início da década de 1990.

Ao observar a divisão dos eixos temáticos, vemos a reafirmação da centralidade do trabalho na sociedade, pois ao campo da saúde está atrelada a reabilitação profissional, visando a habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência como uma possibilidade na melhoria das chances de obter um trabalho. Já o eixo educação tem vinculado o termo trabalho, em que podemos perceber a direta relação do acesso à educação como formação para o mercado de trabalho. Desse modo, as reivindicações desse eixo compreendem acesso à educação profissional e melhores condições de acesso e permanência no mercado de trabalho, além disso, foram solicitadas formações para professores no âmbito da educação inclusiva.

No que se refere à atual situação, em termos de políticas públicas, destaca-se o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, instituído pelo Decreto 7.612, de 17 de novembro de 2011, do governo federal, “[...] com a finalidade de promover, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência, nos termos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência” (BRASIL, 2011).

Os eixos de atuação deste plano são, respectivamente: acesso à educação; atenção à saúde; inclusão social e acessibilidade, na perspectiva de melhorar a qualidade de vida dessas pessoas para que elas possam ter maior atenção na equiparação de oportunidades de desenvolvimento humano e social. Cabe destacar que este plano vem na intenção de reunir ações que há muito tempo estão previstas em leis, decretos e portarias, que se somam às muitas legislações focalizadas que não são efetivamente cumpridas. Este plano tem a

prerrogativa de direcionar ações, definir orçamento próprio para as atividades que serão desenvolvidas e delimitar um período para o cumprimento das metas, cujo ano limite é 2014.

Desse modo, a partir das propostas de ações e de como elas estão sendo implementadas, se pode realizar um melhor monitoramento das ações para que sejam efetivamente fiscalizadas, através do controle social dos conselhos de pessoas com deficiência, bem como dos movimentos sociais.

De acordo com os eixos especificados, as ações foram delimitadas dentro da temática de cada um deles, com prazos para serem cumpridos. Em relação ao acesso à educação, as ações no ensino básico são: implantar salas de recursos multifuncionais; distribuir *kits* para atualização das salas já existentes; destinação de recursos para obras de infraestrutura para a garantia de acessibilidade e aquisição de veículos escolares acessíveis. Ainda relacionado à escola, existe a perspectiva de ampliar o número de beneficiários do BPC com idade entre 0 e 18 anos matriculados, pois “[...] em 2007, o programa constatou que cerca de 70% delas estavam fora da escola. Após uma busca ativa para diagnosticar razões da exclusão escolar, o governo conseguiu aumentar para 70% o percentual de beneficiários que hoje estão na escola” (BRASIL, 2013b).

Há também iniciativas, a fim de garantir a remoção de barreiras comunicacionais, através da contratação de professores, tradutores e intérpretes de libras; criação de cursos de Letras/Libras e cursos de Pedagogia na perspectiva bilíngue. Podemos caracterizar essas ações como uma vitória para os movimentos sociais dos surdos, que lutam pela garantia de melhores condições de comunicação em Libras.

No que se refere ao ensino superior, há o fortalecimento do Programa Incluir, que tem a finalidade de eliminar as barreiras pedagógicas, físicas e comunicacionais em Instituições Federais de Ensino Superior, na garantia do pleno acesso às possibilidades de desenvolvimento acadêmico aos professores, estudantes e servidores com deficiência.

Nesse eixo, também, está prevista a prioridade de vagas para pessoas com deficiência nos cursos oferecidos pelo PRONATEC, que disponibiliza cursos de formação inicial e continuada em diversas áreas, na rede federal e estadual de ensino, bem como nos serviços nacionais de aprendizagem. Cabe destacar que:

O viver sem limite garante que não sejam criadas turmas específicas para pessoas com deficiência e que não seja destinado vagas exclusivas para esse público. Todas as vagas do Pronatec poderão ser acessadas por pessoas com deficiência, independentemente do ofertante, do curso e do tipo de deficiência, com atendimento preferencial na ocupação das vagas. (BRASIL, 2013b).

No entanto, os cursos do Pronatec ainda estão em processo inicial de oferta, logo, não podemos avaliar como está sendo realizada a inclusão de pessoas com deficiência. A realidade que ainda está vigente é a realização de cursos profissionalizantes no âmbito das instituições de atendimento especializado e de escolas com atendimento direcionado a certo tipo de deficiência.

É importante ressaltar a centralidade do trabalho neste ponto do plano, na perspectiva de garantir qualificação profissional às pessoas com deficiência, para que sejam inseridas no mercado de trabalho, para, assim, cumprir com o seu papel de cidadão através da obtenção de um emprego.

O eixo inclusão social tem suas ações relacionadas à Política de Assistência Social, no intuito de garantir condições de desenvolvimento social às pessoas com deficiência para que tenham melhores condições de vida, com iniciativas voltadas para os beneficiários do BPC, criação de residências inclusivas e Centros-Dia de Referência.

No que diz respeito aos usuários do BPC, denominaram de “BPC trabalho” o conjunto de ações em torno da inserção dessas pessoas na rede socioassistencial, para que tenham acesso aos serviços oferecidos pelos CRAS, bem como inclusão nos cursos do Pronatec e inserção no mercado de trabalho. Sobre este último aspecto, houve uma mudança na legislação para que os beneficiários do BPC que consigam vaga no mercado de trabalho possam exercer uma função laboral formal sem perder a possibilidade de voltar a receber o benefício, caso fiquem desempregados.

Segundo a Lei 12.470, de 31 de agosto de 2011, o beneficiário do BPC que conseguir um emprego remunerado deixa de receber o benefício, mas, caso volte à condição de desemprego dentro do prazo de 2 anos previstos para a reavaliação pelo INSS, ele pode requerer o benefício novamente sem passar por nova avaliação. Além disso, se o beneficiário estiver na condição de aprendiz, pode acumular o recebimento do benefício BPC com a bolsa referente ao estágio. No decreto nº 7.617, de 17 de novembro de 2011, são estabelecidas as normas para o recebimento do benefício, após a pessoa ser demitida.

A criação de residências inclusivas e Centros-Dia de referência tem a perspectiva de realizar acompanhamento diário de pessoas com deficiência com maior comprometimento das funções físicas e cognitivas, para o desenvolvimento de suas potencialidades, para a melhoria da autonomia nos cuidados pessoais e inclusão nos serviços oferecidos na comunidade em que residem. Estes estabelecimentos terão uma articulação com os serviços dos CRAS e dos CREAS.

Sobre o eixo acessibilidade, entende-se que, para as pessoas com deficiência, é necessário desenvolver adaptações para que elas possam ter maior autonomia e segurança para se locomoverem no seu direito humano de ter acesso aos espaços sociais. Além disso, o acesso não deve ser somente no âmbito físico, mas, também, da comunicação, através da fala, leitura e escrita.

Desse modo, as ações desse eixo são: a construção de casas adaptáveis (obedecendo às normas de acessibilidade da ABNT) no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, bem como a distribuição de *kits* de adaptação para serem instalados nas casas de pessoas com deficiência, além do que, houve a criação da Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas urbanos dentro do Ministério das Cidades; criação de centros tecnológicos para treinamento de instrutores e treinadores de Cães-Guia; instituição do Programa Nacional de Inovação em Tecnologia Assistiva, com a criação de linhas de financiamento para a inovação nesse âmbito, além da criação do Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva, em julho de 2012.

No eixo atenção à saúde, foi criada, em 2012, a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência. Assim sendo, foram realizadas qualificações com os profissionais da rede de atendimento básico, incluído odontológicos, para tratar esse público. Além disso, houve o fortalecimento dos testes neonatais (pezinho, orelhinha e ouvidinho) para a identificação e intervenção precoce de deficiências, para garantir um melhor acompanhamento no tratamento e diminuição de barreiras no desenvolvimento das crianças. Houve a criação de Centros Especializados em Reabilitação e oficinas ortopédicas, além da ampliação da oferta de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção.

A partir deste plano, podemos observar que as pessoas com deficiência estão ocupando os espaços e serviços públicos, no entanto, é necessário que haja uma constante fiscalização pela população para que essas ações tenham efetividade. Pois, se não houver uma busca das pessoas com deficiência e de seus familiares pelos seus direitos, tão apregoados nas diversas legislações, essas pessoas continuarão sofrendo com a falta de acesso ao convívio social.

3.3 A política de cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho

O acesso das pessoas com deficiência ao trabalho é concebido como parte do processo de luta pela garantia dos direitos humanos e sociais. Diante das reivindicações dos movimentos sociais, essa problemática foi posta na agenda internacional na discussão sobre as

formas de garantir os direitos há tantos anos negados. Sobre isso, Pastore (2000, p. 34) salienta que:

A partir da década de 1970, a Organização das Nações Unidas e vários outros organismos internacionais passaram a acolher e dar andamento a pedidos para tratar dos direitos dessas pessoas. No início, fixaram-se direitos. Mais tarde, surgiram os programas de ação.

Destarte, esses direitos foram estabelecidos em documentos como a Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência (1975), Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2007), dentre outros, que delimitam os direitos a que essas pessoas devem ter acesso para que possam estar presentes nos espaços sociais.

No que se refere aos documentos específicos sobre trabalho, podemos destacar a Convenção nº 111 de 1958, sobre Discriminação em Matéria de Emprego e Profissão, e a Convenção nº 159 de 1983, sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes, ambas da OIT.

A Convenção nº 111 é decorrente da 42ª sessão da Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 4 de junho de 1958, sendo promulgada pelo Brasil, através do Decreto nº 62.150, de 19 de janeiro de 1968; define que discriminação se configura como distinção ou preferência originada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, nacionalidade, classe social ou alguma distinção identificada pelo trabalhador que possa modificar a igualdade de oportunidades ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão. Além disso, prevê a articulação intersetorial entre governo, sociedade civil e empregadores, na perspectiva da promoção de políticas antidiscriminação e medidas especiais não discriminatórias no atendimento aos grupos socialmente marginalizados pela sociedade.

Já a Convenção nº 159 foi elaborada na 69ª reunião da Conferência Geral da OIT, de 1 de junho de 1983, sendo promulgada pelo Brasil no Decreto nº 129, de 22 de maio de 1991, que dispõe sobre a necessidade de reabilitação profissional de pessoas com deficiência, na perspectiva de garantir as possibilidades de acesso e permanência no emprego, bem como progressão nos cargos a ocupar. Esta convenção também prevê a criação de medidas que viabilizem o acesso à orientação e formação profissional, como também a colocação no mercado de trabalho. Assim como a convenção nº 111 de 1958, as ações a serem desenvolvidas com base nesta convenção têm como finalidade a promoção da igualdade de direitos, como podemos perceber no artigo 4º.

Artigo 4 - Essa política deverá ter como base o princípio de igualdade de oportunidades entre os trabalhadores deficientes e dos trabalhadores em geral. Dever-se-á respeitar a igualdade de oportunidades e de tratamento para as

trabalhadoras deficientes. As medidas positivas especiais com a finalidade de atingir a igualdade efetiva de oportunidades e de tratamento entre trabalhadores deficientes e os demais trabalhadores, não devem ser vistas como discriminatórias em relação a estes últimos.

Na Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em seu artigo 27, são tratadas as questões referentes a trabalho e emprego, cujas orientações estão no âmbito da garantia de igualdade de direito ao acesso a empregos com salários iguais aos demais trabalhadores, sem discriminação por causa da condição que apresentam; garantia de oportunidade de emprego (inclusive primeiro emprego para ganho de experiência) nos setores públicos e privados; promoção de reabilitação e manutenção do emprego; adaptação dos espaços do local de trabalho para garantia de acessibilidade; e “[...] possibilitar às pessoas com deficiência o acesso efetivo a programas de orientação técnica e profissional e a serviços de colocação no trabalho e de treinamento profissional e continuado” (BRASIL, 2007a).

A partir do estabelecimento das convenções internacionais, leis e decretos, cabe aos países que as adotam desenvolver ações afirmativas para que os direitos estabelecidos sejam realmente seguidos no cotidiano da sociedade. Sobre esse contexto de criação de ações afirmativas, Gurgel (2006, p. 53) afirma que:

Ao mesmo tempo, compromete os Estados-membros para a formulação e aplicação de uma política nacional de ação afirmativa que promova, por métodos adequados às circunstâncias e aos usos nacionais, a igualdade de oportunidades e de tratamento em matéria de emprego e profissão, com o objetivo de eliminar toda discriminação nessa matéria. Essa política de ação afirmativa tem como instrumentos: a colaboração das organizações de empregadores e trabalhadores e de outros organismos apropriados; a edição de leis, criação de programas de educação próprios, aplicação nos serviços de orientação profissional, formação profissional e colocação; a revogação de todas as disposições legislativas e práticas administrativas que sejam incompatíveis com a referida política.

Desse modo, as ações afirmativas devem ser difundidas para sensibilizar a sociedade a respeitar e garantir esses direitos, no entanto, nem sempre essas ações sensibilizam a se cumprirem as leis gerais. Com isso, é necessário que se estabeleçam ações mais objetivas com *status* de obrigação para que se garanta, pelo menos, o mínimo dos direitos estabelecidos em lei.

A partir dessa iniciativa, foram criadas em todo o mundo formas de garantir o acesso de pessoas com deficiência ao mercado de trabalho; alguns adotaram sistema de cotas (caso do Brasil), além de oferecerem incentivos fiscais e apoio de agências internacionais para as empresas que as contratem. Sobre isso, Baars (2009, p. 16) afirma que:

[...] muitos países aprovaram legislação para facilitar o acesso ao emprego das pessoas com deficiência. As medidas incluem, principalmente, benefícios financeiros para empregadores como incentivo; garantia de que a contratação de

pessoas com deficiência não acarrete custos adicionais para a empresa; oferta de serviços de apoio para assegurar assessoramento técnico às empresas; e a reserva mínima de vagas, conhecida como legislação de cotas, que exige que o empregador reserve determinada proporção de postos de trabalho para pessoas com deficiência reconhecida.

Dentre as ações desenvolvidas vamos nos aprofundar sobre a legislação de reserva de cotas no mercado de trabalho. Para uma melhor contextualização em nível internacional elencamos, a seguir, as medidas adotadas em alguns países (Quadro 1):

Quadro 1 – Legislação de reserva de cotas no mercado de trabalho

País	Medida adotada
Alemanha	Cota de 6% em empresas com mais de 16 funcionários e incentivo a contribuição no fundo de formação profissional para Pessoas com deficiência (Pcd).
Argentina	Cota de 4% em repartições públicas, mas não há valores para as empresas privadas, somente incentivos para que contratem Pcd.
Áustria	Cota de 4% em empresas com mais de 25 empregados ou contribuição para fundo de formação profissional.
Bélgica	Existe sistema de cotas com valores negociados entre sindicatos e representantes patronais.
China	A cota oscila entre 1,5% e 2% a critério dos municípios.
Colômbia	Concede isenções tributárias a empresas que tenham no mínimo 10% de seus trabalhadores com deficiência.
Espanha	Cota de 2% para empresas com mais de 50 funcionários e incentivos fiscais, com redução de 50% das cotas dos empregadores da seguridade social.
El Salvador	Estabelece que empresas com mais de 25 empregados contratem uma Pcd.
França	Cota de 6% para empresas com mais de 20 empregados.
Itália	Os setores público e privado devem contratar no mínimo 7% de Pcd; em empresas com mais de 50 empregados. Se houver entre 36 a 50 trabalhadores, 2 Pcd; entre 15 e 35, 1 Pcd.
Holanda	Cota entre 3% e 7% de acordo com negociação coletiva.
Nicarágua/Venezuela	Contratação de uma Pcd a cada 50 empregados.
Japão	Percentual de 1,8% de Pcd em empresas com mais de 56 trabalhadores, sendo que aqueles que não cumprem a cota devem contribuir para um fundo, que também custeia os incentivos as empresas que cumprem a cota.
Portugal	Cota de até 2% na iniciativa privada e de no mínimo 5% no setor público.
Uruguai	Cota de 4% no setor público, mas no setor privado somente se exige que contrate sem qualquer percentual estabelecido.

Fonte: BAARS (2009).

No Brasil, a Lei nº 8213/91 regulamenta esse sistema de cotas compulsórias a serem obedecidas pelas empresas, pois caso contrário, estão sujeitas a pagar multas. O artigo 93 desta lei dispõe que as empresas do setor privado com mais de 100 funcionários devem contratar de acordo com as seguintes porcentagens: I - de 100 a 200 empregados – 2%; II - de 201 a 500 – 3%; III - de 501 a 1.000 – 4%; IV - de 1.001 ou mais – 5%.

Na Constituição Federal de 1988, está prevista a garantia de reserva de percentual de vagas para pessoas com deficiência em cargos e empregos públicos, de acordo com lei específica que disponha sobre as formas de admissão. Na lei nº 8112/90, artigo 5º, parágrafo 2º, está determinado que devem ser reservados até 20% das vagas para pessoas com

deficiência em concursos públicos de autarquias e fundações públicas federais, de acordo com a compatibilidade das funções e as limitações apresentadas pelos possíveis candidatos. Sendo o percentual mínimo de 5%. Em análise acerca das pessoas com deficiência e trabalho, Carvalho e Orso (2006, p. 173) estabelecem um contraponto entre as cotas de inclusão em empregos públicos e instituições privadas, ao afirmar que:

Ao comparar estas duas leis, pode-se perceber que a primeira (cotas de concurso público, grifo nosso), do ponto de vista legal, oferece mais postos de trabalho para as pessoas com deficiência, do que a última. A explicação para o fato da reserva do serviço público (de 5% a 20%), ser maior que a da iniciativa privada (1% a 5%), é mais um outro elemento que auxilia na demonstração de que o burguês rejeita a força de trabalho deste segmento da sociedade. Afinado com os interesses do capital, o legislador preferiu estabelecer uma quantidade maior de postos de trabalho naquele setor que não está submetido à lógica da produção capitalista.

Em comparação com outros países, o Brasil se encontra em consonância com as políticas adotadas internacionalmente, mas devemos observar que, frente a alguns, tem uma posição mais definida, ao estabelecer cotas para o setor público e privado. Por outro lado, alguns países garantem uma maior possibilidade de contratação ao definir um número baixo de funcionários como condição para a contratação, como por exemplo, a Alemanha e a Áustria, pois existem muitas empresas de pequeno e médio porte; isso garantiria um maior número de vagas para pessoas com deficiência.

O estabelecimento de iniciativas de contratação de pessoas com deficiência nas empresas privadas e a garantia de vagas em concursos públicos são vistos como um avanço e superação do viés assistencialista como eram tratados, para a construção da autonomia e possibilidade de reger a própria vida (BRASIL, 2007b). No entanto, devido à precarização do trabalho e desemprego estrutural, muitas pessoas com deficiência continuam na situação de recebimento de auxílios e atendimento filantrópico para a garantia da subsistência.

Além disso, não somente as pessoas com deficiência necessitam constantemente dos benefícios assistenciais, muitos brasileiros contam com o benefício de transferência de renda (Bolsa Família)²¹, para que consigam garantir o mínimo possível ao sustento de suas famílias. Outros tantos necessitam deste auxílio para complementar a renda de um salário que não garante as condições de reprodução social.

²¹ O Benefício de Prestação Continuada e o benefício de transferência de renda (Bolsa Família) são dispositivos da política de assistência social que objetivam garantir poder de consumo às pessoas mais empobrecidas, no sentido de proporcionar a compra de alimentação, dentre outros produtos. A Lei Orgânica de Assistência Social regulamenta as ações no âmbito da política de assistência social, que se configura pela garantia de benefícios e serviços que visem à promoção e defesa dos direitos sociais das pessoas, bem como tem como norte a superação das situações de pobreza extrema, na busca de melhor desenvolvimento social para a população. Devido à situação atual do capitalismo, cada vez mais as pessoas recorrem aos benefícios assistenciais para garantir o mínimo de sustento.

As conquistas alcançadas contribuem para a mudança de visão a respeito das pessoas com deficiência, garantindo-lhes ocupar espaços diversos. No entanto, a centralidade no trabalho como principal forma de existência social na sociedade capitalista faz com que todos procurem se inserir no mercado de trabalho, seja na formalidade ou informalidade. Desse modo, as iniciativas de maior visibilidade são as de escolarização e posterior inserção no mercado de trabalho, mas nem sempre as pessoas com ou sem deficiência conseguem emprego; isso dificulta o processo de aceitação da diversidade em todos os ambientes.

Com isso, para além de somente estabelecer em lei que é obrigatória a contratação de pessoas com deficiência, é necessária fiscalização e imposição de outras regras para que os empregadores se sintam responsabilizados a contratar este público. Como podemos perceber na seguinte proposição acerca da rescisão de contrato de pessoa com deficiência:

Não há previsibilidade legal de estabilidade para o empregado portador de deficiência. No entanto, para garantir a reserva de cargos para a pessoa portadora de deficiência, a dispensa de empregado com deficiência ou reabilitado, quando se tratar de contrato por prazo determinado, superior a 90 dias, e a dispensa imotivada, no contrato por prazo indeterminado, somente poderá ocorrer após a contratação de substituto em condições semelhantes. Ou seja, a demissão de uma pessoa com deficiência ensejará a contratação de outra pessoa com deficiência. Essa regra deve ser observada enquanto a empresa não tenha atingido o percentual mínimo legal. Fora desse requisito, valem as regras gerais que disciplinam a rescisão do contrato de trabalho (art. 93, § 1º, da Lei nº 8.213/91). (BRASIL, 2007b, p. 33).

Para além das legislações e medidas tomadas para a fiscalização do cumprimento das cotas, existem diversas condições que determinam a contratação de pessoas com deficiência; elas advêm das empresas, da organização urbana e social e dos próprios trabalhadores com deficiência.

O fator mais visível é o preconceito que permeia as relações com essas pessoas, devido à visão arraigada de que elas não são capazes de desenvolver atividades laborais ou de ter autonomia na vida pessoal. Desse modo, para os empregadores, existe a concepção de que são menos produtivos, causando, assim, algum tipo de prejuízo para a empresa; por outro lado, existe uma superproteção dos familiares em tutelar esses indivíduos deixando-os sempre sob cuidado, às vezes até sem matricular na escola ou incentivar o desenvolvimento individual.

A falta de qualificação profissional também é considerada um empecilho na contratação, devido ao pouco acesso que esse público tem à escolarização e a políticas de educação profissional. No entanto, esse quadro vem sendo modificado, à medida que as lutas se transformam em políticas educacionais. Vale destacar que essa questão de escolaridade pode estar relacionada ao fato de que a lei de cotas foi aprovada em 1991, em período que não

existia oferta de qualificação profissional destinada a esse público, logo, os adultos que estavam e estão em condições de trabalho não tinham condições de acesso à escolarização.

Outro fator que deve ser destacado é a falta de acessibilidade nas ruas, no transporte público e nas empresas, o que dificulta a locomoção e comunicação dessas pessoas, que acabam desistindo de transitar pela rua ou precisam sempre estar acompanhadas de alguém. Isso pode ocasionar mais atrasos, devido à falta de transporte público acessível, bem como diminuir a produtividade no ambiente de trabalho devido à dificuldade de mobilidade e não mapeamento das funções que são mais compatíveis para cada tipo de deficiência.

A ausência de banco de dados sobre as pessoas com deficiência também dificulta o processo de oferecimento de qualificação profissional e disposição das vagas de trabalho de acordo com os locais mais próximos à residência dessas pessoas. A falta de organização das informações sobre este público é um obstáculo para o desenvolvimento de ações e pesquisas para a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas.

Por último, os fatores menos significativos alegados pelas empresas, segundo Baars (2009), são o grande número de beneficiários do BPC e a preferência por ocupar vagas no setor público. Na realidade, segundo a autora, em sua análise sobre a relação entre o número de vagas e quantidade de pessoas com deficiência (4,7 milhões, de acordo com o Censo de 2000, poderiam estar na política de cotas), mesmo considerando beneficiários do BPC (1,8 milhões) e o número de trabalhadores do setor público (se preenchessem o mínimo de 5% seriam 415,5 mil), restariam 2,5 milhões de pessoas para ocuparem as cotas das empresas com mais de 100 funcionários.

Portanto, as iniciativas estão previstas em legislação geral e específica para essas pessoas, no entanto, ainda faltam ações mais amplas que mudem a concepção da população sobre as potencialidades das pessoas com deficiência. Nas inúmeras leis e decretos se propaga a ideia de inclusão social, a partir de medidas protetivas que buscam a equiparação de oportunidades, com a observação das particularidades apresentadas por cada deficiência.

Entretanto, não podemos perder de vista o caráter desigual inerente ao capitalismo, que propugna a concorrência no mercado de trabalho e nas relações entre os capitalistas, fazendo com que o lucro seja o principal objetivo a ser alcançado. Desse modo, as relações de trabalho se tornam precarizadas para o trabalhador, na perspectiva de garantir os lucros ao capital. Então, nem sempre os dispositivos legais são obedecidos, uma vez que, de acordo com a conveniência, pode ser mais vantajoso ao capitalista pagar uma multa do que contratar pessoas com deficiência em condições dignas de trabalho.

4 A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO: ESTUDO DE CASO

Neste capítulo final empreendemos o debate acerca das informações coletadas em campo, que nos traz um recorte acerca dos cursos de qualificação profissional ofertados as pessoas com deficiência, bem como, em quais postos de trabalho são mais empregados na cidade de Fortaleza. Através deste estudo de caso podemos evidenciar algumas questões que permeiam a inserção no mercado de trabalho, principalmente no que diz respeito à educação, acessibilidade e as condições de trabalho.

4.1 Quadro geral do acesso de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: Brasil e Ceará

As pessoas com deficiência, segundo o Censo de 2010²², constituem 45.606.048 da população brasileira, representando 23,9%. Essa estatística tem como critérios as considerações dos entrevistados quanto a terem “alguma dificuldade”, “grande dificuldade”, “não conseguir de modo algum”, ver, ouvir e se locomover, além de considerar as pessoas com deficiência mental ou intelectual. No Ceará, este índice se encontra em torno de 27,69%, compreendendo um grupo de 2.340.150 pessoas.

Estes dados são importantes para destacar o número de pessoas que apresentam dificuldade em desenvolverem ações cotidianas devido a limitações que, muitas vezes, são impostas pela organização da sociedade capitalista, desigual em sua essência, e não pela falta de potencialidade das pessoas que apresentam alguma deficiência.

Diante deste quadro, o número de pessoas com deficiência com dez anos ou mais (pessoas, segundo o Censo, contabilizadas nos dados referentes à ocupação), no Brasil, era de 44.073.733 pessoas, sendo que o número de ocupados era de 20.365.963.

Apesar da exigência legal de cotas para trabalhadores com deficiência, a participação deles no mercado de trabalho, em 2010, ainda era baixa quando comparada à das pessoas sem deficiência. Do total de 86,4 milhões de pessoas, de 10 anos ou mais, ocupadas, 20,4 milhões eram pessoas com deficiência, 23,6% do total. Em 2010, havia 44 073 377 pessoas com pelo menos uma deficiência em idade ativa, mas 23,7 milhões não estavam ocupadas. (OLIVEIRA, 2012, p. 19).

²² É importante salientar que os dados do Censo não refletem de forma fidedigna os percentuais de pessoas com deficiência presentes na sociedade, por não ter acesso a toda a população, bem como considerar pessoa com deficiência também aquelas com alguma dificuldade, sendo assim, utilizamos os dados porque são aqueles que trazem o panorama nacional. Desse modo, na consideração de contratação no mercado de trabalho, algumas vezes não seriam consideradas aquelas com alguma dificuldade.

É importante salientar que os índices não refletem a realidade, pois os dados consideram que a partir dos 10 anos as pessoas estão em idade ativa, sendo que as leis brasileiras somente permitem o trabalho a partir dos 14 anos, na condição de aprendiz. Com isso, consideramos apropriado mensurar o número de pessoas com deficiência aptas ao trabalho, como 35.503.717 pessoas, sem contabilizar os menores de 14 anos e os maiores de 70 anos (aposentados compulsoriamente). Ao considerar este índice, teremos uma população de 19.471.182 ocupados.

Dentro destes números teremos diferenças regionais, de gênero e de idade, prevalecendo a taxa de ocupação maior entre 40 a 59 anos que apresentaram 10.708.757 trabalhadores ocupados no período, sendo que 57,3% eram homens e 37,8% eram mulheres. Aqueles que apresentam mais anos de escolaridade tendem a conseguir vaga no mercado de trabalho, em detrimento daqueles que não tiveram acesso à escolarização formal (OLIVEIRA, 2012). Sobre isso, destaca-se que:

[...] mais da metade das pessoas com deficiência (58,4%), no segmento mais formalizado do mercado de trabalho cearense, possui entre 30 e 49 anos de idade. Isto permite perceber que outras faixas mais ao extremo da pirâmide etária possuem menor representatividade entre aqueles que detêm vínculos formais de trabalho, retratando claramente as maiores dificuldades de inserção ocupacional dos mais jovens e daqueles com mais idade. Não obstante essa realidade, pode-se constatar que a maior parcela das pessoas com deficiência formalmente empregada possui, no mínimo, o ensino médio concluído (53,6%), o que, em grande medida, sinaliza a importância da escolarização como requisito de maiores ou menores chances de obter um posto de trabalho. (CEARÁ, 2013, p. 6).

Com relação às categorias de emprego e ocupação, os trabalhadores com deficiência obtiveram 40,2% de empregados com carteira assinada, já os tidos normais apresentaram taxa de 49,2%; quando se trata de trabalhadores autônomos, aqueles sem deficiência eram 50,8% e aqueles que apresentavam alguma deficiência representavam 27,4%. A partir desses dados, observamos que a precarização do trabalho proveniente da reestruturação produtiva e a perda de direitos trabalhistas engloba toda a classe trabalhadora, independente das proteções jurídicas e sociais alcançadas pelo grupo de pessoas com deficiência.

Com relação ao Ceará, que possui população de 8.452.381, 2.340.150 apresentam algum tipo de deficiência, correspondendo a 27,69% das pessoas no Estado, percentual maior do que o verificado em nível nacional e regional, 23,92% e 26,63, respectivamente. Comparado ao Censo 2000, que apresentava 17,34% no Ceará, houve aumento de mais de 10% no número de pessoas identificadas.

Segundo dados do Censo 2010, das 2.340.150, aproximadamente 1.209.598 se encontravam ocupadas, sendo que 210.308 se encontravam sem rendimentos. Quanto àqueles que trabalhavam com alguma remuneração, 661.169 recebiam entre meio e um salário mínimo, aqueles que recebiam mais de um salário mínimo correspondiam a 338.121 (IBGE, 2011).

Ao observar estes dados, podemos inferir que boa parte das pessoas com deficiência que se encontram como classe trabalhadora está como os trabalhadores tidos normais, inseridos no contexto de desqualificação laboral, permeado pelos baixos salários e precarização das condições de trabalho.

No geral, as vagas oferecidas para as pessoas com deficiência são de caráter menos especializado, dado o histórico de dificuldades de acesso aos espaços públicos e à educação formal, em que as vagas são de auxiliar de limpeza, auxiliar de linha de produção, operador de *telemarketing*²³, dentre outras que exigem baixa escolaridade e pagam salário mínimo.

Segundo dados de Ceará (2013), as ocupações mais frequentes a esse público são trabalhador polivalente de calçados, alimentador de linha de produção, auxiliar de escritório em geral, assistente administrativo, operador de máquina de costura e acabamento, zelador de edifícios, costurador de calçados, faxineiro, cobrador de transporte coletivos, embalador a mão, almoxarife, vendedor de comércio varejista, recepcionista, porteiro de edifícios, operador de triagem e transbordo, operador de caixa, trabalhador de manutenção de edificações, operador de máquinas fixas, e servente de obras.

As vagas que exigem maior grau de qualificação são em menor quantidade, como auxiliar de biblioteca, auxiliar de setor pessoal, recepcionista, estoquista e as demais vagas que exigem maior contato com o público e/ou habilidades intelectivas. Quando se trata de nível superior, as vagas para pessoas com deficiência são encontradas nos concursos públicos, devido à necessidade de reserva de vagas. Acerca dessa questão, na nota técnica elaborada sobre a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho do Ceará, conclui-se que:

Em síntese, o quadro que emerge do processo em curso de inserção ocupacional da pessoa com deficiência é de que ainda há grandes desafios a serem trilhados, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, uma vez que boa parcela dos postos de trabalho, que são oferecidos às pessoas com deficiência, está relacionada a oportunidades que geralmente não permitem maiores progressões tanto em termos salariais quanto nas condições de trabalho, o que, sobremaneira, dificulta o interesse dessas pessoas nas vagas que são ‘disponibilizadas’ para elas. Não é raro, assim, ouvir estes profissionais dizerem, especialmente aqueles que conseguem o acesso ao Benefício da Prestação Continuada (BPC), que já estão ‘aposentados’, haja vista que

²³ Profissões anunciadas no quadro de vagas do SINE em julho e agosto de 2013.

o padrão de remuneração oferecido pelo mercado de trabalho é basicamente igual ao desse benefício assistencial. (CEARÁ, 2013, p. 7).

Deste modo, podemos perceber que as pessoas com deficiência que vivem do trabalho, assim como boa parte da classe trabalhadora, se encontra sem condições de exercer uma atividade qualificada e bem remunerada. Essas pessoas muitas vezes se encontram em condições pauperizadas, mas dada a situação precária do trabalho na sociedade capitalista, esse grupo, para se inserir no convívio social, também tem que procurar formas qualquer de trabalho que garantam alguma subsistência.

4.2 Caracterização da pesquisa

A presente pesquisa é de natureza qualitativa e tratou acerca da questão da inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho a partir da participação prévia em curso de qualificação profissional. O uso da pesquisa qualitativa teve como perspectiva a construção de uma análise aprofundada dos dados encontrados na pesquisa como um todo, para que houvesse uma melhor análise da realidade em que se encontra o universo de sujeitos que fazem parte deste estudo.

Desse modo, a partir da análise de Esteban (2010), cabe salientar que a pesquisa qualitativa compreende os processos que buscam uma análise dos fatos, para além dos dados estatísticos meramente quantificados; esses dados serão também utilizados durante o processo de pesquisa para melhorar o teor das informações coletadas, porém, não se configura como parte principal, já que o que se pretende é entender em profundidade o problema que está sendo estudado.

O processo de pesquisa qualitativa é caracterizado pela utilização de práticas descritivas e interpretativas, seja no uso da observação, da entrevista, dentre outros; é através de imagens e palavras que se apreendem as particularidades de cada fato, inserido em determinada cultura e momento histórico. Além disso, a análise se constrói de forma indutiva, no sentido de desvelar as informações encontradas, ao invés de procurar confirmar hipóteses e informações pré-concebidas, como ocorre nas análises dedutivas (BOGDAN e BIKLEN, 1997).

Apesar de ser um tipo de pesquisa que trabalha muitas vezes com a subjetividade dos processos sociais, ganha legitimidade à medida que são utilizados métodos e técnicas reconhecidas cientificamente, bem como pelo caráter ético que deve haver em todas as pesquisas científicas, que devem ser vistas como forma de contribuir para o entendimento da

sociedade e/ou a mudança de paradigmas decorrentes de processos de desigualdades sociais. Pois o processo científico, para além da curiosidade humana de desvelar os fatos, perpassa pela intervenção na vida de pessoas que devem ter seus direitos respeitados, bem como devem ter acesso às pesquisas que tomaram como base as suas vidas.

Através do percurso metodológico é que desvendamos as questões que envolvem o objeto e podemos tecer uma análise aprofundada da realidade que vivenciamos e pesquisamos. Segundo Marx (2011), deve-se partir do real concreto, realizar as observações e estudos em torno do tema, para depois retornar à realidade, mas tomada como um concreto pensado, reconstruído e problematizado. Nesta perspectiva, partimos da realidade não problematizada como está posta e realizamos leituras e análises para desvelar seus determinantes históricos, sociais e culturais, para então observá-la de outro modo, agora com a sua essência melhor pensada e analisada.

É através das etapas da pesquisa que esclarecemos as determinações que envolvem algo que está sendo pesquisado, o objeto deve ser visto como parte de uma totalidade mais ampla, mas não deve ser interpretado como único, pois existem especificidades que dependem do ambiente e do tempo histórico em que se encontra inserido.

Devido à necessidade de delimitar o grupo a ser pesquisado, optamos pelo estudo de caso como tipo de pesquisa qualitativa, para estudar em profundidade um grupo de indivíduos e, assim, melhor analisar a realidade em que se encontram, além de garantir uma maior qualidade na pesquisa. Trivínõs (1987, p. 134) salienta que o estudo de caso:

[...] É uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa aprofundadamente. Esta definição determina suas características que são dadas por duas circunstâncias, principalmente. Por um lado, a natureza e abrangência da unidade. Esta pode ser um sujeito. [...] Em segundo lugar, também a complexidade do Estudo de Caso está determinada pelos suportes teóricos que servem de orientação em seu trabalho de investigador. Um enfoque a-histórico, reduzido às características culturais de um meio específico no qual se insere a unidade em exame, de natureza qualitativa-fenomenológica, é menos complexo, sem dúvida, que uma visão na qual se observa o fenômeno em sua evolução e suas relações estruturais fundamentais.

A partir disso, as análises em torno do grupo estudado, tivemos como base um estudo sobre a situação no Brasil e no Ceará, para melhor situar as observações em um determinado período de tempo e espaço. Desse modo, pudemos estabelecer uma análise das ações de qualificação profissional desenvolvidas em uma instituição de atendimento especializado a pessoas com deficiência, situando essas ações na totalidade das iniciativas destinadas a esse público.

Ainda com relação à definição de Estudo de caso, por se tratar de uma análise focada em uma instituição, a pesquisa em questão se encontra na categoria de Estudos de Caso histórico-organizacionais, segundo a definição utilizada por Bogdan (1982, *apud* TRIVIÑOS, 1987).

Sendo assim, o lócus escolhido para a realização do estudo de caso foi uma instituição que trabalha com atendimento especializado a pessoas com deficiência, na qual são realizadas ações para a inclusão desses indivíduos no mercado de trabalho, principalmente na oferta de cursos de qualificação profissional.

Desse modo, realizamos visitas ao local durante os meses de outubro e novembro de 2013, para a coleta de informações sobre os cursos oferecidos e o público participante desses cursos. Cabe salientar que optamos focar nos cursos que recebem investimentos da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará (STDS), no intuito de observar essa oferta de cursos sob a ótica das políticas públicas destinadas ao desenvolvimento humano e social de pessoas com deficiência.

Para a coleta de dados para análise, utilizamos pesquisa bibliográfica, documental e aplicamos entrevistas com os participantes do curso de Auxiliar de Almojarifado, por ser o curso que estava acontecendo no período em que realizamos as visitas ao local. Deste curso, participaram vinte pessoas, das quais entrevistamos seis, perfazendo uma amostragem de 30% do público atendido naquele período.

A pesquisa bibliográfica foi realizada com base em uma revisão da literatura existente acerca das pessoas com deficiência, em seus aspectos históricos e teóricos, a fim de construir a trajetória do acesso à educação e trabalho. Além do que, realizamos uma revisão das obras acerca da educação profissional no Brasil, com o objetivo de qualificar mão de obra para os diversos setores da economia brasileira.

Desse modo, recorremos a autores consagrados no estudo acerca da situação das pessoas com deficiência no Brasil, tais como Aranha (2001, 2003), Bianchetti (1998), Januzzi (2006), Pastore (2000), dentre outros. Com referência à educação profissional, utilizamos autores renomados, como Frigotto (2009, 2013), Antunes (1999, 2004), Kuenzer (2003, 2006, 2007, 2008) e Ferretti (1997).

Para garantir uma análise mais concreta da situação das pessoas com deficiência no Brasil, realizamos pesquisa documental para registrar os marcos legais que perpassam a garantia dos direitos das pessoas com deficiência à inclusão social, além da busca pela garantia do acesso à educação e ao trabalho como direitos de todas as pessoas, mas que,

devido ao histórico de negligência a esse público, necessita de melhores aportes para que sejam viabilizados.

Para não atrapalhar o andamento das aulas, optamos pelo uso da entrevista semiestruturada como técnica de coleta de dados, na qual entrevistamos cada estudante individualmente. Apresentamo-nos, informamos os objetivos da pesquisa e estabelecemos uma conversa gravada por meio digital, garantindo aos sujeitos que haveria sigilo de seus nomes na divulgação das informações no relatório final, a dissertação.

Destarte, a utilização da entrevista na pesquisa qualitativa garante uma coleta de dados de caráter quantitativo na possibilidade de reunir informações para a construção de um perfil, bem como o contato direto com as pessoas proporciona uma relação mais próxima entre pesquisador e sujeitos da pesquisa, possibilitando uma maior interação e qualidade nas descrições e relatos de opiniões pelos entrevistados. É isso que garante uma perspectiva de análise qualitativa dos dados, permeada de subjetividade e interpretação da realidade com base nas falas dos próprios sujeitos que vivenciam os fatos cotidianamente. Nesse sentido,

Entrevista, tomada no sentido amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador. Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo. (MINAYO, 2007, p. 64).

Quanto ao tipo de entrevista, existem as entrevistas estruturadas – em que as perguntas têm um caráter mais fechado – e semiestruturadas – nas quais há o direcionamento através de exposição dos temas através de perguntas abertas, nesse ponto o entrevistado pode discorrer livremente sobre os assuntos, a partir de breves direcionamentos do entrevistador. Há também a entrevista não estruturada, em que o entrevistado pode discorrer livremente sobre os assuntos, expressando suas opiniões e informações.

Em nossa pesquisa, a entrevista semiestruturada foi elaborada a partir de um roteiro com a delimitação de temas a serem abordados. Para iniciar, realizamos perguntas como idade, escolaridade e estado civil, para construir o perfil dos entrevistados. O primeiro bloco de perguntas foi a respeito da formação escolar e profissional e o segundo consistiu em questionamentos acerca do acesso ao trabalho.

Depois de realizadas as entrevistas, transcrevemos todas a partir das gravações, a fim de garantir a fidedignidade dos relatos colhidos em campo. Junto com as demais informações conseguidas no local pesquisado, analisamos os dados com base na literatura

estudada, na perspectiva de elaborar o trabalho final de análise crítica dos resultados alcançados.

4.3 Caracterização do campo

Para realização de nossa pesquisa empírica buscamos identificar os cursos de qualificação profissional aos quais as pessoas com deficiência têm acesso. No município de Fortaleza, identificamos que as instituições de atendimento especializado ainda têm uma maior representatividade no atendimento integral a este público. Desse modo, para uma melhor análise da realidade, optamos por estudar as ações destinadas a esse público, ao invés de procurar os poucos incluídos entre o público nos diversos cursos oferecidos pela cidade.

As ações referentes à qualificação de pessoas com deficiência para o mercado de trabalho que se encontram mais unificadas são as iniciativas da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado (STDS), que apresentam programas de formação profissional para a população, através de ações das organizações públicas, privadas e das parcerias com o terceiro setor. No âmbito da qualificação profissional são desenvolvidos os programas Criando Oportunidades (Qualificação profissional do trabalhador cearense) e Garantindo Acessibilidade (Programa de atenção à pessoa com deficiência). Devido ao foco de nossa pesquisa, procuramos informações acerca do segundo programa, a fim de obter dados sobre como é realizado o fluxo das atividades destinadas a este público.

As atividades desenvolvidas através do projeto Garantindo Acessibilidade têm como objetivo dar operacionalização à política de geração de emprego, trabalho e renda desenvolvida pelo governo do Estado, com atenção ao público específico de pessoas com deficiência, na perspectiva de fortalecer a inclusão social dessas pessoas. Além disso, o foco das ações são a qualificação profissional e criação de estratégias de inclusão no mercado de trabalho, através das parcerias com as empresas e sensibilização dos empregadores acerca das questões de acessibilidade no local de trabalho.

Os cursos de qualificação profissional são oferecidos à população através de uma parceria com entidades do terceiro setor para pessoas com deficiência, que a partir da participação em editais de subvenção social, recebem incentivo financeiro da STDS para desenvolver os cursos. Em Fortaleza, a parceria está estabelecida com cinco instituições (Associação dos Pais e Amigos do Deficiente Auditivo; Associação de Cegos do Estado do Ceará; Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais; Recanto Psicopedagógico e Associação Elos da Vida) que desenvolvem cursos com foco em atividades de trabalho

autônomo (como confecção de embalagens e acessórios decorativos, culinária, fabricação de tortas, doces e salgados) e cursos que qualifiquem para a inserção no mercado de trabalho (como repositor de mercadorias, operador de computador, auxiliar de almoxarifado).

Dentre as cinco instituições, escolhemos realizar pesquisa em uma que apresenta atendimento a todos os tipos de deficiência, garantindo maior diversidade nos relatos, pois cada deficiência apresenta suas especificidades. Outro aspecto que nos motivou a escolha é que na instituição, após a participação nos cursos, é realizada a intermediação para o mercado de trabalho. Assim, a escolha foi endossada com a indicação de um profissional da STDS, pelo fato dessa instituição ser ativa no oferecimento de cursos e encaminhamento ao mercado de trabalho. A instituição²⁴ funciona a 40 anos, localizada no bairro Papicu, é de caráter filantrópico, empreende atendimento educacional, em saúde e profissionalizante às pessoas com qualquer tipo de deficiência. Hoje desenvolve atendimento educacional especializado (AEE) através de acompanhamento pedagógico e psicopedagógico.

Aqueles atendidos no AEE, também recebem atendimento em saúde, na qual a instituição apresenta equipe com médicos, enfermeiro, terapeuta ocupacional, psicólogo, fisioterapeuta, assistente social, para o atendimento integral das pessoas com deficiência, bem como realiza somente atendimento em saúde, para pessoas com deficiência que não fazem parte do AEE, pois apresenta convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS).

Dentre as atividades realizadas são oferecidas oficinas terapêuticas para o desenvolvimento psicomotor (cartunagem e encadernação) e oficina pré-profissional (rotinas de trabalho em lanchonete para trabalho autônomo), na perspectiva de desenvolvimento pessoal daqueles que, devido à severidade da deficiência ou pelo não desejo de inserir-se no mercado de trabalho, não poderão ser encaminhados para um trabalho formal.

Com relação à educação profissional, desde 2009 desenvolve cursos de qualificação para pessoas com qualquer tipo de deficiência, bem como para aqueles que foram reabilitados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e necessitam desenvolver habilidades para uma nova função. Essa iniciativa está relacionada ao convênio estabelecido com a Associação de Valorização de Pessoas com Deficiência (AVAPE), entidade de São Paulo que trabalha com ações destinadas ao desenvolvimento pessoal e social de pessoas com deficiência, desse modo, algumas ações e os instrumentais de inscrição advém de modelo do usado em São Paulo. Os recursos para a realização dos cursos são da AVAPE, que recebe incentivos financeiros do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da STDS.

²⁴ Para manter a fidedignidade dos dados coletados, omitiremos o nome da instituição.

O *site* institucional da AVAPE disponível na *internet* descreve como surgiu, o objetivo, a missão e os princípios que regem a atuação desta instituição que foi fundada em 1982 por um grupo de funcionários da *Volkswagen* do Brasil, que tinham o interesse em promover a melhoria da vida de pessoas com deficiência, desse modo objetiva promover as competências desses indivíduos. A missão também se define como promoção de competências para que tenham autonomia, segurança e dignidade para exercer sua cidadania.

No conjunto de princípios, cabe destacar o Respeito à diversidade e ao indivíduo; Priorização da competência; Empoderamento; Excelência dos serviços, visando a satisfação de todos os envolvidos; Qualidade Total e Visão Holística.

Podemos perceber que alguns desses princípios corroboram com as ideias neoliberais que permeiam a reestruturação produtiva, ao pregar as competências, qualidade total, eficiência dos serviços, além de se cercar de termos bastante usuais nas concepções de produção flexível, como empoderamento e visão holística. Essas ideias saíram do plano das empresas capitalistas e ocuparam as instituições públicas e filantrópicas que reorganizaram seus pressupostos de gestão na perspectiva de buscar a eficiência e eficácia dos serviços que são prestados à população. Cabe ressaltar que a noção de qualidade total surgiu no âmbito de mercado capitalista, na perspectiva de garantia da produtividade, através de uma gestão baseada em resultados, principalmente quantitativos, na manutenção da lucratividade.

A abordagem da Qualidade Total nas organizações está intimamente associada à crise estrutural do capital, com a queda de lucro das empresas a partir dos anos de 1970. É no contexto de reestruturação produtiva, de mudanças no padrão de organização e gestão dos processos produtivos e do trabalho, inclusive nas organizações educacionais orientadas pela ideologia neoliberal e nas metamorfoses no papel do Estado capitalista, que faz sentido tratar essa abordagem. Conceitos nela contidos, como qualidade, controle, liderança, objetivos, metas, racionalidade, trabalho em equipe ou time, participação, cooperação, gerência, parceria, terceirização e alianças ou aliados estratégicos fazem parte do vocabulário do Instituto Ayrton Senna e de seus Programas de gestão da educação escola. (COSTA, 2012, p. 1017).

Segundo uma profissional da instituição, as ações de educação profissional funcionam em consonância com a missão e princípios da AVAPE, desse modo, podemos inferir que essa instituição se insere no contexto capitalista de busca de resultados para garantir a efetividade e eficácia das ações desenvolvidas.

Os cursos oferecidos são no campo do trabalho autônomo e para a inserção no mercado de trabalho, tais como: Confecção de bijuterias; Fabricação de Bolos, tortas e pães; Garçom; Camareiro; Auxiliar de cozinha; Informática; Repositor de mercadorias; Auxiliar de

almoxarifado; Rotinas administrativas; Alimentador de linha de produção; Chaveiro; Preparador de lanches rápidos.

Como vemos, nenhum dos cursos se insere no conjunto de formação para profissões mais destacadas no mercado, mesmo considerando que, no grupo das pessoas com deficiência, uma significativa parcela de indivíduos possa, através de boa escolarização, estar apta, portanto, a receber essa formação.

A duração dos cursos é de 80 a 180 horas, cuja maioria é de 80 ou 100 horas, as turmas são de 20 alunos, atendendo alunos com qualquer deficiência em conjunto, sendo que os cursos da parceria com a STDS têm carga horária de 100 horas. A metodologia de ensino consiste em aulas expositivas sobre os assuntos que perpassam a atividade estudada, momentos de vivência prática sobre a função que será exercida, bem como visitas às empresas, para que os alunos visualizem a rotina de trabalho. Quanto às formas de avaliação da aprendizagem, são a critério do professor, além de duas avaliações que seguem o modelo da AVAPE, que se configuram em um pré-teste e um pós-teste com questões iguais para verificar o aprendizado do estudante.

Além disso, é necessário não somente focar nas habilidades teóricas e técnicas dos estudantes, mas, também, nas questões referentes às relações profissionais que eles vão travar nos locais de trabalho, sendo assim, antes do curso em si, é oferecido módulo de 20 horas denominado Desenvolvimento Pessoal e Profissional, para tratar sobre as questões referentes a como agir no ambiente profissional, trabalho em equipe e cuidados pessoais.

Diante da descrição da organização de funcionamento do setor responsável pelo oferecimento de cursos profissionalizantes, podemos perceber que está inserido no contexto capitalista de educação profissional baseado na formação por competências, no qual as pessoas são estimuladas a se tornarem empregáveis pelo mercado de trabalho, tendo que desenvolver suas habilidades para exercer funções diversas nas empresas. Sobre esse modelo de formação, Ramos (2002, p. 407) define que:

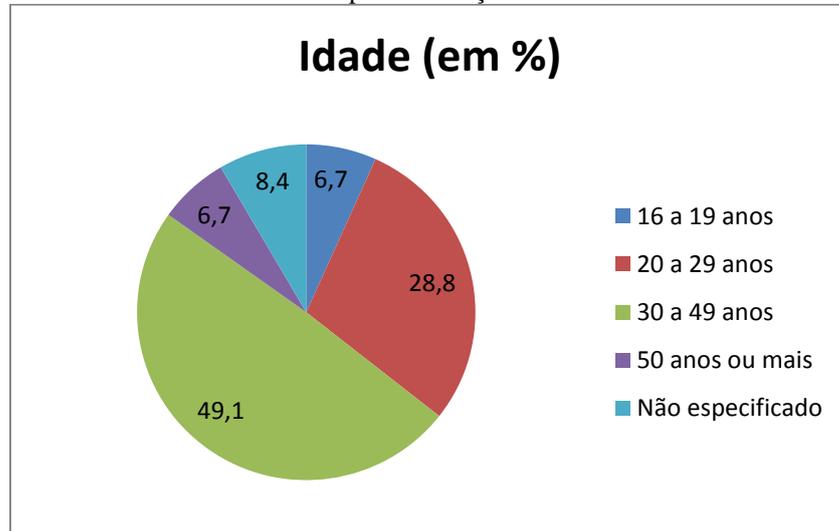
A noção de competência é abordada pelas DCNs sempre de forma relacionada à autonomia do trabalhador contemporâneo diante da instabilidade do mundo do trabalho e das mudanças nas relações de produção. O agir competente, portanto, realiza-se pela capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho¹ (Brasil. CNE/CEB. Resolução no 4/99, art. 6o). [...] A competência caracteriza-se, então, pela condição de alocar esses saberes, como recursos ou insumos, por meio de esquemas mentais adaptados e flexíveis, tais como análises, sínteses, inferências, generalizações, analogias, associações, transferências, entre outros, em ações próprias de um contexto profissional específico, gerando desempenhos eficazes. (Brasil. MEC. RCN, 2000).

No entanto, no caso das pessoas com deficiência, muitas vezes são educadas para desenvolver determinadas funções e passam a ocupar essa função de forma permanente na empresa, pois ainda há uma visão de incapacidade das mesmas, o que faz com que os empregadores não as promovam para cargos melhores.

No que diz respeito ao perfil dos alunos atendidos, a idade é a partir dos 16 anos, mas para encaminhamento ao mercado de trabalho é a partir de 17 anos. Quanto ao gênero, a pessoa responsável pelo setor identifica que são mais homens, no entanto, existem mulheres na maioria das turmas, principalmente nos cursos relacionados à cozinha e confecção de bijuterias. Os tipos de deficiência mais atendidos são intelectual e auditiva, já física e visual são em menor quantidade.

Com relação aos cursos oferecidos no ano de 2013, que corresponde ao ano em que realizamos as visitas de pesquisa de campo na instituição, aconteceram em sete turmas, dos seguintes cursos: chaveiro avançado, informática básica, repositor de mercadorias (duas turmas), fabricação de tortas e doces para festas (duas turmas) e auxiliar de almoxarifado. No total, participaram dos cursos 118 pessoas. A seguir, apresentamos, através dos gráficos, o perfil do público atendido durante este período:

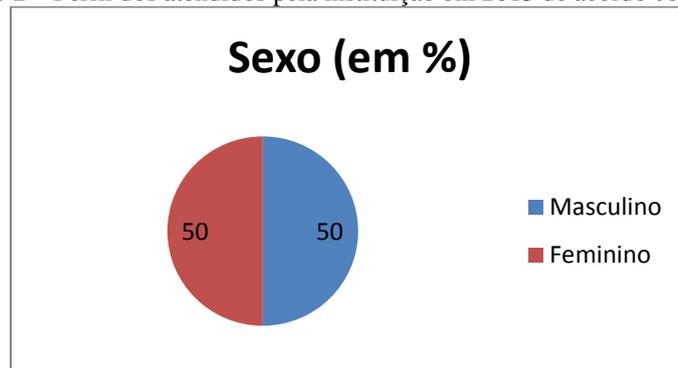
Gráfico 1 – Perfil dos atendidos pela instituição em 2013 de acordo com a idade



Fonte: elaborado pela autora.

No que diz respeito à faixa etária, boa parte dos participantes se encontra no grupo considerado adulto, perfazendo quase 50% do público atendido. O segundo maior índice é do público que compreende os jovens. Cabe ressaltar que essa predominância no grupo de adultos pode ser pelo fato de no curso de fabricação de tortas e doces haver a participação de familiares das pessoas com deficiência atendidas na instituição, bem como devido à participação de reabilitados do INSS nos cursos em geral.

Gráfico 2 – Perfil dos atendidos pela instituição em 2013 de acordo com o sexo



Fonte: elaborado pela autora.

Em relação ao sexo, a composição foi igual para ambos. Mas é importante destacar que, nos cursos em separado, há uma diferença no número de homens e mulheres. Para melhor visualização dessa diferenciação, colocamos os dados no quadro a seguir:

Quadro 2 – Divisão de cursos de acordo com o sexo

Curso	Total de Homens	Total de Mulheres	Total de Participantes
Chaveiro	9	0	9
Informática Básica	6	6	12
Repositor de Mercadorias (duas turmas)	32	6	38
Fabricação de Tortas e doces (duas turmas)	2	42	44
Auxiliar de almoxarifado	14	6	20

Fonte: elaborado pela autora.

A partir dos dados expostos acima, podemos inferir que há uma hegemonia masculina nos cursos de chaveiro e repositor de mercadorias. Há uma predominância feminina no curso de fabricação de tortas e doces, que pode ter uma raiz no preconceito de gênero, em que atividades que envolvem trabalhos na cozinha, no cuidado de crianças, idosos e trabalhos domésticos são tidas como destinados às mulheres.

Segundo Hirata (2011), desde a década de 1990 cresceu o número de mulheres no mercado de trabalho, no entanto, apesar dos avanços culturais, sociais e educacionais, as mulheres continuam ocupando postos de trabalho tidos como femininos, com uma menor valorização, baixas remunerações e mais precarizados. Além disso, ocupam mais vagas nos setores de comércio e serviços, que se configuram como atividades que mais absorveram a tendência de flexibilização, bem como, em relação aos homens, as mulheres exercem mais atividades informais e de tempo parcial, que configuram, assim, ocupações de remuneração baixa e instável.

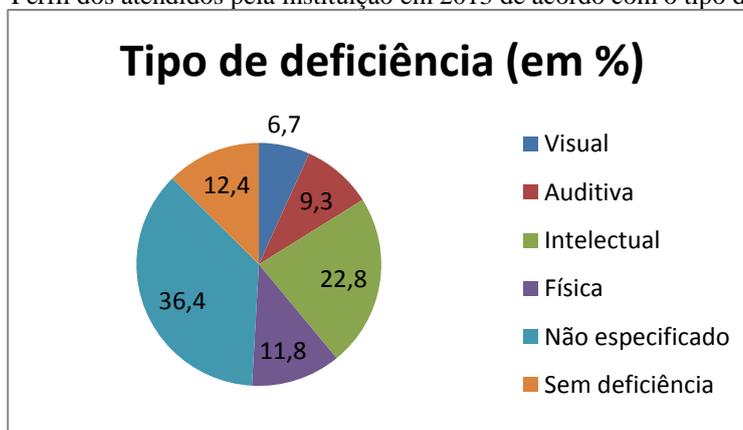
Em estudo realizado por Bruschini (2007), acerca da participação das mulheres no mercado de trabalho em 2005, identificou-se que a participação das mulheres no mercado de

trabalho vem crescendo a cada ano, com atuação de, em média, 53% das mulheres em atividades laborais remuneradas. Além disso, esse grupo está conseguindo bons níveis de escolarização e concluindo o ensino superior, principalmente nas áreas tidas como “femininas”: educação, saúde (enfermagem), bem-estar social, humanidades e artes. Por outro lado, as mulheres são as que mais sofrem com a precariedade no trabalho, pois o grupo menos instruído continua realizando atividades informais e mal remuneradas.

Ressalte-se, entretanto, que a inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro tem sido caracterizada através do tempo pela precariedade, que tem atingido uma importante parcela de trabalhadoras. Em 2005, nada menos que 33% da força de trabalho feminina ou 12 milhões de mulheres situavam-se em nichos precários, ou de menor qualidade, no mercado de trabalho, seja como trabalhadoras domésticas (mais de 6,2 milhões), seja realizando atividades não remuneradas (3,3 milhões) ou trabalhos na produção para o consumo próprio ou do grupo familiar, (2,7 milhões), conforme na tabela 16 pode ser demonstrado. (BRUSCHINI, 2007, p. 561).

Visto sob esse contexto, podemos considerar que a participação predominante de mulheres no curso de fabricação de tortas e doces se enquadra na possibilidade de geração de renda, através do trabalho autônomo, que se configura como um trabalho informal com o fim de garantir a subsistência familiar.

Gráfico 3 – Perfil dos atendidos pela instituição em 2013 de acordo com o tipo de deficiência

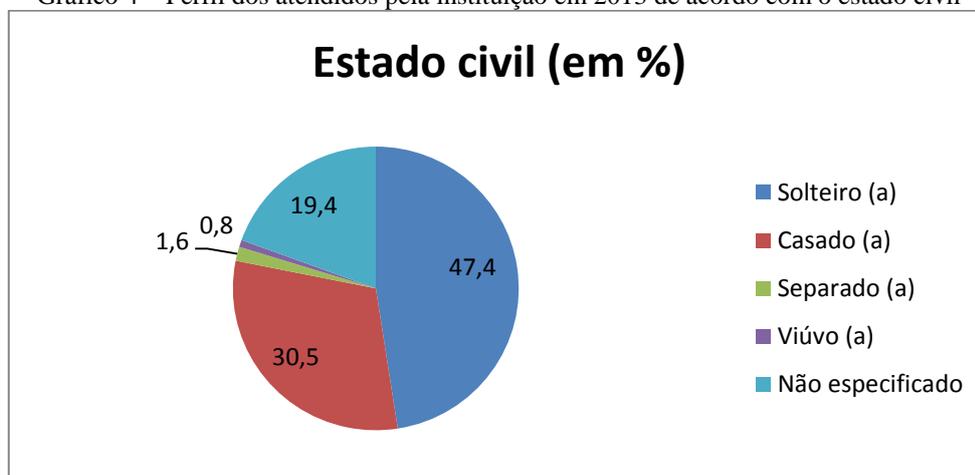


Fonte: elaborado pela autora.

Sobre o tipo de deficiência, podemos observar que o público com deficiência intelectual apresenta uma boa porcentagem do público atendido, compreendendo 22,8% do total dos participantes dos cursos. O segundo grupo com maior participação é de pessoas com deficiência física, com 11,8% do total. É importante destacar que 36,4% dos participantes ocupam um grupo sem especificação, pois dentre estes estão os reabilitados do INSS, no qual pode haver pessoas com alguma sequela de acidente de trabalho que se configure como uma deficiência, bem como haver pessoas com deficiência que não especificaram na ficha de

inscrição, além dos familiares que não apresentam deficiência e que também compreendem o grupo de 12,4% daqueles sem deficiência.

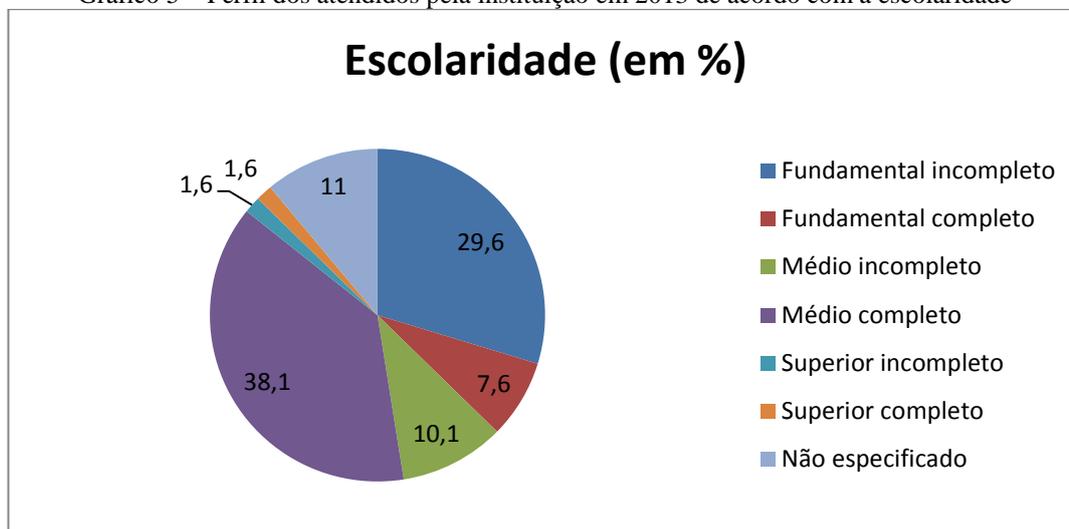
Gráfico 4 – Perfil dos atendidos pela instituição em 2013 de acordo com o estado civil



Fonte: elaborado pela autora.

Quanto ao estado civil, quase metade dos participantes dos cursos são solteiros, com o que podemos inferir que esse fator pode estar associado à condição de serem jovens, bem como às relações de dependência e proteção familiar das pessoas com deficiência.

Gráfico 5 – Perfil dos atendidos pela instituição em 2013 de acordo com a escolaridade



Fonte: elaborado pela autora.

No que se referem aos níveis de escolaridade, temos condições bem extremas, já que 29,6% não terminou nem o ensino fundamental e 38,1% concluiu o ensino médio. No entanto, em números, aqueles que concluíram o ensino médio representam 45 participantes, destes, 20 são familiares e reabilitados do INSS.

Algumas das empresas que recebem os estudantes que passaram pelos cursos são: Vivo, G Barbosa, Mercadinhos São Luís, Coca-Cola, C & A, Correios, Moinho Dias Branco,

Hotel Blue Three, Colégio Antares, Faculdade Farias Brito. Nesta pesquisa, os setores que mais empregam pessoas com deficiência são o de comércio e o de serviços. Algumas empresas, como a rede de supermercados G Barbosa, solicitam que sejam oferecidos cursos de acordo com a necessidade da empresa, para que tenham profissionais qualificados que permaneçam trabalhando por mais tempo. Desse modo, a empresa paga para que seja qualificado um grupo de trabalhadores para seu quadro de funcionários. A empresa Coca-Cola também já solicitou assessoria da instituição para suas unidades no Nordeste, a fim de qualificar trabalhadores com deficiência e orientar os demais funcionários acerca das questões que envolvem a inclusão das pessoas com deficiência naquele espaço.

O principal objetivo da instituição é encaminhar para o mercado de trabalho e garantir a permanência dos estudantes que passaram pelos cursos oferecidos pela instituição. Desse modo, a instituição procura orientar as empresas a alocarem essas pessoas nas unidades mais próximas de sua casa, para evitar atrasos e desistência da pessoa em ir trabalhar, considerando que há, muitas vezes, hercúleos desafios para aqueles que têm deficiência no que se refere à acessibilidade física e comunicacional, nas ruas e transportes coletivos. A cidade, para ser acessível para pessoas com deficiência, necessita minimamente conter adaptações físicas em ônibus, rampas, demarcações em alto relevo no chão e informações em Braille, além de telefones públicos adaptados para surdos. Além disso, após serem encaminhados para a empresa, a instituição acompanha a adaptação por até três meses. O acompanhamento, quando a pessoa já está trabalhando, também é no sentido de provar para a empresa que o trabalhador foi qualificado para exercer determinadas funções.

Por ser um público que passou por longo tempo de segregação social e ainda sofre com a visão de incapacidade para regimento dos assuntos pessoais e da participação nos espaços educacionais e de trabalho, os limites e desafios no processo de inserção no mercado de trabalho são inúmeros. As dificuldades não advêm somente da visão de incapacidade para a vida laboral, mas da falta de estrutura das empresas em receber as pessoas com deficiência, desorganização das ações voltadas a este público, do receio dos familiares em dar autonomia, das próprias pessoas com deficiência em conseguir lidar com as dificuldades encontradas no local de trabalho e das barreiras estruturais de ordem física que as cidades apresentam, como mencionamos anteriormente.

A área de recursos humanos da maioria das empresas não tem preparo para lidar com as pessoas com deficiência que estejam inseridas nas mesmas, no sentido de avaliar em que funções cada um pode estar inserido para trabalhar de forma mais produtiva, garantir as condições de acessibilidade física e comunicacional, bem como sensibilizar quanto às

questões referentes a horários. A principal questão observada é a produtividade que a pessoa tem que ter para garantir a lucratividade da empresa, mas poucas realmente têm projetos que se destinem a viabilizar uma inclusão efetiva das pessoas com deficiência.

Na instituição visitada, os profissionais responsáveis pelos cursos profissionalizantes também salientaram que há uma desorganização nas ações voltadas a este público, visto que não existe um banco de dados com informações das pessoas com deficiência que residem na região metropolitana de Fortaleza para que possam receber as orientações e atendimentos que são disponibilizados. Além disso, não há comunicação eficiente entre as entidades que promovem ações de formação profissional e acesso ao mercado de trabalho, para que sejam realizados os encaminhamentos que garantam a possibilidade de participação das pessoas. Desse modo, quando conseguem recursos para a realização de cursos, procuram em outras entidades que trabalham com este público, bem como em instituições como o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) e em escolas, pessoas com deficiência que queiram participar dos cursos.

Além do que, consideram que o Ministério do Trabalho, para além de multar as empresas que descumprem a lei de cotas, deveria ter uma relação das instituições que promovem qualificação profissional e intermediação para o mercado de trabalho, para oferecer opções às empresas para que possam, caso queiram, se regularizar perante essa situação, selecionar e contratar trabalhadores que já passaram por cursos.

Quanto às questões familiares, os profissionais acima citados informaram que há uma resistência em permitir que aqueles com deficiência estudem, trabalhem e se locomovam pela cidade sozinhos. Em algumas famílias se estabelece uma relação de superproteção com as pessoas com deficiência, vistas como incapazes de reger sua própria vida. Sendo assim, querem acompanhar em todas as atividades ou não permitem que a pessoa participe nem seja encaminhada para o mercado de trabalho.

Nesse contexto, também consideram que o Benefício de Prestação Continuada (BPC), de certa forma, é prejudicial para o processo de inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, pois as famílias preferem receber o auxílio, pois algumas vezes é o que garante o sustento da família. Desse modo, ainda que a pessoa queira, os familiares não permitem que ela trabalhe, mesmo com o esclarecimento da equipe de que o benefício será retomado, caso a pessoa com deficiência perca o emprego.

No que diz respeito às pessoas com deficiência, algumas não se adaptam ao local de trabalho, por questões diversas (distância de casa, falta de condições de acessibilidade no

local de trabalho, não identificação com a função realizada). Sobre isto, apresentaremos dados mais sistematizados no tópico a seguir.

A opção de não querer continuar em determinados locais é vista pelos empregadores (segundo informações dos profissionais responsáveis pelos cursos) também como uma falta de compromisso das pessoas com deficiência, na perspectiva de sempre quererem que seus direitos sejam atendidos, sem uma visão de cumprir deveres, como assiduidade e pontualidade, pois algumas pessoas justificam com a deficiência os constantes atrasos e faltas.

Um exemplo muito discutido é o da comunidade de surdos, em que eles querem se relacionar somente com aqueles que saibam a linguagem de sinais, além de não quererem trabalhar 8 horas diárias, nem nos finais de semana. A partir disso, algumas empresas já começaram a não querer contratar pessoas com deficiência auditiva. Esse contexto reflete o contexto de lutas dos surdos em procurar garantir seus direitos de serem recebidos de forma inclusiva pela sociedade, bem como terem possibilidade de exercer um trabalho decente, em condições de dignidade.

Este último ponto citado remete à luta de toda a classe trabalhadora na busca pelo respeito aos direitos trabalhistas, condições salubres de trabalho, que eles não sejam explorados ao ponto de não poderem usufruir de outros direitos, como acesso ao lazer, cultura, educação e acessibilidade.

4.4 Concepções sobre inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: a aceção dos sujeitos

Neste tópico trataremos dos dados coletados a partir das entrevistas realizadas com os participantes de curso de qualificação profissional ofertado pela instituição em que realizamos esta pesquisa. A partir desses dados empreendemos um debate a luz dos autores estudados nos capítulos anteriores, para assim buscar entender a realidade encontrada em campo.

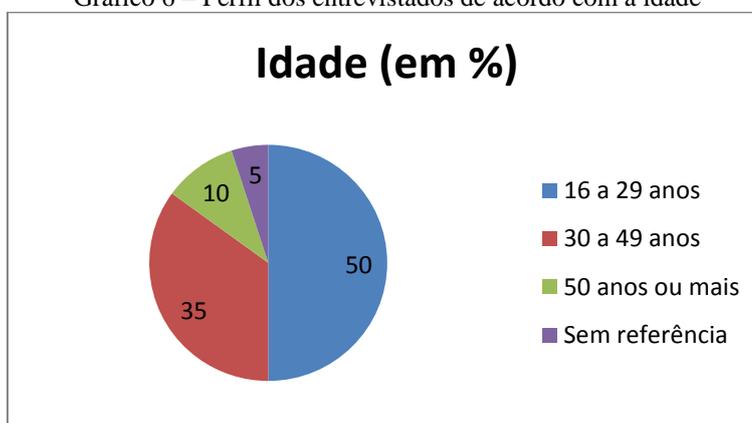
4.4.1 Perfil dos sujeitos

Durante as visitas realizadas à instituição, estava ocorrendo apenas o curso de Auxiliar de Almoxarifado, cujos recursos são da parceria com a STDS, com carga horária de 100 horas/aula, e deste participavam vinte pessoas. Dessas, 50% estavam na faixa etária de 16

a 29 anos (gráfico 1), compreendendo o grupo de jovens que procura a primeira oportunidade de emprego, desse modo, a qualificação profissional funciona como um recurso a mais para que esses jovens possam conseguir uma vaga no mercado de trabalho. Por outro lado, o segundo maior índice é de 35%, com idade entre 30 e 49 anos, que buscam maior qualificação profissional para continuar no mercado de trabalho, nesse ponto reiteramos a questão de que o mercado exige que eles se mantenham empregáveis, através da qualificação.

Abaixo, elencamos, através dos gráficos, as porcentagens que caracterizam o perfil dos participantes do curso de auxiliar de almoxarifado, o que nos possibilita uma visão mais ampla da realidade em que se encontrava o conjunto de entrevistados, escolhidos aleatoriamente para contribuírem com dados qualitativos para a pesquisa.

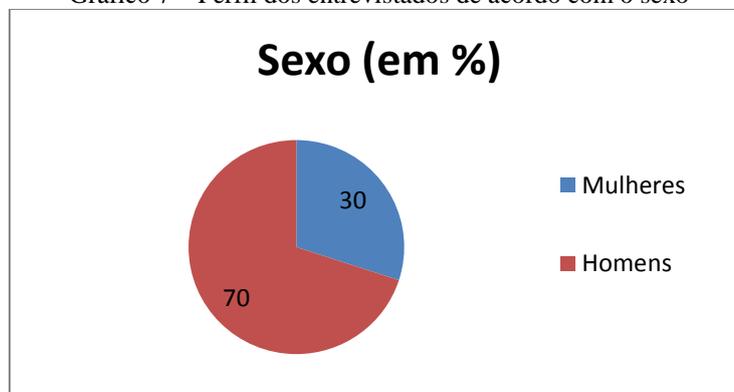
Gráfico 6 – Perfil dos entrevistados de acordo com a idade



Fonte: elaborado pela autora.

Com relação ao gênero, 70% são homens, o que reflete o conjunto geral da atuação do homem no mercado de trabalho, já que boa parte das vagas é ocupada por homens, mesmo sendo a população de mulheres maior.

Gráfico 7 – Perfil dos entrevistados de acordo com o sexo



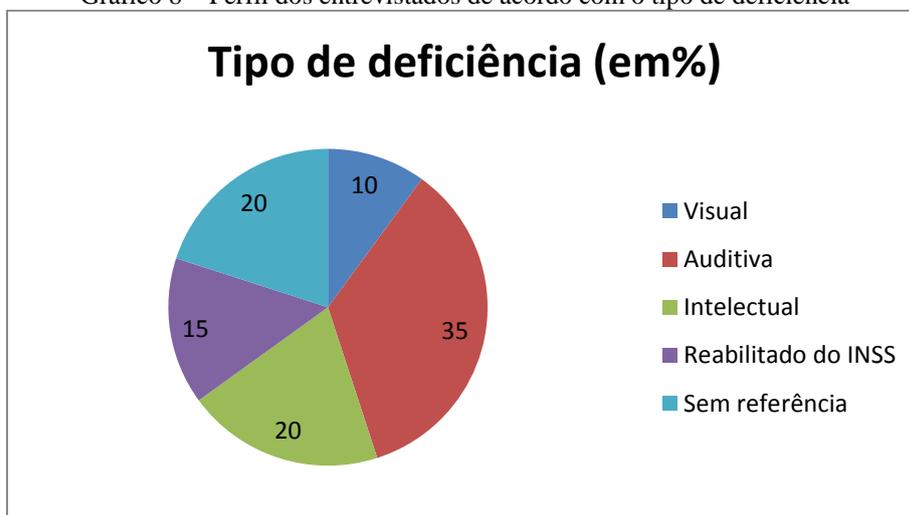
Fonte: elaborado pela autora.

Sobre isso, em nota técnica do governo do Estado do Ceará sobre as pessoas com deficiência no mercado de trabalho, destaca-se que:

Ao mesmo tempo, conforme revelam os dados do MTE, as dificuldades de inserção feminina são claramente observáveis quando se olha o segmento do mercado de trabalho mais formalizado, uma vez que elas representam apenas 35,4% das pessoas com deficiência que possuem vínculos formais de trabalho (Tabela 3), proporção bem inferior à registrada entre o total de ocupados (46,6%). Embora sejam fontes de informações completamente distintas, uma sendo um registro administrativo, e a outra pesquisa domiciliar, é possível inferir a desigualdade existente entre homens e mulheres, principalmente no acesso das ocupações mais regulamentadas, favorecendo que outras estratégias de inserção ocupacional sejam adotadas pelas trabalhadoras, entre elas, o trabalho autônomo e a condição de trabalhador familiar, cuja situação é caracterizada no apoio a uma determinada atividade econômica que garanta subsistência econômica da unidade familiar. (CEARÁ, 2013, p. 5).

Quanto ao tipo de deficiência, 35% eram de surdos e 20% de pessoas com deficiência intelectual, compreendendo mais de 50% do conjunto de participantes. Este curso não apresentava pessoas com deficiência física, mas cabe ressaltar que, dentre os reabilitados pelo INSS, pode haver alguém que tenha sequelas de acidentes de trabalho, que possam ser consideradas limitações físicas. Devido ao atendimento a um público variado, a predominância de pessoas com deficiência auditiva é aleatória. A distribuição gráfica assim se coloca:

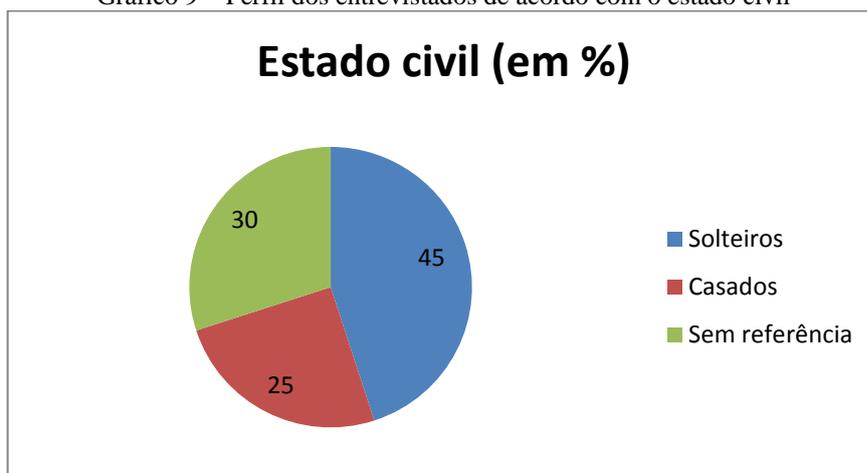
Gráfico 8 – Perfil dos entrevistados de acordo com o tipo de deficiência



Fonte: elaborado pela autora.

Sobre o estado civil dos sujeitos, uma grande maioria (45%) é de solteiros, o que nos permite inferir que boa parte é dependente de pais ou responsáveis diretos.

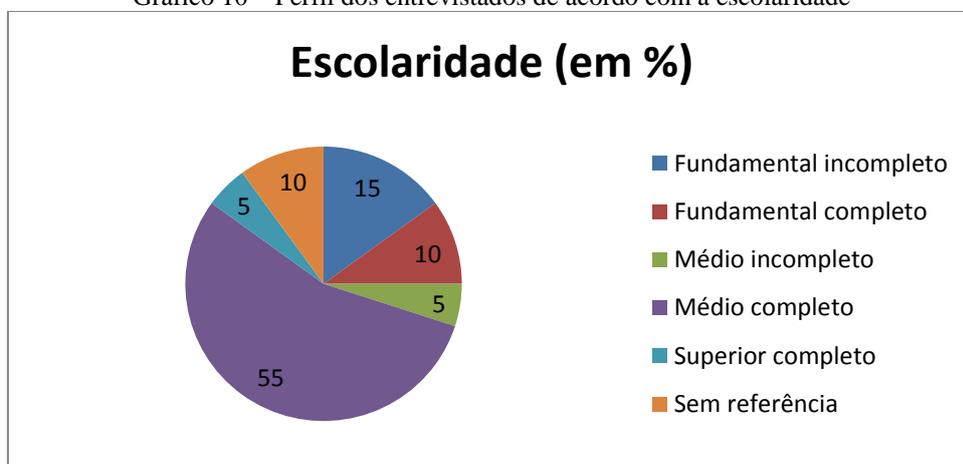
Gráfico 9 – Perfil dos entrevistados de acordo com o estado civil



Fonte: elaborado pela autora.

Os participantes deste curso apresentaram um bom índice de escolaridade básica (gráfico 10), já que 55% apresenta o ensino médio completo. Entretanto, estes dados não nos permitem afirmar que esta seja uma realidade mais abrangente, já que as pessoas que procuram pelo exercício de uma atividade profissional geralmente já passaram pelos bancos escolares. Sendo que, se observarmos o conjunto daqueles que têm pelo menos o ensino fundamental completo, o número de alunos que teve acesso a ensino básico aumenta. Desse modo, podemos inferir que mesmo que tenham tido acesso de forma tardia, eles buscam e conseguem frequentar a escola para ter acesso a uma escolarização básica. Esse contexto também se insere na maior oferta de vagas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho em todos os setores públicos e privados, em decorrência das cotas exigidas em lei e a fiscalização dos conselhos de direitos das pessoas com deficiência e do Ministério do Trabalho quanto à oferta e ocupação das vagas para este grupo de trabalhadores.

Gráfico 10 – Perfil dos entrevistados de acordo com a escolaridade



Fonte: elaborado pela autora.

Realizamos entrevistas com seis dos vinte alunos participantes, sendo quatro do sexo masculino e duas do sexo feminino, com idade entre 23 e 37 anos. De acordo com as entrevistas, as informações colhidas são:

Quadro 3 – Informações sobre os entrevistados

Nome Fictício²⁵	Idade	Tipo de deficiência	Estado Civil	Renda familiar
Pedro	29 anos	Intelectual	Solteiro	2 salários mínimos
João	23 anos	Intelectual	Solteiro	Entre 1 e 2 salários mínimos
Antônio	36 anos	Auditiva	Solteiro	Entre 1 e 2 salários mínimos
Carla	25 anos	Visual	Casada	2 salários mínimos
Marta	37 anos	Auditiva	Casada	Entre 1 e 2 salários mínimos
Sérgio	24 anos	Intelectual	Solteiro	Entre 2 e 3 salários mínimos

Fonte: elaborado pela autora.

Entrevistamos três indivíduos com deficiência intelectual leve, principalmente no que se refere à dificuldade de aprendizagem e de entender rapidamente os assuntos conversados. Com relação aos que apresentam deficiência auditiva, escutam um pouco, utilizando também a leitura labial para se comunicar, mas falam. A pessoa com deficiência visual apresenta baixa visão.

No que se refere à renda familiar, somente um declarou ser superior a dois salários mínimos, desse modo, infere-se que a maioria dos entrevistados advém da classe empobrecida e pertencem à classe trabalhadora, além disso, os solteiros residem com pelo menos mais duas pessoas (pais, irmãos) e as mulheres que são casadas têm filhos. Desse modo, podemos observar que, apesar de ter um acesso ao trabalho, essas ocupações não proporcionam boas condições de renda.

Quanto à escolaridade, somente dois apresentam o ensino médio completo, dois estão cursando o ensino médio na educação de jovens e adultos, uma das mulheres está cursando o ensino fundamental e Pedro estudou somente até a quarta série, mas abandonou as aulas para trabalhar e participar no curso profissionalizante. Nenhum descreveu ter estudado em escolas especiais ou salas especiais, mas cabe ressaltar que tiveram uma escolarização tardia, devido ao abandono ou não acesso à educação escolar, o que pode se expressar por muitos fatores: dificuldade de locomoção, projeto de inclusão escolar tardia, preconceito, marginalização. É expressiva na fala deles a necessidade de recorrer à Educação de Jovens e Adultos em escolas públicas para dar continuidade dos estudos, o que expressa que, provavelmente, não foram inseridos na política de inclusão escolar, sem nenhuma adaptação à sua condição de deficiência.

²⁵ Optamos por utilizar nomes fictícios para preservar a identidade dos sujeitos.

Nesse contexto, destacamos que uma das dificuldades externadas pela instituição, em conversa informal, é a falta de escolarização das pessoas que participam dos cursos profissionalizantes, pois, na seleção, algumas empresas exigem ensino médio completo. A questão referente à falta de escolarização tem raízes na segregação das pessoas com deficiência dos espaços de educação formal, além disso, há aqueles que nunca passaram pela escola, dada a visão de incapacidade familiar e social para a realização de atividades sociais.

Em capítulo anterior, quando destacamos os dados estatísticos referentes ao acesso de pessoas com deficiência à educação básica, observamos que ainda há uma grande lacuna quanto ao acesso à escolarização. Isso se reflete na procura por escolaridade em idade tardia, na Educação de Jovens e Adultos, bem como na participação em cursos de educação inicial e continuada, como este no qual realizamos esta pesquisa.

Ademais, ressaltamos que a baixa escolaridade põe-se como uma das mais difíceis realidades enfrentadas, não só pelas pessoas com deficiência, mas por boa parte da classe trabalhadora. Sobre a falta de escolaridade desse grupo, Assis (2012, p. 19-20), em pesquisa realizada no estado do Pará sobre educação especial, concluiu que:

Muitos indivíduos com deficiência, dentre os estudados no decorrer do processo investigativo, abandonavam a escola a fim de tentar adentrar no mercado de trabalho em qualquer função que lhes possibilitasse um retorno financeiro, haja vista que, na sua maioria, já estavam em idade avançada se comparados aos outros alunos que compunham a mesma série, caracterizando uma distorção significativa idade/série. O fato de essas pessoas não possuírem ensino básico completo ou formação profissional suficiente explica por que grande parte delas não consegue, no mercado de trabalho, ocupar cargos que demandam qualificação profissional, sendo-lhes destinadas posições subalternas e estagnadas.

É importante destacar que, para além da falta de escolaridade, também a visão de que as pessoas com deficiência são menos produtivas, ainda impede o acesso desse público ao mercado de trabalho, como também não podemos ignorar a realidade vivida por toda a classe trabalhadora diante das altas taxas de desemprego no Brasil e no mundo.

Quanto às questões referentes ao acesso ao trabalho, todos já tiveram uma experiência profissional, em que quatro tiveram acesso a emprego formal, um a trabalho informal e outro estagiou em instituição pública. Aqueles que trabalharam com carteira assinada ganhavam um salário mínimo e os outros ganhavam menos de um salário mínimo.

4.4.2 Coleta e análise de dados

No que se refere às entrevistas realizadas na instituição pesquisada, o roteiro semiestruturado utilizado se constituiu em dois blocos com 14 perguntas no total, começando com dados que compunham o perfil dos entrevistados (que já apresentamos no tópico anterior), seguido de perguntas sobre formação escolar e profissional e, depois, perguntas sobre o acesso ao trabalho.

É importante evidenciar que este tópico trata de analisar um recorte da realidade em que se encontra a situação das pessoas com deficiência, neste caso, aquelas que entrevistamos, para assim desenvolver as análises aqui problematizadas com o auxílio de outras pesquisas e no conjunto da literatura estudada sobre o tema. Desse modo, podemos perceber que muitos resultados fazem parte do conjunto da realidade mais abrangente, no entanto, não devemos tomar os resultados alcançados com esta pesquisa como uma verdade absoluta para todo o conjunto de trabalhadores com deficiência.

A inclusão no mercado de trabalho perpassa todo o processo de inclusão social de pessoas com deficiência nos espaços sociais. Desse modo, cabe destacar que dada à relação entre trabalho e educação, começamos por indagar os entrevistados sobre as questões referentes ao **acesso à educação e profissionalização**.

No que diz respeito à **inclusão educacional**, eles a consideram importante para o reconhecimento das pessoas com deficiência, bem como para a socialização. Mas reconhecem que é difícil entender os conteúdos quando não se tem uma atenção direcionada. Somente um definiu como não positiva a inclusão de pessoas com deficiência nas escolas regulares, por causa das dificuldades que se tem em compreender os conteúdos. Segundo o entrevistado:

Porque, olha, se colocar qualquer um deles numa escola regular, pode até ser minha opinião, mas não vai dar certo, têm escolas e escolas. Eu não estou certo? Eu sei que eles têm condições de trabalhar e estudar, mas algumas escolas não têm condições algumas, não são todas. (Pedro).

Mesmo aqueles que consideram importante a inclusão em escolas regulares, em seus discursos deixam transparecer que as dificuldades encontradas no processo de ensino-aprendizagem foi um fator que influenciou o abandono das aulas. A entrevistada que apresenta baixa visão afirmou que as dificuldades em enxergar direito e aprender os conteúdos a fizeram abandonar os estudos e somente depois ela retomou. Ela deixa claro ao afirmar que “[...] assim, atrapalhar, atrapalhou, por isso eu fiz só até o fundamental e, assim,

foi um problema que já nasci, mas só vim descobrir numa idade bem avançada, entendeu? É claro que teve uma dificuldade” (Carla).

Com isso, podemos perceber que as dificuldades começam desde o acesso à escolarização. As escolas estão preparadas para receber pessoas com deficiência? Sem o suporte necessário chegam à fase adulta sem ao menos possuir o ensino fundamental concluído. Sobre o acesso à escola, Nascimento (2009, p. 289) salienta que:

O atendimento de estudantes com deficiência necessita de intervenções pedagógicas que usem metodologias e práticas de ensino adequadas às especificidades e peculiaridades de cada educando, além de possibilitar a promoção, a autonomia, a emancipação, a interação e a convivência entre os membros de um grupo bem como o desenvolvimento da emoção e afetividade. Esses procedimentos precisam estar de acordo com as necessidades de cada sujeito, respeitando o ritmo emocional e cognitivo de forma individualizada, quando possível.

Sendo assim, quando a escola não está preparada para receber estudantes com deficiência, à medida que eles se veem com dificuldades em acompanhar os conteúdos, sem atenção adequada para que possam usufruir o que a escola oferece e, muitas vezes, sofrendo preconceito por parte dos outros estudantes que não se aproximam para realizar as atividades em grupo, a resposta imediata é abandonar a escola. A convivência com o diferente que apresenta uma limitação causa um estranhamento que é expresso no afastamento quando nos deparamos com uma pessoa nessa situação.

A condição das pessoas com deficiência é um terreno fértil para o preconceito em razão de um distanciamento em relação aos padrões físicos e/ou intelectuais que se definem em função do que se considera ausência, falta ou impossibilidade. Fixa-se apenas num aspecto ou atributo da pessoa, tornando a diferença uma exceção. (SILVA, 2001, p. 427).

A pergunta seguinte se refere ao **acesso a cursos profissionalizantes no período escolar**, no entanto, devido ao perfil dos entrevistados, em que a maioria ainda está concluindo a educação básica ou pretende concluir, não relataram participação nesses cursos atrelados às escolas em que estudaram. Somente um afirmou ter participado de ação governamental no sentido de educação relacionada à experiência de trabalho no Projeto Primeiro Passo do governo do Estado do Ceará²⁶.

Alguns participantes já haviam realizado cursos de qualificação profissional, João já participou de cursos de Rotinas Administrativas e Informática, Ana participou de curso

²⁶ Projeto desenvolvido pela Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará, no sentido de viabilizar estágios para os jovens poderem ter uma primeira experiência profissional que venha a melhorar as chances de entrada no mercado de trabalho. O projeto é destinado aos jovens de baixa renda, em que a renda per capita familiar seja de até ¼ do salário mínimo, e estejam na idade entre 16 e 24 anos, estudando em escola da rede pública. Nesse projeto, eles passam por curso de qualificação breve e são inseridos para estagiar em instituições públicas ou privadas. Para isso, precisam continuar estudando e ganham uma bolsa de estágio.

como camareira na mesma instituição e Antônio já realizou curso de Corte e costura, mas eles não chegaram a trabalhar nessas áreas.

Isso reflete a realidade vivenciada por toda a classe trabalhadora, que é incentivada a realizar diferentes cursos de qualificação profissional, para se tornarem empregáveis ao mercado de trabalho. Desse modo, participam de inúmeros cursos oferecidos por instituições públicas, privadas e filantrópicas, que muitas vezes se caracterizam como aligeirados e de carga horária curta, como podemos perceber nos cursos oferecidos pela instituição pesquisada, em que se padronizou uma carga horária de cem horas para as aulas.

Sob o discurso da empregabilidade, as pessoas nesse contexto devem procurar realizar cursos de qualificação profissional, para adquirir mais conhecimentos e melhorar as condições de acesso ao mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que quanto mais capacitadas, mais produzem e geram lucros para os capitalistas. No entanto, esses cursos são de curta duração e somente trazem um conhecimento superficial em consonância com todo o projeto educativo do capitalismo contemporâneo, que vem sistematicamente esvaziando a oferta pública de ensino de conhecimentos científicos tão caros para um projeto de emancipação humana. Assim, esses cursos não trazem um embasamento suficiente que venha munir os estudantes de conhecimentos que melhorem sua sociabilidade. A respeito das fragilidades dos programas de educação profissional, Kuenzer (2008, p. 504-505) assevera:

Não há, portanto, nos programas de educação profissional, referência e condições concretas, dadas as suas características, para a implementação de procedimentos pedagógicos que assegurem o desenvolvimento das competências complexas que caracterizam o trabalho intelectual. Em particular as que assegurem o exercício da crítica, da criação, da participação política ou acesso aos conhecimentos necessários para enfrentar os desafios de uma sociedade cada vez mais excludente, para o que o domínio de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos, com vistas à formação de um profissional com autonomia intelectual e ética, são fundamentais. A idéia que fundamenta estes modelos é que a prática profissional consiste na solução instrumental de problemas mediante a aplicação de um conhecimento previamente disponível; basta, portanto, dar acesso a algumas técnicas elementares que conduzam a resultados esperados para que a formação profissional se efetive. Permanecemos, portanto, no âmbito da formação precarizada para tarefas simplificadas.

Nesse contexto, a autora supracitada (2006, 2008), em análise das políticas de educação profissional empreendidas no governo Lula, traz a crítica à forma como os cursos de cunho profissionalizante são organizados e oferecidos à população, através de uma carga horária insuficiente para a formação que se propõe contemplando conhecimentos teóricos, práticos e sociais. Esses cursos, na verdade, são desenvolvidos visando garantir uma formação precarizada que atenda às exigências mínimas do mercado de trabalho, mas não formam de maneira crítica os trabalhadores. Cabe ressaltar que isso se legitima nos documentos que

regulam a educação profissional, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Decreto nº 5.154/2004, que não estabelecem uma carga horária mínima para os cursos oferecidos, dentre eles aqueles de educação inicial e continuada.

Os entrevistados, quando questionados sobre **o motivo pelo qual escolheram o curso que estavam participando**, responderam de forma breve, na maioria para obter novos conhecimentos, sendo que três pessoas deixaram claro que estavam realizando o curso com o objetivo de melhorar as oportunidades de trabalho. Podemos perceber isso quando eles dizem: “É porque eu quero uma oportunidade de trabalhar” (Antônio); “Porque, assim, lá onde eu estou eu achei [...] que seria algo a mais para os meus conhecimentos dentro da empresa, entendeu?” (Carla); “[...] como eu tô parado, é para arranjar algum emprego” (Sérgio).

A participante Marta respondeu que “[...] o curso que tinha era esse. Eu fui pro SINE. Aí me botaram pro primeiro curso, não deu certo. Aí sabiam que o daqui ia começar, aí me botaram para o daqui”. Nesse caso, mesmo não deixando claro que estava realizando o curso para conseguir um emprego, infere-se, a partir da fala dela, que, ao procurar vaga, a conduziram para um curso de qualificação profissional, mas que ela não escolheu o curso por se interessar pelo assunto, mas porque era a única opção naquele momento. Percebe-se, a partir do exposto, que não há uma formação profissional dirigida para as necessidades e desejos formativos das pessoas com deficiência, mas uma ação aparentemente desplanejada, às vezes casualística, que prima pela necessidade do mercado, e não dos usuários da política pública.

Cabe salientar que somente dois tiveram respostas não relacionadas diretamente a trabalho, cujas respostas foram: “Porque achei bacana, legal” (Pedro); “Eu achei interessante, eu estou gostando muito do curso. Aprender coisas novas” (João). Mesmo assim, quando se decide realizar um curso profissionalizante, a intenção é adquirir competências que, supostamente, levem à empregabilidade.

Sobre o conceito de empregabilidade, reiteramos a discussão de Alves (2007), em que a considera a reedição das premissas do capital humano em que os trabalhadores são investidos da responsabilidade de se qualificarem para servir ao mercado de trabalho, no entanto, não se tem a garantia de que realmente sejam absorvidos por ele. Assim, se submetem a vários cursos para construir supostamente um bom currículo, mesmo sem a possibilidade de trabalhar nas áreas em que se qualificou.

Nesse contexto, a instituição já tem o direcionamento de oferecer a qualificação profissional e encaminhar para as vagas disponíveis no mercado de trabalho. No entanto, nem sempre os cursos oferecidos são compatíveis com as vagas existentes e os estudantes são

encaminhados para vagas diversas, principalmente para funções de caixa e repositor de mercadorias em supermercados e lojas.

Para finalizar esse conjunto de questões referentes à escolarização, os entrevistados foram questionados se **gostariam de realizar outros cursos de qualificação profissional**. Cinco responderam de forma afirmativa sobre a possibilidade de realizar outros: “No momento, não sei. Mas, se tiver eu *tô* na área” (João), “Outro curso, eu acho que posso” (Antônio); “Pretendo sim, fazer o curso de informática e me interesse também pela área de administração” (Carla); “Eu queria de informática” (Marta); “Eu queria conseguir algum curso na universidade, na faculdade” (Sérgio).

Esses relatos demonstram que eles têm interesse em continuar estudando e obtendo mais conhecimentos, para conseguir vagas de trabalho em melhores condições. Somente um entrevistado respondeu que não queria realizar outro curso alegando: “[...] acho que esse está bom demais pra mim”. É importante esclarecer que este estudante é aquele que abandonou os estudos para realizar o curso e trabalhar e, atualmente, está trabalhando em uma loja. Desse modo, podemos perceber que o objetivo dele era conseguir um emprego, como já conseguiu, não pretende realizar outros cursos, nem terminar a educação básica.

O segundo bloco de perguntas foi sobre acesso ao trabalho, com oito questões que versam sobre as condições de acesso e permanência nos locais de trabalho. Os questionamentos são desde o significado de ter um trabalho até as condições de locomoção ao emprego, salário e garantias de trabalho digno.

A primeira pergunta foi sobre o **significado de ter um trabalho**, as respostas foram referentes ao sustento e a autonomia, tais como: “É ótimo. A pessoa que não tem trabalho, todo mundo olha de um jeito diferente, até os familiares. É bom demais” (Pedro); “Eu acho muito bom, assim eu vou ter meu próprio dinheiro para comprar as coisas que eu gosto” (João); “Eu não acho nada, acho normal mesmo. Trabalhar por um salário” (Antônio); “Acho bom. Adoro trabalho, eu *tava* trabalhando, mas *tá* com mais ou menos dois anos que eu saí da firma” (Marta); “[...] para ajudar meus pais” (Sérgio). Houve uma resposta que definiu muito bem o sentido do trabalho para a classe trabalhadora no conjunto em que realizamos as entrevistas:

Eu acho que, assim, pra todo mundo o trabalho é essencial, porque pra todo mundo, nós temos obrigações, de suprir as nossas necessidades, então eu acho, assim, muito importante para a nossa vida pessoal e profissional, para o nosso crescimento também. (Carla).

O conjunto de respostas corrobora com as análises de autores marxistas que consideram o trabalho como algo que subordina o homem a realizar atividades laborais com a intenção de suprir as necessidades de sobrevivência. O trabalho é visto como fonte de renda para que eles possam consumir pra si e para ajudar no sustento da família. Além disso, algumas falas reproduzem o discurso do trabalho como dignificante, em que a pessoas que têm um trabalho são vistas como boas pela sociedade.

Desse modo, o trabalho na sociedade capitalista é alienado, explorador, pois a classe que vive do trabalho ainda necessita vender sua força de trabalho a qualquer custo para garantir sua sobrevivência. Como podemos perceber, quando os entrevistados relatam suas experiências profissionais, houve uma mudança do perfil dessa classe trabalhadora. No período taylorista/fordista, o proletariado era predominante na indústria, com a mudança para o paradigma toyotista, os trabalhadores tiveram que adquirir habilidades para desenvolver diversas funções, inclusive desenvolver uma visão empreendedora. Sobre isso, Alves e Antunes (2004, p. 342) asseveram que:

Desse modo, para se compreender a nova forma de ser do trabalho, a classe trabalhadora hoje, é preciso partir de uma concepção ampliada de trabalho. Ela compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos, incorporando também a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário.

A resposta de Carla define bem essas visões que se tem do trabalho, em sua centralidade na sociedade capitalista. Além disso, quando ela se refere a suprir as necessidades, nos remete à ideia de Marx (2006) de que o trabalho transpôs seu perfil de transformador do homem para ocupar uma posição de subordinação do homem a trabalhar para ter acesso ao dinheiro, para, então, suprir suas necessidades de alimentação, moradia, vestuário, lazer, dentre outros.

Esses aspectos perpassam toda a classe trabalhadora que vive à procura de alternativas de sustento para si e sua família, mesmo que seja em condições de insalubridade e baixos salários. Na atual situação de consolidação das ideias neoliberais, é comum o trabalho desregulamentado e instável. Nesse sentido, as perguntas que seguem dizem respeito às **funções que essas pessoas ocupam, bem como, as condições salariais e trabalhistas** dessa parcela de trabalhadores.

Pedro estava em sua primeira experiência de emprego em uma loja como repositor de mercadorias, que conseguiu por intermédio da instituição pesquisada, estava empregado há quase um mês. O salário que iria receber era equivalente ao mínimo, sua carteira seria

assinada, mas ele ainda não sabia ao certo informar, pois ainda não tinha um mês de trabalho completo.

A carga horária de trabalho era de oito horas diárias, no período da tarde até a noite, pela manhã ele frequenta as aulas do curso profissionalizante. Para se locomover de casa para o local de trabalho utiliza o transporte alternativo, sem ter dificuldades de acessibilidade, segundo ele, pois apresenta deficiência intelectual e não encontra barreiras físicas de acesso. Sob a ótica do participante, o ambiente de trabalho tem condições acessíveis, mas no que se refere às políticas de inclusão ele não considera que a empresa tenha. Sobre isso, ele assevera que “[...] nenhuma empresa está preparada, mas acho que aos poucos vão se adaptando [...], não é chegar e logo, né, mas a C&A está me tratando bem”.

Sobre a presença de outras pessoas com deficiência trabalhando naquela empresa, ele afirmou que talvez chegasse uma pessoa com deficiência auditiva em breve. Quanto às relações sociais no trabalho, salientou que algumas pessoas são mais compreensivas em lidar com ele, outras preferem ficar distantes, mas que estava se adaptando ao ambiente.

João, no momento, estava somente estudando, mas já teve uma experiência de trabalho informal, fazendo propaganda na rua (não explicou direito, mas entendemos que foi panfletagem). Permaneceu nesse emprego durante um ano e ganhava somente R\$ 150,00 reais por mês, para trabalhar quatro horas diárias. Não relatou problemas de acessibilidade no local de trabalho, nem na locomoção, pois se dirigia para o lugar de ônibus.

João apresenta uma deficiência intelectual leve, que prejudica as relações sociais nos ambientes que frequenta. Segundo ele “[...] é porque sou meio tímido, eu sou antissocial. Aí minha mãe me colocou nesse negócio, para eu me socializar. Aí, mesmo eu estando lá, eu era normal. Aí eu não conseguia me socializar porque eu sou desse tipo”. Desse modo, o trabalho, para além das condições de sobrevivência, é visto como uma alternativa de socialização para as pessoas com deficiência.

Antônio, com deficiência auditiva, já havia passado por outra experiência de trabalho, durante dois anos, como auxiliar de serviços gerais. Neste emprego, sua carteira era assinada, ganhava um salário mínimo, com carga horária diária de oito horas. Quanto às condições de acessibilidade no local de trabalho ele não soube responder bem, no que diz respeito às relações sociais, considerava boa e afirma que “[...] tinha muito colega, muito amigo, sabe? Trabalhava junto comigo”. Para se locomover até o trabalho usava ônibus, mas não se referiu às dificuldades.

No momento da entrevista, ele estava carregando nas mãos a blusa do supermercado em que havia conseguido emprego, pois iria começar a trabalhar como

embalador. Neste local, trabalharia oito horas diárias, com carteira assinada e ganharia um salário mínimo. Ele estava contente por ter conseguido um novo emprego, por intermédio da instituição.

Carla, com deficiência visual, foi quem apresentou uma maior trajetória de trabalho: “[...] comecei como auxiliar de cabeleireira, só que era autônomo, passei três anos e meio. Passei mais um ano na Riachuelo de carteira assinada e atualmente estou na Pague Menos”. Na primeira experiência não tinha horário de trabalho fixo e ganhava menos de um salário mínimo. Na segunda, a carteira era assinada, ganhava um salário mínimo e a carga horária de trabalho era de oito horas diárias. No atual emprego, na Pague Menos, ela tem carteira assinada, ganha salário mínimo e trabalha seis horas diárias, mas, no momento, estava se desligando da empresa.

Quanto às condições de acessibilidade para se conduzir até o trabalho, não mencionou dificuldades, além disso, no atual emprego tem a possibilidade de ir a pé, como deixou claro quando afirma que “[...] eu recebo o *passé card*, mas eu optei em cancelar por ser mais ou menos próximo da minha casa e aí o meu esposo vai me buscar, quando eu posso ir a pé eu vou ou então eu vou com alguém, colega”.

Quanto às condições de acessibilidade no local de trabalho, ela salienta que “[...] assim, na Riachuelo eu não tive nenhum problema em relação à minha deficiência, mas agora, nesse atual, eu acho, assim, que eles não têm nenhum tipo de preparação para lidar com pessoas que têm algum problema”. Desse modo, ela não identifica que a empresa, pelo menos, na loja em que ela trabalha, desenvolva ações para melhorar as condições de permanência de pessoas com deficiência.

Quando questionada sobre como ela conseguiu ter acesso a essas vagas de emprego, esclareceu que o anterior foi por intermédio da instituição pesquisada e o atual por intermédio do SINE. Com isso, podemos perceber que essas pessoas têm algum acesso às instituições que auxiliam na busca por empregos, no entanto, não há uma longa permanência nessas empresas, pelas más condições de trabalho, já que todos buscam uma oportunidade de trabalho decente.

A expressão trabalho decente, mesmo não sendo utilizada pelos entrevistados, se configura como um desejo deles na perspectiva de ter condições dignas de trabalho, com salário que supra a contento suas necessidades, bem como, que sejam respeitadas as suas limitações para que eles consigam desenvolver uma atividade produtiva. Sobre as questões que perpassam a perspectiva de trabalho decente no Brasil, a Organização Internacional do Trabalho define que:

O trabalho decente é uma condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. Entende-se por Trabalho decente um trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna. Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a noção de trabalho decente se apóia em quatro pilares estratégicos: a) respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho (liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil; eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação); b) promoção do emprego de qualidade; c) extensão da proteção social; d) diálogo social. (MTE, 2006, p. 5).

Pelo fato de já ter realizado curso profissionalizante e trabalhado, questionamos Carla se ela conseguia identificar as contribuições do curso profissionalizante na execução de seu trabalho, mesmo sendo o curso de camareira e a função exercida na loja sendo outra. Então, ela respondeu:

Bastante, ajudou muito para o meu desenvolvimento, enfim, que até então eu não sabia direito, eu tinha aquela coisa de 'aí eu não posso, que eu vou ser barrada', e aqui eu encontrei total apoio para ser engajada no mercado e ver, assim, que nós somos pessoas normais como uma outra qualquer e todos nós temos limitações, entendeu? Mas isso não vai fazer com que você seja barrada e que você não possa, entendeu? E foi isso, aqui eu encontrei bastante apoio em relação a isso. (Carla).

Assim, os cursos profissionalizantes, apesar de terem o objetivo de formar minimamente a mão de obra para o mercado de trabalho, em algumas percepções de pessoas com deficiência, funcionam como uma forma de despertá-los para os desafios de lutarem por seus direitos, de procurarem se colocar na sociedade como pessoas capazes de conviver e desenvolver atividades diversas.

Marta, que possui deficiência auditiva, não estava trabalhando, mas já teve experiência de trabalho em supermercado, como repositora de mercadorias, que conseguiu através do SINE, no qual recebia pouco mais que um salário mínimo, a carteira era assinada, no entanto, alguns dias trabalhava mais que oito horas diárias. Sobre isso, ela afirmou que “[...] tinha dia que era oito, tinha dia que era mais, tinha dia de feriado que era doze horas”. A carga horária de trabalho era prolongada, mas ela não recebia nenhum adicional salarial de horas extras trabalhadas, numa manifestação clara de trabalho precarizado, tendência que vem se afirmando recorrentemente no atual contexto produtivo capitalista, em que até as históricas e duras conquistas da classe trabalhadora vêm sendo negadas ao conjunto de todos os trabalhadores, inclusive às pessoas com deficiência.

Nesse emprego, ela permaneceu somente seis meses, pois, além das questões salariais, ela tinha dificuldade com a locomoção, pois o auxílio-transporte somente poderia ser utilizado nos ônibus, mas devido à lotação e os horários, ela chegava atrasada no trabalho.

Sobre isso, ela relata: “[...] pedi [demissão] por causa dos horários. Tinha dia que era 10 horas de serviço e de manhãzinha a gente já estava bem cedinho lá de novo. Aí a gente ficava mais que o horário, eles pediam, a gente tinha que ficar”. Sobre a possibilidade de minimamente compensar essa dedicação, indagamos se a mesma recebia horas extras pelo trabalho excedente e ela assim afirmou: “[...] não, o gerente nunca pagou extra, se fosse extra pra mim eu tinha ficado. Porque o dinheiro no final do mês não dava para nada, porque, por exemplo, descontava o INSS, descontava tudo, aí dava seiscentos e pouco o salário”. Sobre as questões referentes ao transporte, ela afirma que:

O vale transporte às vezes eu nem usava, porque o ônibus demorava. Demorava, assim, meia hora para chegar. Aí eu pegava topic para chegar mais cedo, aí a topic não registra. Aí descontam do salário da gente também que não usamos o vale. Aí, no final do mês, eu olhava, tava descontando muito no meu contracheque, do vale-transporte. Mas, eu não usava para chegar mais cedo, porque o ônibus demora e a gente não consegue subir, não tinha como comprovar que eu tinha deficiência, porque ninguém acredita que eu tenho deficiência. (Marta).

É flagrante na fala da entrevistada como as problemáticas urbanas interferem na sua condição de trabalho. O fato narrado pela participante externa as difíceis condições de mobilidade que a classe trabalhadora enfrenta cotidianamente para vender sua força de trabalho. Nunca é demais reforçar que quando se trata das pessoas com deficiência, tais problemáticas são duplamente desafiadoras.

Quanto às condições de acessibilidade no local de trabalho ela caracterizou como em boas condições, mas em seus relatos podemos perceber que, em se tratando de pessoas com deficiência auditiva, as possibilidades de comunicação eram difíceis, principalmente na relação com os clientes, quando ela afirma que “[...] tem gente que não entende, que não tem paciência com a gente, é muito difícil para gente trabalhar, porque a maioria dos fregueses não tem paciência com as pessoas” (Marta).

Apesar das paradigmáticas reivindicações por acessibilidade, ainda não prevalece a noção de que o entorno deva adequar-se aos trabalhadores mas, sim, ao contrário. E disso se depreende que, se não podem adequar-se, não podem trabalhar. A igualdade de oportunidades ainda passa por facultar a oportunidade de um emprego com as condições apropriadas para que aquela pessoa concreta possa realizar as tarefas que tal emprego demanda. Porém, na situação que hoje vivemos, distante disso, a falha passa a ser do trabalhador e não do empregador ou do ambiente de trabalho. Só que, nesse sistema de produção, o trabalhador oferece sua força de trabalho, enquanto que o empregador disponibiliza os necessários meios de produção, incluindo as condições de produção. (JOLY, 2010, p. 116).

A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho depende de muitos fatores que dizem respeito ao acesso à educação para desenvolvimento de habilidades, regulamentação trabalhista, estímulo à contratação de pessoas com deficiência, dentre outros.

No entanto, a acessibilidade, em todos os sentidos, no que se refere ao convívio das pessoas com deficiência com a sociedade, se configura como um dos principais fatores para a garantia da permanência das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, pois a remoção das barreiras físicas e atitudinais melhoram as relações de trabalho dessas pessoas, que podem, assim, desenvolver suas potencialidades (PASTORE, 2000).

No que se refere à identificação de ações de inclusão de pessoas com deficiência na empresa, Marta relata que “[...] tinha mais era deficiente lá. Tinha muita gente, não tinha quase gente normal lá não, só o chefe de setor era normal, o resto, quase todos tem”. Sobre este aspecto, podemos inferir que, por se tratar de uma rede de supermercados com muitas unidades em Fortaleza, haja a necessidade de contratar muitas pessoas com deficiência para cumprir a cota; sendo que uma boa parte seja alocada na unidade em que a entrevistada trabalhava, por isso havia tantas pessoas com deficiência. Merece destaque, também, a expressão “normal” que a participante utiliza para se referir ao chefe do setor, demonstrando que os estigmas de anormalidade para as pessoas com deficiência estão cristalizados até entre as próprias.

No momento da entrevista, ela se mostrava muito ansiosa em conseguir um emprego. Ela já havia trabalhado como cozinheira, copeira e cuidadora de idosos, antes de adquirir a surdez. No entanto, estava encontrando dificuldades em conseguir emprego, agora que tem a deficiência diagnosticada. Questionei o fato da dificuldade das empresas em manter a permanência de surdos no quadro de funcionários, devido às dificuldades de comunicação. Acerca dessa questão, ela respondeu:

Sempre que eu trabalhava, as pessoas que têm problema não dão atenção ao freguês, às vezes o freguês fala, fala e a gente não entende, aí tem vez que vem com ignorância com a gente. Aí tem gente que diz: não, mulher, a gente fala com eles numa boa, mas aí tem gente que diz: não, mulher, a gente finge logo que nem escuta, para não ficar enchendo o saco. (Marta).

Nesse contexto, podemos perceber o quanto o paradigma de integração ainda está vigente na inclusão de pessoas com deficiência. O que está mais presente nos discursos dos entrevistados é que eles têm que se adaptar aos ambientes que frequentam, no entanto, a todo o momento são desrespeitados e ignorados, pois as demais pessoas não se mostram sensíveis a perceber as limitações desses trabalhadores e trabalhar conjuntamente para inseri-los no meio social. Sobre a questão da inclusão no mercado de trabalho, Aranha (2003, p. 5) destaca:

A inclusão da pessoa portadora de deficiência ao mercado de trabalho é um direito, independente do tipo de deficiência que apresente e de seu grau de comprometimento. No entanto, ainda presenciamos inúmeros casos de discriminação e exclusão, talvez, pela falta de conhecimento da sociedade de que

esse cidadão tem direito à convivência não segregada e ao acesso aos recursos disponíveis aos demais cidadãos.

A partir disso, percebemos que o direito foi conquistado a partir das reivindicações das pessoas com deficiência, mas, apesar de existir uma legislação obrigando a contratação desses indivíduos, a realidade no convívio social impõe ainda muitas limitações. As questões atitudinais ainda impedem uma atuação mais satisfatória dessas pessoas, pois as demais que não apresentam deficiência não sabem lidar com a diversidade.

Para finalizar a descrição das respostas desse bloco de perguntas, temos o sexto entrevistado, Sérgio, que possui deficiência intelectual. Ele não estava trabalhando, somente teve uma experiência profissional participando do Projeto Primeiro Passo, em que exerceu por um ano a função de estagiário como auxiliar administrativo, com carga horária de quatro horas diárias, carteira assinada e recebendo aproximadamente R\$ 380,00 reais.

Sérgio não tinha dificuldades de locomoção até o local de trabalho, nem soube descrever se o local de trabalho era acessível. Quanto à empresa em que estagiava, se esta desenvolvia ações de inclusão de pessoa com deficiência, ele não identificava, ainda ressaltou que “[...] não via, não”. Por ser um programa governamental, indagamos se havia um curso articulado com esse estágio, ele respondeu afirmativamente. Questionamos se ele utilizava aquilo que aprendia no curso, para desenvolver o trabalho, ele disse que sim.

A partir dos relatos podemos observar que todos, de alguma forma, tiveram uma experiência de trabalho, mesmo que através de estágio, no entanto, mesmo com uma legislação que ampara os trabalhadores e os direitos das pessoas com deficiência presentes em leis e decretos, como classe trabalhadora passam pelas consequências da reestruturação produtiva que instaurou um processo de precarização do trabalho que subordina os trabalhadores a lutarem por sua subsistência de qualquer forma.

Desse modo, podemos constatar nos relatos dos entrevistados que alguns tiveram experiências de trabalho sem carteira assinada, recebendo por mês menos que um salário mínimo, em condições de instabilidade e precariedade no emprego. Além disso, as condições de renda indicam que eles vivem em condições de pobreza e mesmo o salário mínimo não garante uma melhor qualidade de vida a essas pessoas que precisam garantir as condições de sobrevivência básica e cuidados com os fatores que perpassam a deficiência.

A partir das respostas dadas podemos inferir, também, que o trabalho aparece como condição de reconhecimento social e garantia da subsistência, se configura como elemento principal na busca pela qualificação profissional, na perspectiva de inserção no mercado de trabalho. O aparato ideológico que perpassa essa condição de que a qualificação

profissional é essencial para melhorar as condições de entrada no mercado de trabalho, mesmo que não melhore as condições de trabalho, culmina na busca por cursos de qualificação profissional pela necessidade, ao invés de ser pelo interesse e identificação do trabalhador por determinada função. Quando uma entrevistada relata que está fazendo o curso porque era o único que tinha, expressa claramente essa perspectiva de realizar pela necessidade urgente.

Para além das questões que envolvem o trabalho em si, a acessibilidade física, comunicacional e atitudinal se configuram como fatores determinantes na inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, já que necessitam dessas condições para desempenhar uma atividade produtiva. No geral, eles não consideram o trajeto até o local de trabalho inacessível, apesar das dificuldades, isso não se configura como fator que os obrigue a desistir do emprego.

Contudo, quanto se trata de falta de acesso à comunicação de qualidade para o entendimento das informações entre empregadores, empregados e clientes, as dificuldades são explícitas, principalmente no universo dos trabalhadores com surdez. Fato este que pode vir a causar a desistência do trabalhador ao emprego ou à demissão pela diminuição da produção. Nesse caso, o oferecimento de aulas de Libras de forma ampla, como disciplina curricular das escolas, garantiria a possibilidade de maior habilidade no convívio com a diversidade.

Nesse contexto, as questões atitudinais também são colocadas em xeque, visto que a maioria relata dificuldades em se relacionar com os colegas de trabalho, clientes e empregadores, devido ao estranhamento com a presença da pessoa com deficiência, visto que alguns relatam esse distanciamento das pessoas no momento de estabelecer um convívio no horário de trabalho e nos intervalos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória das pessoas com deficiência é marcada duplamente pela desigualdade, além de social, pelas condições econômicas, também é pela discriminação por causa das limitações que apresentam, diante de uma sociedade capitalista que valoriza a capacidade para trabalhar como essencial para a sobrevivência da classe dominada. Podemos perceber que esse público passou muito tempo alijado da vida em sociedade, seja nos espaços de educação, trabalho, lazer, dentre outros que fazem parte da sociabilidade humana.

Enquanto eles lutam por melhorias, a sociedade continua cada vez mais desigual e, se por um lado eles conquistam os espaços, por outro, a sociedade continua alheia às suas necessidades. Assim, em pleno século XXI ainda observamos lugares sem nenhuma acessibilidade física para quem tem mobilidade reduzida, falta de intérpretes de LIBRAS em espaços como palestras e ambientes de trabalho, além disso, nas escolas ainda são escassos os mecanismos que garantem acessibilidade aos estudantes que apresentam necessidades diferenciadas.

É através das lutas travadas pelos movimentos sociais que começaram a ser pensadas iniciativas de atendimento a essas pessoas, com um viés mais voltado para os direitos humanos e sociais, não mais ações assistencialistas e filantrópicas somente. Cabe salientar que as entidades sem fins lucrativos sempre tiveram atuação ativa no cuidado das pessoas com deficiência, desde o oferecimento de reabilitação até ações de educação e profissionalização, como pudemos observar nas análises realizadas neste trabalho.

No que se refere à educação, esse público até hoje passa por formas segregadoras de ensino, a partir de ações voltadas para cada tipo de deficiência ou, como no caso da nossa pesquisa, participam pessoas com deficiências diferentes na mesma turma. Na última década está mais visível a presença deste grupo nos espaços sociais, devido às reivindicações com base nas inúmeras legislações que propagam os direitos das pessoas com deficiência a ter uma atenção diferenciada, na perspectiva de garantir uma equiparação de oportunidades através da acessibilidade física, comunicacional e atitudinal.

Temos que reconhecer que este processo inseriu as pessoas com deficiência na cena das políticas sociais, sendo estabelecidas agendas de ações contínuas para a garantia dos direitos desse grupo, já que, mesmo estando inseridos na sociedade como um todo, apresenta dificuldades decorrentes das suas limitações. Um exemplo discutido neste texto é o Plano Viver sem Limites, que se configura como um conjunto de programas e projetos que

envolvem a educação, trabalho, saúde, assistência social e acessibilidade, no sentido de garantir melhores condições de vida para a população com deficiência, porém, ainda são ações que não foram totalmente desenvolvidas. Somam-se a isso, como insistentemente afirmamos, as próprias condições de desigualdade social próprias do sistema capitalista.

O que podemos sinalizar é que, pelo menos a partir das lutas dos movimentos sociais, que se configuram como espaços de tensão entre as classes sociais, houve uma mudança de atitude perante as pessoas com deficiência, que assim tiveram maior visibilidade na sociedade. Com a pressão social, se tem a obrigatoriedade de inclusão no ensino regular, de reserva de vagas no mercado de trabalho (também presente dentre as medidas adotadas por outros países na perspectiva de inserção desse público em instituições públicas e privadas), de oferecer transporte público acessível e passe-livre para que possam se locomover (já que boa parcela desse público está em situação de pobreza) e a garantia de acessibilidade física e comunicacional, o que os faz ter a possibilidade de serem vistos e ocuparem cada vez mais os espaços sociais.

No entanto, a realidade não reflete aquilo que é orientado pelas leis, tornando mais difícil a vida das pessoas com deficiência que vivem do trabalho, pois a falta de políticas públicas que proporcionem qualidade de vida, com a precarização das condições de sobrevivência, através de acesso à escolarização básica sem o suporte necessário, atrelado a uma educação profissional aligeirada e o conseqüente acesso a postos de trabalho com baixos salários e pouca especialização.

Esse processo insere as pessoas com deficiência no rol da pauperização da classe trabalhadora, devendo, nesse sentido, fazer parte da luta dessa classe como um todo, nas reivindicações por condições dignas de emprego, melhores salários, carga horária respeitada e acesso aos direitos trabalhistas como um todo. Porém, o que se tem é uma luta das pessoas com deficiência por melhores possibilidades de serem recebidos nos espaços sociais.

Sendo considerado o trabalho um direito que deve ser proporcionado com dignidade, mas, como bem esclarece Joly (2010), essas pessoas lutam, na verdade, pelo direito de serem explorados, visto que o trabalho, apesar das crescentes mudanças, ainda tem papel central no processo de sociabilidade humana, além disso, diante de uma sociedade capitalista do consumo, todos necessitam ter uma renda para se consolidar como sujeito social.

A partir do estudo empreendido, observamos que o trabalho faz parte da sociabilidade capitalista, sendo visto como necessário para a subsistência material e reprodução social dos trabalhadores que se veem mais reconhecidos a partir do momento que

estão desenvolvendo uma atividade produtiva que os possibilita garantir seu sustento e de sua família. Diante do contexto de reestruturação produtiva, a qualificação profissional se tornou requisito fundamental para que as pessoas pudessem competir por uma vaga de emprego, mesmo que as condições de trabalho sejam precárias. Desse modo, há uma procura grande por cursos profissionalizantes, mesmo que as pessoas não se identifiquem com aqueles aos quais têm acesso, como pudemos notar nos relatos analisados, na perspectiva de ser empregável por ter participado de curso de educação profissional.

O discurso predominante no debate sobre educação profissional e mercado de trabalho é de que as pessoas necessitam ter acesso a este tipo de ensino para que tenham condições de conseguir um emprego. No entanto, há o desemprego estrutural crescente com a diminuição de postos de trabalho, devido ao desenvolvimento tecnológico e à superexploração dos trabalhadores empregados, que devem desenvolver diversas atividades para conseguir cumprir as metas estabelecidas e manter seu emprego. Para agravar a situação, os movimentos sindicais tiveram uma retração na atuação nas lutas por direitos trabalhistas, sendo assim, não se tem mais uma coesão para a luta por melhores salários e condições de trabalho.

As pessoas com deficiência são duplamente precarizadas quando não têm condições mínimas de acessibilidade física, comunicacional e atitudinal. Mesmo que os entrevistados não tenham relatado dificuldades quanto ao acesso na locomoção até o local de trabalho, identificam limitações quanto à comunicação com clientes e colegas e notam certo distanciamento das pessoas quando percebem que eles apresentam alguma deficiência. Assim, além das más condições de trabalho decorrentes da sua exploração, ainda enfrentam as dificuldades de não conseguirem desenvolver uma atividade de forma mais produtiva pela falta de acessibilidade, que lhes garanta uma equiparação de oportunidades através do suporte a limitação que apresentam.

A partir das observações realizadas em campo, bem como das entrevistas, percebemos que o movimento de inclusão, visto como a adaptação dos espaços e mudanças de atitudes para conviver com as limitações das pessoas com deficiência ainda está aquém do necessário. O que se tem é um processo de adaptação desse grupo para desenvolver atividades laborais, a partir de uma preparação que os permita conviver com as inúmeras dificuldades enfrentadas pela classe trabalhadora.

Historicamente, as pessoas com deficiência da classe empobrecida no Brasil passam por cursos de qualificação profissional sob a prerrogativa de terem que garantir alguma forma de sustento, seja para entrar no mercado de trabalho formalmente,

informalmente ou através do trabalho autônomo. Desse modo, podemos identificar que, como classe trabalhadora, as pessoas com deficiência também são direcionadas a participar de formações básicas para somente garantir alguma forma de sobrevivência. Não se tem um maior incentivo para que cheguem ao ensino superior, ocupem cargos de chefia e gestão, o que se oferece são cursos para exercer funções simples. Além disso, os estudantes que já estavam trabalhando ou que haviam participado de cursos profissionalizantes não conseguiam empregos nas funções referentes aos mesmos, o que faz com que eles tenham que participar de inúmeros cursos, com cargas horárias curtas, para ter um currículo minimamente atrativo aos empregadores.

Ao analisarmos de maneira mais estrutural, a proposta de cursos profissionalizantes é direcionada a uma demanda fictícia de trabalhadores com deficiência, já que em conversas informais com a equipe que organiza a oferta dos cursos na instituição pesquisada, quando os cursos são aprovados, eles têm que procurar pessoas em outras instituições para formarem as turmas. Além disso, há uma falta de sistematização de dados reais de quais pessoas com deficiência fazem parte da população economicamente ativa de Fortaleza, para um maior planejamento das ações que devem ser oferecidas.

Outro aspecto que deve ser salientado é que existem vagas para pessoas com deficiência, pois existem grandes empresas com milhares de trabalhadores que necessitam cumprir as cotas, mas nem todas são devidamente ocupadas, devido a diversos fatores, principalmente pela disparidade entre a oferta e o interesse das pessoas com deficiência, já que boa parte das vagas é em funções pouco especializadas e muitas vezes precárias, além disso, não há condições de acessibilidade. Sendo assim, eles se veem com a opção de receber o Benefício de Prestação Continuada e trabalhar sem condições mínimas de acessibilidade por um salário mínimo. Então, como já mencionamos, alguns optam por receber o benefício assistencial, ao invés de enveredar nas dificuldades de estar no mercado de trabalho.

Portanto, se por um lado a busca pelo trabalho se configura como garantia de sobrevivência e visibilidade social, por outro é claramente forma de opressão e exploração dos trabalhadores. Desse modo, as pessoas com deficiência vivem esse dilema, mas alguns fatores, como a escolha pelo benefício assistencial ou a baixa permanência nos empregos se configuram como maneiras de resistir à exploração imposta pelos proprietários dos meios de produção e reivindicarem um trabalho digno, mesmo que não estejam ativos na luta dos movimentos sociais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.

_____.; ANTUNES, Ricardo. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARANHA, Maria Salete Fábio. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, Marília, ano XI, n. 21, p. 160-173, março, 2001.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Trabalho e Emprego**: Instrumento de construção da Identidade pessoal e social. São Paulo: SORRI-BRASIL; Brasília: CORDE, 2003.

ASSIS, Suelen Tavares Gondim de. **A educação profissional de pessoas com deficiência**: processos de inclusão. Universidade do Estado do Pará. Belém, 2012. Dissertação.

BAARS, Renata. **Análise sobre a reserva de cargos em empresas privadas para pessoas com deficiência**. Brasília: Biblioteca digital da Câmara dos Deputados, 2009.

BECK, Paulo Roberto Costa. **A história da cidadania das pessoas com deficiência e o desenvolvimento da sua organização como movimento social no cenário brasileiro**. 2007. Monografia. (Graduação em Serviço Social). Universidade de Brasília, 2007.

BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. Tradução Marco Estevão Renato Aguiar. São Paulo: Hucitec, 1994.

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundamentos de Política Social. *In*: BRAVO, Maria Inês Souza (Org.). **Serviço Social e Saúde**: Formação e Trabalho Profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

_____.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BIANCHETTI, Lucídio. Aspectos Históricos da Apreensão e da Educação dos considerados deficientes. *In*: BIANCHETTI, Lucídio *et al.* **Um olhar sobre a diferença**: Interação, trabalho e cidadania. São Paulo: Papyrus, 1998. p. 21-51.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari K. Tradução Maria João A., Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto Codex: Porto Editora, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 30 mar. 2013.

_____. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília, 2007a.

_____. **A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho**. 2. ed. Brasília: MTE, SIT, 2007b.

_____. **Decreto nº 6.571**, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm>. Acesso em: 30 mar. 2013.

_____. **Decreto nº 7.612**, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm>. Acesso em: 21 mar. 2014.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12663&Itemid=1152>. Acesso em: 06 maio 2014.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 30 mar. 2013.

_____. **Lei nº 12.513**, de outubro de 2011. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12513.htm>. Acesso em: 26 ago. 2013.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Resolução nº 194**, de 23 de setembro de 1998. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A38CF493C01392681525B103F/Res194.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2014.

_____. **Sinopse estatística da educação básica 2002**. Brasília: INEP, 2002. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 27 maio 2013.

_____. **Sinopse estatística da educação básica 2006**. Brasília: INEP, 2007. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 27 maio 2013.

_____. **Sinopse estatística da educação básica 2012**. Brasília: INEP, 2012. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 27 maio 2013.

_____. **Viver sem limite**: Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Brasília: SDH-PR, SNPD, 2013b.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, s/l, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

CARVALHO, Alfredo Roberto de; ORSO, José Paulino. **As pessoas com deficiência e a lógica da organização do trabalho na sociedade capitalista**. In: PROGRAMA INSTITUCIONAL DE AÇÕES RELATIVAS ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS. A pessoa com deficiência na sociedade contemporânea: problematizando o problema. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006.

CEARÁ. **As pessoas com deficiência e o mercado de trabalho no Ceará**. Nota técnica. Fortaleza, 2013.

COGGIOLA, Osvaldo e KATZ, Claudio (Org.). **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo/SP: Xamã, 1996.

COSTA, Marilda de Oliveira. Terceiro setor, teoria das organização e qualidade na educação. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 30, n. 3, p. 1011-1044, set./dez. 2012.

DINIZ, Tânia Maria Ramos Godói. O estudo de caso suas implicação metodológicas na pesquisa em serviço social. MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa Qualitativa: instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

ESTEBAN, Maria P. S. **Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições**. Tradução Miguel Cabrera. Porto Alegre: AMGH, 2010.

FERRETTI, Celso João. Formação Profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: anos 90. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, ano XVIII, n. 59, p.225-269, agosto, 1997.

FORTES, Ronaldo Vielmi. **Trabalho e Gênese do Ser Social na “Ontologia” de George Lukács**. 2001. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje. In: LIMA, Julio César Franco; NEVES; Lúcia Maria Wanderley.

Fundamentos da Educação do Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

Disponível em:

<<http://www.fiocruz.br/editora/media/Capitulo%207%20Fundamentos%20Educacao%20Escolar.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2013.

_____. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas. vol. 28. n. 100. p. 1128-1152, Especial, out. 2007.

_____. **Capital Humano**. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio Cesar França.

Dicionário da Educação Profissional em Saúde. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/apresentacao/dowlivfictec.html>>.

Acesso em: 24 ago. 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Educação Profissional e Desenvolvimento**. Berlim: Centro Interamericano de Educação/UNESCO, 2009.

_____. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas. vol. 26. n. 92. p. 1085-1113, Especial, out. 2005.

_____. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. *In*: BRASIL. **Ensino Médio integrado à educação profissional**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação. Boletim 07. maio/jun. 2006.

GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com deficiência e o Direito ao Concurso Público: reserva de cargos e empregos públicos, administração pública direta e indireta**. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HIRATA, Helena. Tendências recentes da precarização social e do Trabalho: Brasil, França, Japão. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 13-20, 2011.

_____. Da polarização das qualificações ao modelo das competências. *In*: FERRETI, Celso J. *et al.* **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 22. ed. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 2008.

IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

IBGE. **Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>>. Acesso em: 21 fev. 2014.

IERVOLINO, SA.; PELICIONI, MCF. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. **Revista Escola de Enfermagem USP**, v. 35, n.2, p.115-21, jun, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v35n2/v35n2a03.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2013.

JANUZZI, Gilberta S. de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

JOLY, Eduardo. **Deficiência e Emprego: pelo direito de serem explorados**. *In*: LICHT, Flávia Boni; SILVEIRA, Nubia. **Celebrando a diversidade: pessoas com deficiência e direito à inclusão**. São Paulo: Planeta Educação, 2010.

KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis – o pensamento de Marx no século XXI**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KUENZER, Acácia. Conhecimento e competências no trabalho e na escola. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p. 2-11, maio/ago., 2002.

_____. Competência como práxis: os dilemas da relação entre teoria e prática na educação dos trabalhadores. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, jan./abr. 2003.

_____. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 96 – Especial, p. 877-910, outubro, 2006.

_____. Reforma da educação profissional ou ajuste ao regime de acumulação flexível? **Revista Trabalho, Educação e Saúde**. s/l. v. 5 n. 3, nov.2007/fev.2008.

_____. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100, p. 1153-1178, outubro, 2007.

LANCILLOTTI, Samira Saad Pulchério. **Deficiência e Trabalho**: redimensionando o singular no contexto universal. Campinas: Autores Associados, 2003.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos/ Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

LEITE, Janete Luzia. Política de cotas no Brasil: política social? **Revista Katálysis**. Florianópolis. vol. 14, n. 1, p. 23-31, jan./jun. 2001.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

MACHADO, Lucília. Trabalho Produtivo e Trabalho Improdutivo. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <<http://www.gestrado.org/index.php/?pg=dicionario-verbetes&id=224>>. Acesso em: 05 abr. 2014.

_____. Usos sociais do trabalho e da noção de competência. In: HIRATA, Helena; SEGININI, Liana (Org.). **Organização, Trabalho e Gênero**. São Paulo: Senac, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér *et al.* **Inclusão Escolar**: pontos e contrapontos. 2. ed. São Paulo: Summus, 2006.

MAGALHÃES, Rita de Cássia B.P. Um breve Panorama da Educação Especial no Brasil. In: MAGALHÃES, Rita de Cássia B. P. *et al.* **Reflexões sobre a diferença**: uma introdução à educação especial. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

MARX, Karl; ENGELS Frederich. **Manifesto do Partido Comunista** 2. ed. Tradução Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2011.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2006.

_____. **O capital** – Crítica da Economia Política. 14. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1994.

MAZZOTA, Marcos José Vieira. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. 3. ed. São Paulo; Cortez, 2001.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. v. 11, n. 33, p. 387-405, set./dez., 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2013.

_____. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación e Pedagogía**. s/l, vol. 22, n. 57, maio/ago. 2010.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. Tradução Alvaro Bianchi. **Revista Outubro**. São Paulo, n. 4, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Agenda do trabalho decente**. Brasília: TEM, 2006. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/pub/agenda_nacional_trabalho_decente_298.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2014.

NASCIMENTO, Eliane de Sousa. A educação profissional: interfaces com a educação especial. In: DÍAZ, F. *et al.* (Org.). **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009.

OLIVEIRA, Jorge Luís de. **Alienação, Trabalho e Emancipação humana em Marx**. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

OLIVEIRA, Ramon de. **Empregabilidade**. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França. **Dicionário da Educação Profissional em saúde**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

OLIVEIRA, Luiza Maria Borges. **Cartilha do censo 2010 – Pessoas com Deficiência**. Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

PASTORE, José. **Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência**. São Paulo: LTR, 2000.

PONCE, Anibal. **Educação e Luta de classes**. Tradução de José Severo de Camargo Pereira. 15. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toytismo**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RAMOS, Marise Nogueira. A educação profissional pela pedagogia das competências e a superfície dos documentos oficiais. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, setembro/2002.

_____. Pedagogia das competências. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio Cesar França. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/apresentacao/dowlivfictec.html>>. Acesso em: 09 abr. 2014.

_____. **Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez, 2001.

RIBAS, João. **Preconceito contra as pessoas com deficiência: As relações que travamos com o mundo**. São Paulo: Cortez, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

RIZZOTTO, Maria Lúcia Frizon. **Neoliberalismo e saúde**. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França. **Dicionário da Educação Profissional em saúde**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

ROSSETTO, Elizabeth *et al.* **Pessoa com deficiência: caracterização e formas de relacionamento**. In: PROGRAMA INSTITUCIONAL DE AÇÕES RELATIVAS ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS. **A pessoa com deficiência na sociedade contemporânea: problematizando o problema**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006.

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; DIÓGENES, Elione Maria Nogueira; REIS, Rosimeire. **Ensino Médio em reformas: trabalho, políticas, cotidiano**. Curitiba: CRV, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. *Revista Brasileira de Educação*. s/l. v.12, n. 34, p. 152-165, jan./fev., 2007.

SCHULTZ, Theodore W. **O capital humano: investimentos em educação e pesquisa**. Traduzido por Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SILVA, Izaura Maria de Andrade da. **Políticas de educação profissional para pessoa com deficiência**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

SILVA, Luciene M. da. O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. **Revista Brasileira de Educação**. v. 11, n. 33, p. 424-433, set./dez., 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 22 fev. 2014.

SIMIONATTO, Ivete; LUZA, Edinaura. Estado e sociedade civil em tempos de contrarreforma: lógica perversa para as políticas sociais. **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre. v. 10, n. 2, p. 215 - 226, ago./dez. 2011.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

STAL, Eva; CAMPANÁRIO, Milton de Abreu. Empresas multinacionais de países emergentes: o crescimento das multinacionais. **Revista Economia Global e Gestão**. Lisboa. v. 15. n. 1. Abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-74442010000100004>. Acesso em: 06 abr. 2014.

TEIXEIRA, F. **Empregabilidade**: passado imperfeito... caminhando para o futuro? Mimeo. Fortaleza, 2000.

THEODORO, Mário. As características do mercado de trabalho e as origens da informalidade no Brasil. *In*: ARROCHELLAS, Maria Helena (Org.). **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Cortez; Petrópolis, RJ: Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade, 2004.

TISSI, Maria Cristina. Deficiência e trabalho no setor informal: considerações sobre processos de inclusão e exclusão social. **Revista Saúde e sociedade**, São Paulo, vol. 9, n. 1-2, p. 77-86, dezembro, 2000.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VOGEL, Vera L. O. Pessoas portadoras de necessidades especiais no Planfor. *In*: VOGEL, Arno (Org.). **Trabalhando com a diversidade no Planfor**: raça/cor, gênero e pessoas portadoras de necessidades especiais. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: FLACSO do Brasil, 2001.

**APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO ÀS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA PARTICIPANTES DE CURSO DE QUALIFICAÇÃO
PROFISSIONAL**

Perfil do Entrevistado:

Iniciais do nome: _____

Idade: _____ Sexo: _____ Telefone: _____

Tipo de deficiência: () Visual () Auditiva () Física () Intelectual

Estado Civil: () Solteiro () Casado () União estável () Separado/divorciado

Renda familiar:

Com quem mora?

Tema 1 – Formação escolar e profissional

1. Qual sua escolaridade?
2. O seu processo de escolarização se deu em instituição inclusiva ou especial? Por quê?
3. Como você avalia a inclusão de pessoas com deficiência nas escolas regulares?
Procure destacar pontos positivos e negativos.
4. No período escolar realizou algum curso de profissionalização?
5. Curso que realiza nesta instituição? Por que escolheu este curso?
6. Que outro curso gostaria de realizar?

Tema 2 - Acesso ao trabalho

7. O que significa para você ter um trabalho?
8. Se não trabalhou já tem possibilidade de vaga no mercado de trabalho? Em que atividade profissional?
9. Trabalha ou já trabalhou? Por quanto tempo? Em que atividade profissional?
10. Valor do salário que recebe ou recebia?
11. Trabalha ou trabalhou com carteira assinada? Por quanto tempo?
12. Local e carga horária de trabalho? Acessibilidade do local de trabalho?
13. Como se desloca(va) até o trabalho? Quais as condições de acessibilidade?
14. Local de trabalho desenvolve políticas de inclusão de pessoas com deficiência? Quais?